



Revista Brasileira de
**História
Militar**



Ano XII - Nº 30
Novembro 2021

Expediente

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

ISSN 2176-6452

EDITOR RESPONSÁVEL

Cesar Machado Domingues

EDITOR ASSOCIADO

Marcello José Gomes Loureiro

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050 | editor@historiamilitar.com.br

CONSELHO CONSULTIVO

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)

Luiz C. Carneiro de Paula (IGHMB)

Cesar Campiani Maximiano (USP)

Maria Teresa Toribio B. Lemos (UERJ)

Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)

Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

CONSELHO EDITORIAL

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Wellington Amorim (Escola Naval)

Ricardo Pereira Cabral (Escola de Guerra Naval)

Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (UFF)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (UNISUL)

DIAGRAMAÇÃO

Graphix Design | www.graphix.com.br



Imagem da capa: Representação de Zuavos Franceses durante a Guerra da Criméia

Os Zuavos (Zouaves) foram essencialmente uma classe de regimentos de infantaria leve colonial do Norte da África, que atuaram entre 1830 e 1962 e figuram entre as unidades mais condecoradas do Exército Francês. Durante a segunda metade do século XIX alguns países formaram unidades com a mesma denominação e uniformes semelhantes, entre eles o Brasil, onde batalhões de Zuavos foram formados para lutar na Guerra do Paraguai.

Inicialmente, pretendia-se que os zuavos fossem um regimento de voluntários berberes do grupo de tribos Zwawa na Argélia - daí o termo francês zouave - que ganharam uma reputação marcial lutando pelos governantes locais sob o Império Otomano. O regimento deveria consistir de mil e seiscentos berberes Zwawa, comandados por oficiais e suboficiais franceses. Anos depois, os zuavos começaram a ser recrutados quase exclusivamente entre europeus, uma política que continuou até a dissolução final desses regimentos após a Guerra da Argélia.

Imagem: Zuavos em luta (Zuawi w walce)

Óleo sobre tela do pintor polonês Aleksander Raczynski (1858). Acervo da Galeria Nacional de Arte de Lviv – Ucrânia.

Editorial

Nesta edição, ainda sob os efeitos da pandemia de Covid -19, republicamos dois trabalhos de referência sob temas de grande interesse para a História Militar, publicados originalmente em periódicos de outros focados em outros campos do conhecimento. Um deles, do Prof. Hendrik Kray, da Universidade de Calgary, trata da formação e participação de voluntários negros - Os Zuavos Baianos - na Guerra do Paraguai. O segundo traz uma análise da Economia da Alemanha Nazista, feita pelo Professor Ricardo Luís Chaves Feijó, da FEA-RP / USP. Além disso, temos a participação do pesquisador Thiago da Silva Pacheco, Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com um artigo sobre a relação da espionagem e das operações encobertas com a guerra. Contamos também com os trabalhos de Cláudio da Silva Costa sobre o monumento em homenagem ao Patrono do Exército Brasileiro, Duque de Caxias; e de Pedro Silva Drummond, sobre os “Soldados da Borracha” e seu papel na Segunda Guerra Mundial.

A partir de 2022, o professor Ricardo Pereira Cabral assumirá a função de editor responsável na Revista Brasileira de História Militar, continuarei colaborando em outras funções e desejo muito sucesso ao novo Editor.

A todos que colaboraram para que pudéssemos manter nossa revista ao longo de todos esses anos os meus sinceros agradecimentos.

Cesar Machado Domingues

Editor Responsável

Sumário

Os companheiros de Dom Obá: Os Zuavos Baianos e outras Companhias Negras na Guerra Do Paraguai	5
Hendrik Kraay	
Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944)	33
Ricardo Luís Chaves Feijó	
Espionagem, operações encobertas e guerra	55
Thiago da Silva Pacheco	
O Caxias do Pantheon: As Trajetórias do Mito como Efeito Simbólico	70
Claudio da Silva Costa	
Soldados da Borracha: o papel desses soldados para o Brasil e a Segunda Guerra Mundial	88
Pedro Silva Drummond	
Livro em destaque	102
<i>Napoleão Bonaparte - Sobre a guerra: a arte da batalha e da estratégia.</i>	

Os companheiros de Dom Obá: Os Zuavos Baianos e outras Companhias Negras na Guerra Do Paraguai¹

Hendrik Kraay²

Resumo: Este artigo analisa a mobilização das companhias negras na Bahia (e em Pernambuco) durante a Guerra do Paraguai (1864-70). A organização dessas companhias racialmente segregadas era muito semelhante ao resto da mobilização brasileira, mas também remontava ao legado da milícia negra colonial e ao serviço dos seus integrantes na guerra pela Independência na Bahia. Muitos soldados e oficiais negros se distinguiram nos combates de 1866, mas o governo e o Exército brasileiros relutavam em aceitar a identidade racial implícita dessas unidades, e elas foram extintas antes do final daquele ano. Além de corrigir os muitos equívocos sobre os zuavos baianos repetidos com frequência na bibliografia acadêmica e popular, este artigo reflete sobre a complexidade da política racial na sociedade brasileira imperial e a visão negra do serviço ao Estado (e de cidadania) estreitamente ligado ao serviço militar.

Palavras-Chave: Guerra do Paraguai - zuavos baianos - política racial - recrutamento militar

Abstract: This article examines the mobilization of black regiments in Bahia (and Pernambuco) during the 1864-70 war with Paraguay. These racially-segregated companies shared many overall similarities to other military units but they also drew on the legacy of the colonial black militia and their members' patriotic service in the struggle for independence in Bahia. Many black soldiers and officers distinguished themselves in battle in 1866, but the Brazilian government and army were reluctant to accept the racial identity implied in these units, and they were all abolished by the end of the year. In addition to correcting the many misconceptions about the Zuavos that commonly appear in academic writing as well as more general literary genres, this article reflects on the com-

¹ Artigo publicado Originalmente na Revista Afro-Asia da UFBA n. 46 (2012), p. 121-16.

Agradeço ao Social Sciences and Humanities Research Council do Canadá pelas bolsas de pesquisa que permitiram a elaboração deste artigo. Trata-se de uma versão consideravelmente ampliada e revisada de "Patriotic Mobilization in Brazil: The Zuavos and Other Black Companies", in Hendrik Kraay e Thomas L. Whigham (orgs.), *I Die with My Country: Perspectives on the Paraguayan War, 1864-1870* (Lincoln: University of Nebraska Press, 2004), pp. 61-80. As seguintes abreviaturas são usadas nas notas: ACD (Anais da Câmara dos Deputados); AHEx/RQ (Arquivo Histórico do Exército, Requerimentos); AN (Arquivo Nacional), SPE (Seção do Poder Executivo); APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia), SACP (Seção de Arquivo Colonial e Provincial), SJ (Seção Judiciária); BN/SM (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos); CLB (Coleção das Leis do Brasil); OD (Ordem do Dia).

² Hendrik Kraay leciona na Universidade de Calgary desde 1997, onde foi chefe do Departamento de História de 2011 a 2016. É especialista em história do Brasil e possui doutorado em História pela University of Texas.

plex racial politics of imperial Brazilian society and the black vision of service to the state (and of citizenship) as closely connected to military service.

Keywords: Paraguayan war - Bahian Zuavos - racial politics - military recruitment

Introdução

Pouco depois de as tropas aliadas atravessarem o rio Paraná e invadirem o sul do Paraguai em abril de 1866, Francisco Otaviano de Almeida Rosa escreveu jubiloso, de Buenos Aires, ao ministro da guerra: “Um abraço pelos nossos triunfos. Vivam os brasileiros, sejam brancos, negros, mulatos ou caboclos! Vivam! Que gente brava!”³ O entusiasmo do diplomata brasileiro pelos feitos militares dos seus patrícios não brancos coloca a questão do impacto da guerra na política racial brasileira. Na época, o Brasil era a maior sociedade escravista nas Américas, com um milhão e meio de homens e mulheres escravizados. Mas pelo menos quatro milhões de afrodescendentes livres ou libertos viviam no país e constituíam dois quintos da população total de dez milhões de habitantes.⁴

O significado da grande mobilização militar para essa população afro-brasileira ainda permanece uma questão controversa, mas relativamente pouco estudada. Decerto, homens negros dominavam as fileiras brasileiras, embora a propaganda paraguaia, que retratava todos os soldados brasileiros como “macacos”, exagerasse no seu apelo ao preconceito racial. Para muitos, notadamente o historiador Júlio José Chiavenato, o grande número de homens negros nas fileiras brasileiras evidencia uma política genocida propositalmente executada pelos comandantes que usavam esses soldados como bucha de canhão, especialmente depois do começo do recrutamento sistemático de escravos em fins de 1866.⁵ Outros ecoam a declaração de Otaviano e vêem a guerra como uma experiência racialmente compartilhada que forjou a nacionalidade nos campos de batalha.⁶ A história de Cândido da Fonseca Galvão, mais conhecido como Dom Obá II (o título iorubá por ele adotado no Rio de Janeiro na década de 1880), que serviu numa das companhias de zuavos (compostas de homens negros) criadas na Bahia em 1865-66, revela a complexidade da experiência de guerra para a população negra. Profundamente monarquista, Dom Obá destacava seu serviço ao imperador como evidência do seu pertencimento à nação brasileira, mas também publicava críticas sofisticadas da discriminação racial que ele e o resto da população negra enfrentavam.⁷

3 Francisco Otaviano de Almeida Rosa a José Antônio Saraiva, Buenos Aires, 24/4/1866, in Francisco Otaviano [de Almeida Rosa], *Cartas de Francisco Otaviano*, organizado por Wanderley Pinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 159.

4 Richard Graham, “Free African Brazilians and the State in Slavery Times”, in Michael Hanchard (org.), *Racial Politics in Contemporary Brazil*, Durham: Duke University Press, 1999, p. 31.

5 Júlio José Chiavenato, *Os Voluntários da Pátria (e outros mitos)*, São Paulo: Global, 1983; Júlio José Chiavenato, *O negro no Brasil da senzala à Guerra do Paraguai*, São Paulo: Brasiliense, 1980.

6 Marco Antônio Cunha, *A chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p. 63, 139, 143.

7 Eduardo Silva, *Dom Obá II d’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Em 1865, todavia, o futuro Dom Obá não passava de uma figura secundária na mobilização dos homens negros na Bahia e em Pernambuco. Nas capitais das duas províncias, muitas companhias de homens negros, denominadas zuavos, couraças e sapadores, foram organizadas em 1865-67. Mais de mil homens marcharam para a guerra usando fardas distintas, identificando-se como defensores negros do Império. Essa ideologia remontava a uma longa tradição, que vinha do período colonial, de serviço à monarquia e ao Estado por parte de homens de cor. A mobilização deles também integrava as redes de clientelismo que os ligavam ao sistema político. A experiência desses soldados, e principalmente a dos seus oficiais, cuja atuação militar pode ser seguida em diversas fontes documentais, revela a complexidade da política racial do Estado brasileiro, que recorreu à mobilização de homens negros, mas não aceitou a identidade racial implícita no ato de organizar companhias negras. A mobilização para a guerra invocou antigas tradições de serviço ao Estado por parte de homens negros, mas o governo e o Exército logo as rejeitaram, abolindo as companhias negras no decorrer do ano de 1866. Depois da guerra, havia pouco espaço para os veteranos negros exigirem a cidadania e, como a maioria dos ex-soldados, eles permaneceriam marginalizados pela sociedade.

Embora seja bem conhecido que o Brasil mobilizou companhias negras no começo da guerra, não há nenhum estudo sistemático da sua organização, composição social ou participação na guerra. Este artigo é baseado em documentação baiana sobre a mobilização e o recrutamento na província, e informações de diversas fontes sobre a atuação militar dos quarenta homens que serviram como oficiais de patente nessas companhias negras (ou que foram promovidos a oficiais depois de terem começado seu serviço como cadetes ou sargentos nas unidades racialmente segregadas). Além de corrigir os muitos equívocos sobre os zuavos repetidos com frequência na literatura acadêmica e popular, este artigo reflete sobre a complexidade da política racial na sociedade brasileira imperial e a visão negra de serviço ao Estado (e de cidadania) estreitamente ligado ao serviço militar.

A mobilização patriótica, 1865-66

A eclosão da guerra provocou uma onda de patriotismo em todo o país. Na véspera de Natal de 1864, João Batista Calógeras, um funcionário público no Rio de Janeiro, escreveu sobre a “efervescência patriótica” que já chegara a “36 graus”. “Deus ajude o Brasil”, acrescentou preocupado.⁸ Embora esse “patriotismo militante” fosse, como lembra Richard Morse, compartilhado principalmente por “uma elite europeizada”, ele se estendeu mais profundamente na sociedade do que muitos historiadores reconhecem, chegando a revelar uma “fibra nova – até então desconhecida – da nacio-

8 João Batista Calógeras a Pandiá George Calógeras, Rio de Janeiro, 24/12/1864, in João Batista Calógeras, Um ministério visto por dentro: cartas inéditas de João Batista Calógeras, alto funcionário do império, organizado por Antônio Gontijo de Carvalho, Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 175

nalidade”⁹ Milhares de homens (e mesmo algumas mulheres) se apresentaram voluntariamente para pegar em armas ou para servir ao país de outras maneiras, enquanto os governos imperial e provinciais foram inundados por doações em espécie e em mercadorias para o esforço de guerra. A criação das companhias negras na Bahia e em Pernambuco fez parte dessa mobilização patriótica maciça.

Para facilitar o recrutamento, o governo imperial criou os Voluntários da Pátria na primeira semana de janeiro de 1865. Os soldados e oficiais dessas novas unidades serviriam apenas enquanto durasse a guerra, receberiam uma gratificação na hora de assentar praça e soldos mais elevados que os da tropa de linha. Depois da guerra, seriam recompensados com terras em colônias agrícolas e preferência na contratação para o funcionalismo público. Essas condições foram logo estendidas aos guardas nacionais designados para o serviço militar, e nada menos que 75% dos 91.000 homens alistados (segundo o Exército) tinham direito ao status e aos benefícios dos Voluntários.¹⁰ Milhares assentaram praça voluntariamente em 1865. Um amanuense da secretaria da tesouraria provincial baiana ingenuamente solicitou três meses de licença com vencimento para participar da guerra contra o “déspota do Paraguai”; o professor público da cadeira primária da freguesia de São João do Paraguaçu demonstrou mais juízo ao pedir uma licença por tempo indeterminado. Estudantes de medicina serviram voluntariamente nos hospitais de sangue. Muitos dos que se apresentaram faziam parte da pequena “classe média”, cujos integrantes tinham ligações estreitas com o Estado, e Calógeras se perguntou o que aconteceria com tais “homens que nunca manejaram um fuzil”.¹¹

As redes de clientelismo logo produziram “voluntários”, à medida que os senhores de terras mobilizaram seus dependentes e marcharam com eles às capitais provinciais, da mesma forma que os levavam às urnas nos dias de eleição.¹² Um historiador de Pernambuco observa que a maioria dos voluntários daquela província se alistava em grupos, com frequência sob a orientação do patrão. Os que organizavam esses grupos de recrutas esperavam comandá-los. Um major da Guarda Nacional de Curalinho, João Evangelista de Castro Tanajura, prometeu doar lotes de terra nas suas fazendas de gado e nos seus engenhos de açúcar às famílias dos voluntários que se juntassem a ele. Insistiu, todavia, que esses homens só marchariam para a guerra sob o seu próprio comando, o que foi negado pelo presidente da província. Dionísio Cerqueira, na época um jovem cadete, recordou que Tanajura, seu primo, faleceu pouco depois de uma “febre cerebral, causada, decerto, pela decepção amarga de

9 Richard M. Morse, *From Community to Metropolis: A Biography of São Paulo, Brazil*, New York: Octagon Books, 1974, pp. 142-43; Eduardo Silva, “O Príncipe Obá, um Voluntário da Pátria”, in Maria Eduarda Castro Magalhães Marques (org.), *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 70.

10 Decreto 3371, 7/1/1865; Decreto 3508, 30/8/1865, CLB; “Mappa da força com que cada uma das Províncias do Império concorreu para a guerra do Paraguay, segundo os mappas remetidos a esta Secretaria de Estado”, in Brasil, *Ministro da Guerra, Relatório (1872)*; Peter M. Beattie, *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil, 1864-1945*, Durham: Duke University Press, 2001, pp. 173-74.

11 Requerimentos de José Jorge Bisucheth e José Jorge Perrucho ao Presidente, [Salvador], ca. 1865, APEB/SACP, maço 3670; Presidente ao Ministro da Guerra, Salvador, 4/8/1865, ANRJ/SPE/IG1, maço 125, fl. 247; J. B. Calógeras a P. G. Calógeras, Rio de Janeiro, 12/1/1865, in Calógeras, *Ministério*, p. 197.

12 Sobre as eleições e a mobilização de clientelas para votar, ver Richard Graham, *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*, Stanford: Stanford University Press, 1990, cap. 5; sobre Pernambuco, ver Márcio Lucena Filho, “Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2000), pp. 92-3.

ver seu batalhão dado ao comando de outro, [por] influência política do partido dominante”. Um oficial e alguns soldados de outro batalhão de voluntários desertaram ao invés de servir sob as ordens dos oficiais indicados pelo presidente provincial.¹³ Não importa como os Voluntários tenham sido recrutados, todos sabiam que eram diferentes dos recrutados para servir como soldado raso no Exército, e os primeiros batalhões de voluntários embarcariam de Salvador no meio de muita pompa e festa em março e abril de 1865.

Doações para o esforço de guerra também afluíram aos cofres provinciais desde fins de 1864, quando o Brasil invadiu o Uruguai, e dispararam quando a notícia da invasão paraguaia de Mato Grosso chegou à província. Funcionários públicos e oficiais militares doaram uma parte de seus salários. Comerciantes e senhores de engenho ofereceram quantias avultadas ao governo. Depois de uma reunião com mais de cem negociantes da praça, em agosto de 1865, o presidente da Bahia relatou que recebera mais de vinte contos para equipar os batalhões da cidade. O dono de uma imprensa se ofereceu para imprimir gratuitamente as proclamações e circulares relacionadas à guerra, e as estradas de ferro e companhias de navegação não cobravam as passagens dos recrutas e soldados. Sociedades filarmônicas e dramáticas promoveram espetáculos em benefício da mobilização. Os diretores de escolas particulares abriram suas portas aos filhos dos voluntários, sem cobrar-lhes as mensalidades.¹⁴

As mulheres também participaram da mobilização. Esposas e mães dos militares costuraram camisas e preparam fios de linho para os hospitais de sangue. Mesmo senhoras da alta sociedade pegaram na agulha. Calógeras, sempre crítico, ofereceu “dois dedos de comédia” a seu filho e descreveu a maneira ostentosa com que as “grandes damas” da Corte “entregaram-se ao piedoso trabalho de fazer chumaço para os feridos”. Para assegurar a máxima visibilidade, reuniram-se em frente a janelas abertas entre 17h e 19h.¹⁵ As senhoras da elite também participaram de uma campanha mais simbólica, lideradas pela viscondessa de Tamandaré (esposa do comandante das forças navais), que convidou as “senhoras brasileiras” a contribuírem com joias para enfeitar uma espada para o imperador. Uma baiana doou “da melhor pulseira que possui a melhor pedra que ela tinha”.¹⁶ Algumas senhoras se apresentaram para servir de enfermeiras, e Jovita Alves Feitosa, uma jovem do Piauí, teve seu momento de celebridade por ter escondido sua condição feminina e se alistado em um batalhão

13 João Evangelista de Castro Tanajura ao Presidente, Curralinho, 2/2/1865; e Salvador, 21/4/ 1865, APEB/SACP, maço 3669; Dionísio Cerqueira, *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 56; Tenente-Coronel Comandante, Segundo Batalhão, Voluntários da Pátria, ao Comandante das Armas, Salvador, 16/5/1865 (cópia), APEB/SACP, maço 3444; O Alabama, 25/5/1865.

14 Sobre essas ofertas, ver “Registro de Donativos”, APEB/SACP, maço 3675-1, fols. 86r-146r. A reunião com comerciantes é mencionada pelo Presidente ao Ministro da Guerra, Salvador, 24/8/ 1865, ANRJ/SPE/IG1, maço 125, fols. 276r-77r; e *The Anglo-Brazilian Times*, 7/9/1865. Muitos outros donativos são mencionados em APEB/SACP, maço 3669; e “Relação dos donativos feitos ao Estado para as despesas da guerra, bem como para aquisição de Voluntários da Pátria ...”, 20/4/1866, apêndice ao Brasil, Ministro da Guerra, Relatório (1866). Esses donativos foram analisados por Sílio Bocanera Júnior, “A Bahia na Guerra do Paraguai”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 72 (1945), pp. 141-88; Ricardo Salles, *Guerra do Paraguai: escraavidão e cidadania na formação do Exército*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 98-105; Marcelo Santos Rodrigues, “Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (a participação da Bahia no conflito)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2001), pp. 55-6. A mesma história pode ser contada para outras províncias; ver Davi Carneiro, *Paraná na Guerra do Paraguai*, Rio de Janeiro: Americana, [1940], pp. 119-25; Zildete Inácio de Oliveira Martins, *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai*, Goiânia: UFG Editora, 1983, pp. 70-3; Lucena Filho, “Pernambuco”, pp. 89-91; Adatao M. R. da Câmara, *O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai*, Natal: Tipografia Galhardo, 1951, pp. 24-7; Maria Regina Santos de Souza, “Impactos da Guerra do Paraguai na província do Ceará (1865-1870)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2007), pp. 71-89

15 J. B. Calógeras a P. G. Calógeras, Rio de Janeiro, 22/1/1865, in Calógeras, Ministério, p. 202.

16 Feliciano Maria de Brito Lopes Alves ao Presidente, Salvador, 31/10/1865, APEB/SACP, maço 3669.

de voluntários daquela província (no Rio de Janeiro, as autoridades militares negaram-lhe a autorização para seguir para o Sul).¹⁷

Muitos dos que contribuíram para o esforço de guerra tinham uma conexão com o Estado. Comerciantes e funcionários públicos poderiam ter sofrido reveses nos seus negócios ou nas suas carreiras se não tivessem feito doações; viam-nas como serviços que deviam ser compensados. Portanto, como as senhoras da Corte, procuravam dar maior publicidade a seus gestos. O primeiro baiano a se apresentar voluntariamente em 1864, no começo da crise no Uruguai, era major honorário do Exército, tenente-coronel da Guarda Nacional de Salvador e empregado da alfândega. Ele explicitamente pediu que sua oferta fosse submetida ao imperador e se declarou orgulhoso de ser o primeiro baiano a se apresentar “para conter o vandalismo oriental” (isto é, uruguaio, referência ao partido Blanco derrotado pelos brasileiros em 1864-65).¹⁸ Patriotas da classe média, homens respeitáveis, suas aspirações eram pouco diferentes de seus equivalentes na França ou na Prússia, como Morse sugere pensando no patriotismo de uma elite europeizada.

Esse patriotismo contrastava com o que muitos percebiam como preocupante surdez ao apelo da pátria. Da remota vila de Monte Santo, um comandante da Guarda Nacional lamentou que “o povo desta terra não compreende o que é patriotismo, e só marchará se for recrutado”, a solução consagrada para conseguir mão de obra militar.¹⁹ De fato, a primeira reação da maioria dos governos provinciais ao saber da invasão paraguaia foi um novo esforço para recrutar soldados à força. À medida que a notícia da criação dos Voluntários da Pátria chegava às capitais, suspendia-se o temível recrutamento, mas ele não desapareceu completamente em 1865.²⁰ Em fins de 1866, quando a derrota na batalha de Curupaiti (22 de setembro de 1866) anunciou a necessidade de mais soldados, o recrutamento forçado recomeçaria a todo vapor.

A mistura de voluntariedade e recrutamento forçado criou muita confusão. O comandante das armas da Bahia lamentou a “maneira antimilitar por que procedem os organizadores de forças, levando o paisanismo a tal ponto” de excluí-lo, ele que era “chefe da classe militar nesta província”, da indicação de oficiais do Exército (homens sujeitos ao seu comando) para postos nos batalhões de Voluntários da Pátria. Depois da guerra, oficiais deploravam os “cidadãos incompetentes” que tinham sido indicados para o comando de companhias ou batalhões que haviam organizado, o que levou a muitas perdas desnecessárias nos campos de batalha. Tudo isso confirma a observação de Gilberto Freyre de que os brasileiros se ofereceram para defender a pátria “menos como soldados

17 June Hahner, *Emancipating the Female Sex: The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940*, Durham: Duke University Press, 1990, p. 63; Francisco Augusto Pereira da Costa, *Cronologia histórica do Estado do Piauí*, Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v. 2, pp. 501-5

18 Gustavo Adolpho de Menezes ao Comandante das Armas, Salvador, 3/5/1864, ANRJ/SPE/IG1, maço 125, fl. 203.

19 Felisberto José Pinho ao Presidente, Monte Santo, 6/5/1865, APEB/SACP, maço 3669.

20 Para Salvador, essa trajetória pode facilmente ser seguida nos números de janeiro de 1865 d'O Alabama; para outra província, ver Câmara, Rio Grande do Norte, p. 21.

propriamente ditos do que como guerreiros”.²¹ Dada a importância das redes de clientelismo no recrutamento, todavia, foi essencial adotar essa maneira de mobilizar o país. Até março de 1866, os 10.189 homens mobilizados pela Bahia haviam embarcado em 37 batalhões ou companhias avulsas, variando em tamanho de doze a 598 homens.²² Apenas 593 deles eram recrutas ou voluntários enviados para completar unidades já existentes. De fato, o presidente relutava em mandar recrutas: “É feio”, explicou.²³

Embora as repetidas reorganizações do Exército em Operações apagassem muitas das distinções entre os Voluntários da Pátria e os soldados do Exército, o tema central da mobilização de 1865-66 seria sua feição voluntária. Era, decerto, um mito, pois muitos – talvez a maioria – dos brasileiros que serviram contra o Paraguai estavam nas fileiras contra sua vontade, mas tais mitos foram cruciais para retratar a guerra de uma forma aceitável.²⁴ Além disso, o mito tinha uma base na realidade, como demonstra a mobilização de milhares de voluntários em 1865, uma mobilização que tinha raízes profundas na sociedade. O caso dos zuavos, ademais, coloca a questão da origem e da natureza dessa identificação com o Estado e com a nação.

Zuavos e couraças: o legado da guerra pela Independência

Por que o governo baiano resolveu recrutar companhias de zuavos e couraças em 1865 ainda é um mistério. Recrutar companhias de homens negros negava a bem-estabelecida política militar de não levar em conta a cor dos soldados. As últimas unidades segregadas nas forças armadas brasileiras (os batalhões milicianos de homens pardos e pretos) tinham sido extintas em 1831, quando da criação da Guarda Nacional. O último vestígio da preferência racial no recrutamento, isto é, a exclusão de “homens pretos” das fileiras do Exército, foi abolido em 1837, quando o governo do Regresso sentiu a necessidade de aumentar o seu efetivo.²⁵ Desde então, o Exército seria uma instituição formalmente cega à cor da pele, e que levava essa política ao extremo: na fé-de-ofício padrão não tinha lugar para indicar a cor do soldado e, portanto, o Exército não podia fornecer essa informação básica às autoridades policiais encarregadas da captura de desertores.²⁶

21 Comandante das Armas ao Presidente, Salvador, 19/10/1865, APEB/SACP, maço 3411; José Luiz Rodrigues da Silva, *Recordações da campanha do Paraguai*, São Paulo: Melhoramentos, 1924, p. 23; Artur Silveira da Mota Jaceguai, *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, Rio de Janeiro: Officina Graphica “A Noite”, 1935, p. 154; Gilberto Freyre, *Ordem e progresso*, Rio de Janeiro: José Olympio, v. 1, p. 308.

22 Bahia, Presidente, Relatório (1866), pp. 16-7.

23 Manoel Pinto de Souza Dantas a Saraiva, Salvador, 24/8/1865, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 272, pasta 31, doc. 20

24 Sobre esse ponto, ver também Salles, *Guerra do Paraguai: escravidão*, p. 61, 63.

25 Sobre essas mudanças na política de recrutamento, ver Hendrik Kraay, *Política racial, Estado e forças armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*, São Paulo: Hucitec, 2011, pp. 124-30, 290-91, 311-14, 326-28.

26 Apenas 23,1% dos 620 avisos sobre desertores, entre 1854 e 1887, tinham informação sobre a cor do soldado, Hendrik Kraay, “O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89)”, in Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (orgs.), *Nova História Militar Brasileira*, Rio de Janeiro: FGV Editora e Bom Texto, 2004, p. 242.

A proposta para a criação de companhias negras na Bahia veio de fora do Exército, como grande parte da mobilização patriótica de 1865- 66. Quirino Antônio do Espírito Santo (Figura 1) se ofereceu, no dia 26 de janeiro de 1865, para organizar um “respeitável corpo de voluntários” de “cidadãos crioulos”, “que pelo seu denodo, coragem e amor à pátria recordar[iam] mais uma vez os valorosos combatentes sob o comando do celebre Henrique Dias”. Quirino invocou o patriotismo que tinha sentido durante a guerra pela Independência (1822-23) e proclamou que, “impelido por uma força sobrenatural venho oferecer-me ao governo para ir combater em prol da honra, integridade e soberania do Império, que vis gaúchos pretendem insanamente macular”.²⁷



Figura 1: Os Capitães Quirino Antônio do Espírito Santo e João Francisco Barbosa de Oliveira Fonte: Bahia Illustrada, 7/7/1867

A proposta foi logo aprovada e, no dia 1º de fevereiro, Quirino se instalou no Forte do Barbalho e começou a organizar a companhia. Dentro de poucos dias, tomou o nome de “zuavos baianos” e o presidente aprovou uma subscrição para fardar os novos recrutas com o uniforme garboso das tropas coloniais franceses na Argélia.²⁸ Desconheço o porquê da decisão de adotar o nome e o uniforme das tropas coloniais francesas. Na década de 1860, a moda zuava de bombachas vermelhas, colete azul bordado e pequeno boné ou fez já havia sido amplamente divulgada entre diversos exércitos, tais como as forças do Norte e do Sul na guerra civil norte-americana e as tropas internacionais do papa.²⁹ Marco Antônio Cunha argumenta que a morte heróica de um zuavo francês nascido no Rio de Janeiro durante a tomada da Torre Malakoff na Criméia inspirou a criação dos zuavos baianos uma década depois, mas esse homem – Eduardo de Villeneuve – não foi invocado na mobilização

²⁷ Quirino Antônio do Espírito Santo ao Presidente, Salvador, 26/1/1865, O Alabama, 6 de fevereiro de 1865.

²⁸ Sobre a subscrição, ver as cartas da Bahia, 5/2/1865, Jornal do Commercio, 10/2/1865; 14/2/ 1865, Jornal do Commercio, 21/2/1865; Pedro Francelino ao Presidente, Salvador, 6/4/1865, APEB/SACP, maço 3137

²⁹ Henri Dutailly, “Les premiers Zouaves (1830-1841)”, *Revue Historique des Armées*, v. 5, n. 4 (1978), pp. 43-52; Lee A. Wallace, “Coppens’ Louisiana Zouaves”, *Civil War History*, v. 8, n. 3 (1962), pp. 269-92; Gerald E. Wheeler, “D’Epineuil’s Zouaves”, *Civil War History*, v. 2, n. 4 (1956), pp. 93-100; Jean Guenel, *La dernière guerre du pape: les Zouaves Pontificaux au secours du Saint-Siège*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1998.

baiana.³⁰ Além disso, companhias de zuavos foram criadas apenas na Bahia, e a única outra companhia negra organizada em 1865-66 no Recife adotou o nome somente depois de se reunir aos zuavos baianos no Uruguai.³¹

Onze companhias de zuavos, com um efetivo total de 635 homens, bem como uma companhia de couraças, de 80 homens, embarcaram na Bahia para o Rio de Janeiro e os campos de batalha antes de março de 1866 (há alguns indícios de uma tentativa de criação de uma décima segunda companhia de zuavos, mas é provável que seus integrantes fossem para o Sul na qualidade de recrutas). (Tabela 1)³²

Tabela 1
As Companhias de Zuavos Criadas na Bahia, 1865-66
(por ordem de embarque)

Número	Comandante	Número de praças
1	Tenente Quirino Antônio do Espírito Santo	71
2	Tenente Marcolino José Dias	85
3	Tenente João Francisco Barbosa de Oliveira	48
4	Tenente André Fernandes Galiza	56
5	Capitão Militão de Jesus Pires	95
6	Tenente Francisco Higino Carneiro	56
7	Tenente Balbino Nunes Pereira	12
9	Alferes Manoel do Nascimento e Almeida	56
10	Alferes Eugenio José Moniz	51
11	Alferes Nicolau da Silveira	29
8	Alferes Nicolau Beraldo Ribeiro de Navarro	76
Total de Praças		635

Fonte: Bahia, Presidente, *Relatório*, 1/3/1866, pp. 16-17.

A retórica e as redes pessoais envolvidas na criação dos zuavos baianos lembravam outras tradições nitidamente brasileiras, algumas das quais elas compartilhavam com a mobilização no resto do país. Como sugere a liderança de Quirino, os veteranos da guerra pela Independência tiveram um papel central na primeira fase da mobilização. A luta contra os portugueses de 1822 a 1823 marcara

30 Cunha, Chama, p. 73. Essa explicação foi proposta pela primeira vez pelo historiador militar do início do século XX, Gustavo Barroso. Ver Paulo de Queiroz Duarte, *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981-89, v. 2, tomo 5, pp. 185-86.

31 Sobre a criação da companhia negra em Pernambuco, ver Lucena Filho, "Pernambuco", pp. 66-7.

32 Bahia, Presidente, *Relatório* (1866), pp. 16-7; "Mapa demonstrativo do pessoal das Companhias de Zuavos, Couraças e Sapadores organizadas pelo Coronel Comandante Superior Joaquim Antonio da Silva Carvalho", 13/11/1871, APEB/SACP, maço 3675. A única referência à Décima-Segunda Companhia de Zuavos que conheço se encontra na documentação anexa ao requerimento do seu organizador para o melhoramento da sua reforma, resumido em "Projecto n. 67 – 1888: Melhoramento de reforma ao sargento reformado do exército Sotero Joaquim de Almeida", 20/8, ACD (1888), v. 4, pp. 178-79. Em fins de fevereiro de 1866, o sargento Sotero estava preso, acusado de deserção, acusação que ele negava. Suterio [sic] Joaquim de Almeida ao Presidente, Salvador, 23/2/1866, APEB/SACP, maço 3674.

profundamente a sociedade baiana.³³ Na década de 1860, houve um surto de interesse por essa época heróica. Os veteranos mais jovens já se tornavam sexagenários e, em 1862, fundaram a Sociedade Veteranos da Independência, uma sociedade de assistência mútua que também se encarregava de promover a comemoração dos heróis da Independência ao mandar celebrar missas por suas almas. A Sociedade conquistou um papel importante na comemoração o anual do dia Dois de Julho, a data em que as tropas portuguesas evacuaram a cidade do Salvador.³⁴ Ela teve um papel importante na mobilização contra o Paraguai; veteranos da Independência formaram guardas de honra para as despedidas das tropas baianas em 1865 e 1866. No final da guerra, a sociedade levantou fundos para as festas da mui esperada vitória.³⁵

Muitos dos líderes da primeira fase da mobilização baiana haviam lutado na guerra pela Independência. Quando Quirino embarcou como tenente comandante da Primeira Companhia de Zuavos, seu comandante era o tenente-coronel José da Rocha Galvão, outro veterano da Independência. José Elói Buri, capitão da Companhia de Couraças (Figura 2), também foi veterano das lutas de 1822 e 1823. Os couraças, aliás, lembravam os vaqueiros do sertão, vestidos de couro, que haviam se juntado aos patriotas que sitiavam os portugueses em Salvador.³⁶ A essa lista de veteranos da Independência envolvidos na mobilização de 1865, podemos acrescentar o tenente-coronel Domingos Mundim Pestana, comandante do Terceiro Batalhão de Voluntários da Pátria, que havia assentado praça em 1821, com a idade de 15 anos, bem como o coronel Joaquim Antônio da Silva Carvalho, o principal idealizador da Sociedade Veteranos da Independência e figura chave na organização das companhias de zuavos.³⁷ Os comandantes do corpo policial (logo transformado num batalhão de Voluntários da Pátria) e do Batalhão de Caçadores da Bahia também eram veteranos da Independência.³⁸



José Eloy Bury, cap.^m do batalhão 43 de V.P., Veterano da Independência.

Figura 2: O Capitão José Eloi Buri
Fonte: *Bahia Illustrada*, 11/7/1867.

33 Sobre a Independência na Bahia, ver Kraay, *Política racial*, cap. 5. Rodrigues também percebeu a importância retórica da Independência na mobilização baiana, "(In)voluntários", p. 18, 43, 51.

34 "Estatutos da Sociedade Veteranos da Independência", APEB/SACP, maço 3802

35 O Alabama, 24/1/1865; Carta da Bahia, 1/4/1868, *Jornal do Commercio*, 10/4/1868; O Alabama, 21/3/1868

36 Sobre a criação dos couraças, ver O Alabama, 3/8/1865, 12/8/1865 e 4/11/1865.

37 Requerimento de Domingos Mundim Pestana ao Imperador, Salvador, 21/1/1841, AHEX/RQ, D-26-709; fé de ofício de Joaquim Antônio da Silva Carvalho, AHEX/RQ, JJ-119-3115.

38 Respetivamente, Joaquim Maurício Ferreira e José Baltazar da Silveira; sobre a atuação desses homens na luta pela Independência, ver *Jornal do Commercio*, 7/1/1865; e Kraay, *Política racial*, p. 185, 258.

O serviço na luta pela Independência forneceu-lhes contatos que eram úteis. Durante a sua curta escala no Rio de Janeiro em demanda ao Sul, Rocha Galvão e Quirino receberam uma visita de Antônio Pereira Rebouças, o estadista mulato que havia liderado a defesa de Cachoeira contra os portugueses em 1822, juntamente com Rocha Galvão e seus irmãos.³⁹ Poucos dos veteranos idosos resistiram aos rigores da campanha. Quirino faleceu em novembro no hospital de Montevideú, e Pestana, doente e cego, já estava de volta a Salvador em fevereiro de 1866; morreu dois anos mais tarde. Outros resistiram por mais tempo. Rocha Galvão foi morto durante a primeira batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), e Buri sucumbiu ao cólera três dias antes de sua licença médica ter sido anunciada, em fins de 1867.⁴⁰ Enquanto podiam servir, todavia, suas idades lhes garantiram o respeito de seus soldados, a julgar por uma descrição da Primeira Companhia de Zuavos durante uma curta escala em Desterro (hoje Florianópolis): Quirino foi descrito como “um velho preto [que] parece um verdadeiro homem de bem, a quem os seus soldados respeitam-no como a um pai”.⁴¹

A liderança das companhias de zuavos e couraças não só remontava à época da Independência, mas também lembrava uma tradição mais antiga, a da milícia negra abolida em 1831. Na sua proposta, Quirino invocou Henrique Dias, o homem negro que liderara uma tropa de negros livres nas lutas seiscentistas contra os holandeses em Pernambuco. Depois dessa guerra, sua tropa foi transformada numa unidade de milícia. Tais regimentos, denominados Henriques em homenagem ao seu primeiro comandante, proliferaram no século XVIII e formavam um elo chave entre homens de cor e o Estado colonial. Seu oficialato chegou a constituir uma elite negra. Na Bahia, os Henriques distinguiram-se na luta pela Independência, mas os reformadores liberais da década de 1820 solaparam seu status nas forças armadas do novo país independente. Quando da criação da Guarda Nacional, em 1831, o governo aboliu a milícia de homens pretos e pardos. Oficiais e soldados milicianos descontentes apoiaram a Sabinada (1837-38), cujo governo rebelde restaurou seu status, mas muitos dos seus líderes foram mortos no massacre dos derrotados no final da revolta.⁴²

Em Pernambuco oitocentista, o patriotismo provincial, que via a expulsão dos holandeses no século XVII como o momento fundador da identidade pernambucana, mantinha viva a memória dos Henriques.⁴³ Na Bahia, ao contrário, os Henriques estavam completamente ausentes do discurso baiano entre 1838 e 1864. Todavia, a criação das companhias de zuavos inspirou uma onda

39 André Pinto Rebouças, *Diário e notas autobiográficas*: texto escolhido e anotações, organizado por Ana Flora e Inácio José Veríssimo, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 65.

40 Sobre a morte de Quirino, ver o requerimento da sua viúva, Sabina Joanna do Espírito Santo, ao Presidente, Salvador, ca. 1866, APEB/SACP, maço 3670. A volta de Pestana e a sua morte foram noticiadas por *O Alabama*, 1/3/1866 e 7/5/1868. A morte de Rocha Galvão é mencionada por *O Alabama*, 14/6/1866; a licença e a morte de Buri foram anunciadas em ODs 163 e 164, Tuyu-cuê, 6/12/1867 e 7/12/1867, *Exército em operações na República do Paraguai sob o commando em chefe de todas as forças, de S. Ex. Sr. Marechal do Exército Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias*, Rio de Janeiro: Typ. de Francisco Alves de Souza, 1877, v. 2, p. 449, 455.

41 Citado em Duarte, *Voluntários*, v. 2, tomo 5, p. 189.

42 Essa discussão resume a análise da milícia negra em Kraay, *Política racial*, passim; é mais concisamente apresentada em Hendrik Kraay, “Identidade racial na política, Bahia, 1790- 1840: o caso dos Henriques”, in István Jancsó (org.), *Brasil: formação do Estado e da nação*, São Paulo: HUCITEC, Ed. UNJUL, FAPESP, 2003, pp. 521-46.

43 Evaldo Cabral de Mello, *Rubro veia: o imaginário da restauração pernambucana*, 2.ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 34, 50, 53-54, 195-96, 220-24; Lucena Filho, “Pernambuco”, pp. 66-7.

de retórica patriótica que lembrava os heróis negros da luta pela Independência, uma invocação do que Francis Albert Cotta qualifica como o “mito de Henrique Dias”.⁴⁴ Na sua despedida da Segunda Companhia de Zuavos, Carvalhal conclamou-os a combater “denodados contra os paraguaios como o intrépido e imortal Henrique Dias combateu outrora os holandeses e na gloriosa época da Independência o denodado tenente-coronel Manoel Gonçalves [da Silva], fazendo sobressair o valor e [a] bravura da vossa cor”.⁴⁵ Para o embarque da Primeira Companhia de Zuavos, Francisco Moniz Barreto, então o poeta baiano mais popular (e também um veterano da Independência), escreveu às pressas o “Hino dos zuavos baianos”, cuja primeira estrofe e o estribilho são bem representativos da retórica patriótica de 1865:

“Sou crioulo: da guerra na crisma
 Por zuavo o meu nome troquei
 Tenho sede de sangue inimigo
 Por bebê-lo o meu sangue darei
 D’Henrique Dias
 Neto esforçado
 Voo ao teu brado
 Pátria gentil!
 Mais que o da França
 Ligeiro e bravo
 Seja o zuavo
 Cá do Brasil”

As outras estrofes lembravam o serviço de Gonçalves na guerra pela Independência e avisavam aos paraguaios e aos Blancos uruguaios que temessem a ira dos zuavos.⁴⁶

Essa retórica não era apenas simbólica, pois havia conexões diretas entre os zuavos de 1865 e os Henriques da década de 1820. Por algumas semanas em fevereiro e março de 1865, o capitão Joaquim José de Santana Gomes foi encarregado da organização da Segunda Companhia de Zuavos; até 1831, ele havia sido ajudante do batalhão dos Henriques.⁴⁷ Entre os que embarcaram na Primeira Companhia de Zuavos havia o primeiro cadete Constantino Luiz Xavier Bigode, filho do último comandante do batalhão negro (morto no massacre pós-Sabinada).⁴⁸ Embora não existissem livros

44 Francis Albert Cotta, *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*, Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p. 26

45 “Despedida do organizador da 2.a Comp.a de Zuavos Bahianos, Joaquim Antonio da Silva Carvalhal”, 1/5/1865, BNRJ/SM, II-34, 5, 47. Essa palestra foi também reproduzida em “Embarque da 2.a companhia de Zuavos Bahianos para o Rio de Janeiro”, *Jornal do Commercio*, 10/5/1865.

46 “Hymno dos Zuavo Bahianos”, O Alabama, 1/3/1865. No início do século XX, Manoel Raimundo Querino registrou uma versão um pouco diferente, A Bahia de outrora, Salvador: Progresso, 1955, pp. 185-86.

47 Cartas da Bahia, 27/2/1865 e 24/3/1865, *Jornal do Commercio*, 7/3/1865 e 6/4/1865. Sobre Gomes, ver Kraay, *Política racial*, pp. 162, 325, 338-46.

48 Manoel Querino, “Os homens de côr preta na história”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 48 (1923), p. 363.

de registro do batalhão dos Henrique para confirma-lo, é de supor que alguns dos oficiais zuavos haviam servido nas fileiras do batalhão negro na década de 1820. Da mesma forma, o organizador e comandante da companhia negra pernambucana, Felipe José da Exaltação Maniva, tinha assentado praça na milícia negra daquela província em 1817 e fora promovido a alferes em 1821.⁴⁹

Pouco se sabe das ocupações civis dos oficiais zuavos. Segundo o conde d'Eu, que visitou o exército no Rio Grande do Sul em 1865, muitos haviam sido sargentos na Guarda Nacional, o que sugere que gozavam de pelo menos uma modesta posição social e econômica. Tanto Buri como o tenente da Companhia de Couraças João Capistrano Fernandes haviam sido oficiais na Guarda antes de 1850. Na época, exigia-se uma renda anual mínima de 400 mil-réis para servir de oficial nessa força, e metade dela para servir como simples guarda.⁵⁰ Encontrei apenas três referências às ocupações civis dos oficiais negros: Maniva era carpinteiro, Bigode marceneiro e Capistrano administrador de uma tipografia. O capitão André Fernandes Galiza possuía uma roça nos arredores de Salvador.⁵¹ O sargento organizador 12a Companhia de Zuavos alegou ter gasto “alguma fortuna que havia herdado de seus pais, como o produto da venda, que se viu obrigado a fazer, de um estabelecimento comercial que possuía”, na sua tentativa frustrada de cria-la.⁵² Essa evidência sugere que muitos dos oficiais zuavos e couraças vinham da classe dos artesãos qualificados, um perfil bastante similar ao dos oficiais Henriques antes de 1831.⁵³ Também indica que os oficiais zuavos tinham origens sociais mais baixas do que os funcionários públicos e os profissionais que se apresentaram voluntariamente em 1865 e que dominavam a oficialidade dos Voluntários da Pátria.

A retórica da mobilização dos zuavos, bem como a experiência de indivíduos-chaves que participaram da sua mobilização, sugere que as companhias racialmente segregadas incorporavam uma viva tradição de serviço patriótico por parte de homens negros. Os veteranos idosos da época da Independência lideraram uma boa parte da mobilização inicial em 1865 e se viam como sucessores dos heróis negros das lutas passadas contra invasores estrangeiros. Que esses homens tivessem corrido às armas em 1865 não deve surpreender, pois eles, ou seus pais, tinham feito o mesmo quatro décadas antes. Os mais jovens certamente haviam sido criados com histórias dos heróis militares negros das guerras passadas.

49 Requerimento de Felipe Jose da Exaltação Maniva ao Imperador, Rio de Janeiro, 7/6/1874, AHEX/RQ, F-18-672

50 Conde d'Eu, *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 135; Carvalho ao Presidente, Salvador, 13/9/1865, APEB/SACP, maço 3454. Sobre a qualificação para servir na Guarda, ver Kraay, *Política racial*, pp. 327-28.

51 Requerimento de Maniva ao Imperador, 5/9/1837, AHEX/RQ, F-18-672; Requerimento de Constantino Luiz Xavier Bigode ao Ministro do Império, Salvador, 12/6/1875, AHEX/RQ, C60-1707; O Alabama, 23/9/1865 e 19/11/1868

52 “Projecto n. 67 – 1888”, ACD (1888), v. 4, p. 178.

53 Kraay, *Política racial*, p. 144.

O recrutamento para as companhias negras: cor, política e clientelismo

Muito menos se sabe sobre os soldados dos zuavos do que sobre seus oficiais. As poucas fontes sugerem que essas companhias incluíam uma mistura de voluntários e de homens recrutados à força, semelhante ao perfil geral da mobilização brasileira de 1865. O capitão Quirino declarou orgulhoso que apenas “voluntários espontâneos” serviam na Primeira Companhia de Zuavos, mas essa declaração foi motivada pela recusa de um desses “voluntários” a jurar bandeira.⁵⁴ O caso clássico de apresentação de voluntários veio de fora de Salvador: Cândido da Fonseca Galvão (o futuro Dom Obá II), filho de um africano liberto, levou trinta voluntários de Lençóis a Salvador, onde logo assentaram praça na Terceira Companhia de Zuavos, com Galvão promovido a alferes na véspera do embarque.⁵⁵

Os que apresentavam voluntários, como Galvão, ganhavam muito prestígio. Muito depois da guerra, um sargento lembrou que em 1865 circulavam editais “em que o governo prometia conferir o posto de capitão ou de tenente comandante a quem organizasse companhias de voluntários de 20 homens”.⁵⁶ Não encontrei nenhum desses editais, e é pouco provável que o governo tivesse divulgado uma fórmula tão matematicamente rígida para a promoção de organizadores dos voluntários, mas a lembrança do sargento capta bem a importância de recompensar os que haviam se esforçado para a mobilização. André Fernandes Galiza reclamou da dificuldade em organizar uma companhia de zuavos enquanto João Francisco Barbosa de Oliveira (Figura 1) estava encarregado da organização de outra. Barbosa teve mais sucesso que Galiza e embarcou como tenente comandante da Terceira Companhia de Zuavos, com 48 homens (mas a maioria deles eram os voluntários de Lençóis trazidos por Cândido Galvão). A Quarta Companhia de Zuavos, do tenente Galiza, que em fins de julho tinha apenas sete soldados e dois sargentos, além do próprio organizador, embarcou em agosto, segundo o comandante das armas, com apenas doze homens (e um estoque completo de oitenta uniformes).⁵⁷ No ano seguinte, o presidente relatou que essa companhia havia embarcado com 56 homens, e atribuiu a cifra de doze homens à Sétima Companhia, o que é evidentemente um engano (ver Tabela 1).

Como já vimos, apresentar-se como voluntário raramente foi uma decisão individual, e os voluntários normalmente apresentavam-se em grupos, com frequência sob a liderança de um patrão. O papel de indivíduos proeminentes na organização das companhias de zuavos e couraças, entre eles Carvalhal e também Abílio Cesar Borges, o educador e futuro barão de Macaúbas, é outro indício de clientelismo (Borges adquiriu oitenta espingardas para a Quinta Companhia da Zuavos, cuja orga-

54 Quirino ao Comandante das Armas, Salvador, 24/2/1865, APEB/SACP, maço 6463.

55 Silva, Dom Obá II, pp. 41-3, 47-8. O número de voluntários mobilizados por Galvão é alegado no seu “Memorial” ao imperador, Salvador, 27 de março de 1872, AHEX/RQ, C-17-539. Não conheço nenhum outro documento comprobatório, mas a promoção de Galvão a alferes é um forte indício de que ele realmente mobilizou um grupo de voluntários.

56 “Projecto n. 67 – 1888”, ACD (1888), v. 4, p. 178.

57 Requerimento de Andre Fernandes Galliza ao Presidente, ca. junho de 1865, APEB/SACP, maço 3438; Comandante das Armas ao Presidente, Salvador, 26/7/1865, APEB/SACP, maço 3448; 21/8/1865, APEB/SACP, maço 3454.

nização ele supervisionou).⁵⁸ Outros recrutas aparentemente sucumbiram à pressão de “amigos”: em novembro, um zuavo voluntário se arrependeu da sua decisão de assentar praça, alegando ter sido “iludido por amigos que se banquetearam em certa ocasião”.⁵⁹

Assentar praça numa companhia de zuavos tinha significado social específico, pois implicava servir numa companhia negra. É de supor que os “voluntários espontâneos” de Quirino compartilhassem uma identidade racial que os levasse à companhia negra em vez de aos outros batalhões que estavam sendo organizados na mesma época. Alguns guardas nacionais recrutados solicitaram que fossem mandados para uma companhia de zuavos em agosto de 1865, o que talvez indique semelhante identidade racial. As autoridades militares e policiais aparentemente se esforçavam para manter o perfil racial dos zuavos. O comandante das armas selecionava os recrutas crioulos das levas do interior para mandá-los aos zuavos, e excluiu um homem de uma das companhias zuavas “por ser de cor parda”.⁶⁰ A polícia também colaborou nesse sentido e assegurou que os dezesseis crioulos encontrados entre 464 recrutas fossem levados às companhias de zuavos no final de 1865.⁶¹

Há indícios de um surto de recrutamento forçado para as companhias de zuavos em meados de 1865. Em agosto, O Alabama recomendou que o governo desse baixa a certo Veríssimo, que sofria de doença mental e provocou desordens com seus gritos quando tentou fugir do quartel para evitar o serviço militar. No mesmo mês, esse jornal relatou que as companhias de zuavos então sendo organizadas tinham listas de guardas nacionais a serem designados para suas fileiras. O chefe de polícia enviou outro guarda aos zuavos na qualidade de recruta depois de prendê-lo numa casa de jogos. No dia 26 de agosto, soldados zuavos tentaram recrutar a força um escravo pardo, Simão, que conseguiu escapar mergulhando no mar, mas morreu afogado.⁶²

Dois outros casos de recrutamento de escravos sugerem certa solidariedade entre zuavos e escravos, que aparentemente apresentaram-se voluntariamente. Um escravo jovem, João, foi mandado à rua para comprar folhas de banana; duas horas mais tarde, estava fardado de zuavo e pronto para servir a seu país, e não mais a seu dono, que logo solicitou a devolução da sua propriedade. Quando o dono de outro escravo, João Gualberto da Silva, reclamou a sua devolução, foi insultado pelos zuavos; no dia seguinte, ele descobriu que seu escravo já havia assentado praça, o que implicava um processo mais complicado para conseguir sua baixa do serviço militar. Ademais, João Gualberto era um liberto sob condição, o que enfraquecia o direito de propriedade do seu dono, e o presidente ordenou que este apresentasse mais documentos comprobatórios do seu direito de posse. Um mês mais

58 Carta da Bahia, 13/9/1865, *Jornal do Commercio*, 22/9/1865; Abílio Cesar Borges ao Presidente, Salvador, 21/12/1865, APEB/SACP, maço 3669.

59 Comandante das Armas ao Presidente, Salvador, 2/11/1865, APEB/SACP, maço 3424.

60 Comandante das Armas ao Presidente, Salvador, 10/8/1865, APEB/SACP, maço 3438; 26/7/1865, APEB/SACP, maço 3448; 24/10/1865, APEB/SACP, maço 3411.

61 Osvaldo Silva Felix Júnior, “Repensando a Guerra (a participação da Bahia na Guerra do Paraguai), 1865-1870” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual da Bahia, 2009), pp. 63-7.

62 O Alabama, 1/8/1865, 22/8/1865 e 31/8/1865; João Francisco Barbosa de Oliveira ao Comandante das Armas, Salvador, 5/6/1865, APEB/SACP, maço 3444; Comandante das Armas ao Chefe de Polícia, 11/9/1865, APEB/SACP, maço 6463; O Alabama, 11/9/1865.

tarde, João Gualberto ainda estava na prisão militar, preso enquanto durassem as averiguações sobre sua condição.⁶³ Nesses dois casos, é provável que os escravos fossem cúmplices no seu recrutamento e que os zuavos os tivessem ajudado a fugir do cativo. Depois dessa conjuntura, não houve mais reclamações sobre o recrutamento forçado para as companhias de zuavos, o que sugere que tinham sido devidas aos excessos de um determinado oficial.

Algumas outras fontes sugerem que os soldados zuavos eram, às vezes, desordeiros e que estavam bem integrados à cultura popular e à vida das ruas. O Alabama reclamou, no início de junho de 1865, que as guardas da companhia de zuavos “leva[va]m a noite a provocar desordens, a bulir com as negras e a atirar foguetes e roletes [de cana] em cima de quem passava”. “Uma porção de moleques”, meninos negros, portanto, se juntava aos divertimentos dos zuavos e por isso ganharam o apelido de “zuavinhos”.⁶⁴ Haviam começado a festejar o São João bem antes do seu dia, 24 de junho.

O papel da política partidária na mobilização de 1865-66 tem sido pouco estudado, embora a política moldasse o recrutamento tanto em tempo de guerra como em tempo de paz.⁶⁵ Os governos progressistas, compostos de liberais e conservadores moderados, detinham o poder entre 1862 e 1868, e tanto os saquaremas (conservadores) como os liberais históricos não cansavam de denunciar o que consideravam os excessos dos situacionistas. O correspondente conservador baiano do *Jornal do Commercio* (do Rio de Janeiro), por exemplo, condenou a indicação de Marcolino José Dias para comandar a Segunda Companhia de Zuavos, pois o novo tenente era um liberto que “nada tem feito para nobilitá-lo”. O jornalista alegou que Marcolino vivia de ser espião da polícia baiana e que havia sido promovido a sargento na Guarda Nacional “por causa do terror que durante a eleição infundiam as suas cabeçadas a todo mundo”. Durante uma recente sessão da assembleia provincial, Marcolino liderava uma “porção de capangas” que se reunia na galeria para intimidar o único deputado opositor.⁶⁶

A referência às cabeçadas de Marcolino é um indício da ligação entre a política partidária e o mundo da rua, dominado pelos negros, entre eles capoeiras. Embora as maltas de capoeiras fossem características da vida no Rio de Janeiro oitocentista, há poucas referências capoeira em Salvador. Na Corte, os capoeiras enfrentavam a repressão policial, mas também se incorporavam às redes cliente-

63 Esses dois casos podem ser seguidos nos documentos seguintes: Requerimento de Florencio da Silva e Oliveira ao Presidente, ca. 1865, APEB/SACP, maço 3696; O Alabama, 2/9/1865, 4/9/1865 e 4/10/1865; Comandante das Armas Interino ao Presidente, Salvador, 9/9/1865, APEB/SACP, maço 3432. Dois escravos tiveram mais sucesso em escapar de seus donos através das companhias de Zuavos, pois seus donos souberam do seu paradeiro após eles terem embarcado com, respectivamente, a Primeira e a Segunda Companhia de Zuavos. Ver Felix Júnior, “Repensando”, pp. 84-5. Sobre os trâmites para reclamação de escravos foragidos encontrados no Exército, ver Hendrik Kraay, “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888”, *Afro Ásia*, v. 17 (1996), pp. 29-56.

64 O Alabama, 6/6/1865. Nesse sentido, os zuavos pouco diferiam dos outros soldados brasileiros, Kraay, *Política racial*, caps. 3 e 7; Beattie, *Tribute*, cap. 7; Kraay, “Cotidiano”, pp. 237-68.

65 Hendrik Kraay, “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial”, *Diálogos*, v. 3, n. 3 (1999), pp. 113-51.

66 Cartas da Bahia, 26/3/1865 e 10/4/1865, *Jornal do Commercio*, 6/4/1865 e 15/4/1865.

lísticas dos partidos políticos, como havia feito o tenente Marcolino.⁶⁷ Manoel Raimundo Querino, o cronista da história afro-baiana, escreveu, no início do século XX, que o governo baiano havia mandado muitos capoeiras aos campos de batalha no Paraguai, onde se distinguiram nos combates, como a tomada de Curuzu em setembro de 1866.⁶⁸ Embora não haja referências específicas ao recrutamento de capoeiras baianos durante a guerra, Marcolino efetivamente se distinguiu nessa batalha.

As acusações contra Marcolino, cuja veracidade não importa, demonstram a sua inserção na política partidária. Outros o viam com bons olhos. De volta a Salvador em 1867, era uma figura popular: “Aonde vai é acompanhado por uma multidão de povo”, relatou *O Alabama*.⁶⁹ A queda do gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos e a ascensão dos saquaremas ao poder em julho de 1868 complicou a vida do então capitão Marcolino. Por pouco escapou de uma tentativa de assassinato em setembro. O correspondente do *Jornal do Commercio* duvidava que a polícia se esforçasse para identificar o culpado, pois a pretendida vítima era um “liberal e um dos que tem tomado aqui mais ativa parte em eleições pelo seu partido. Há muito juraram os dominadores [da província] dar-lhe uma lição de mestre”.⁷⁰

Enquanto estavam fora do poder, os saquaremas podiam apenas reclamar do que consideravam indicações de homens não qualificados. Os progressistas asseguraram que os zuavos tivessem um perfil de destaque: durante os festejos do Dois de Julho de 1865, os zuavos, garbosamente vestidos, guardaram o palanque onde se realizavam as principais comemorações públicas.⁷¹ O periódico liberal *Bahia Ilustrada* abriu suas primeiras páginas aos oficiais zuavos e couraças, e publicou os retratos de quatro deles, entre os de outros patriotas homenageados em 1867-68 (Figuras 1, 2 e 3). As companhias de zuavos foram sempre incluídas nas comemorações das primeiras vitórias das armas brasileiras, entre elas a tomada de Montevideú e a Batalha do Riachuelo.⁷²

A figura chave na organização das companhias de zuavos foi o coronel Joaquim Antônio da Silva Carvalho, que integrava muitas das redes já analisadas. Era comandante superior reformado da Guarda Nacional e empregado aposentado da alfândega, onde havia trabalhado por muitos anos. Lutou como cadete na guerra pela Independência.⁷³ Gozava de muito prestígio entre os que foram recrutados para as companhias de zuavos, de cujo treinamento ele estava encarregado. Ajudou os

67 Thomas H. Holloway, “A Healthy Terror”: Police Repression of Capoeira in Nineteenth Century Rio de Janeiro”, *Hispanic American Historical Review*, v. 69, n. 4 (1989), pp. 637- 76; Carlos Eugênio Libano Soares, *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001; Carlos Eugênio Libano Soares, *A negregada instituição: os capoeiras na Corte imperial, 1850-1890*, Rio de Janeiro: Access, 1999.

68 Querino, *Bahia*, pp. 78-80.

69 *O Alabama*, 22/6/1867.

70 Carta da Bahia, 29/9/1869, *Jornal do Commercio*, 15/10/1869

71 Carta da Bahia, 5/7/1865, *Jornal do Commercio*, 11/7/1865.

72 *O Alabama*, 11/3/1865 e 14/9/1865.

73 Testamento de Carvalho, 17/6/1878, APEB/SJ, *Livros de Registro de Testamentos*, v. 55, fols. 10v-11r.

parentes dos zuavos. Cedeu uma das suas casas à família do sargento Inocêncio da Costa Lima (Figura 3), e depois do falecimento deste, a Bahia Ilustrada relatou que Carvalhal pretendia doar a casa à viúva. Era tutor do filho de Marcolino e, em 1869, cuidou do funeral do filho do capitão Barbosa. Marcolino e Inocêncio agradeceram-lhe publicamente a ajuda.⁷⁴ Carvalhal apresentou a proposta de criação da Companhia de Couraças ao presidente da província. Foi padrinho de casamento de um voluntário couraça na véspera do embarque, e depois ajudou a mulher a requerer a consignação do salário do soldado que ela não havia recebido por mais de um ano. A Bahia Ilustrada relatou que ele pessoalmente agenciara o alistamento de muitos outros soldados.⁷⁵

Não se sabe de onde veio a influência de Carvalhal entre os oficiais e soldados negros das companhias de zuavos e couraças, mas muitos deles haviam servido sob suas ordens na Guarda Nacional. Era um militante do Partido Liberal, e O Alabama o propôs como o “candidato popular” nas eleições municipais de 1868, nas quais os saquaremas, que controlavam a máquina eleitoral, obtiveram uma vitória esmagadora.⁷⁶ As ligações entre Carvalhal e Marcolino destacam essa conexão liberal. Ademais, como um líder na Sociedade Veteranos da Independência, Carvalhal tinha conexões com muitos veteranos comandantes dos batalhões baianos. Também era ligado a associações afro-baianas. Em 1859, serviu como “sócio protetor” da Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma instituição de assistência mútua (alguns outros homens envolvidos na organização das companhias de zuavos também haviam servido na mesa da SPD).⁷⁷ Uma década depois, era um dos fundadores da Sociedade Humanitária Abolicionista, que se reunia na sua espaçosa casa. Em 1870, Carvalhal fez uma conexão direta entre os zuavos e o movimento abolicionista quando libertou uma criança sua escrava no dia 7 de setembro. Quem teve a honra de entregar a carta de alforria foi o capitão Barbosa.⁷⁸

Carvalhal também tinha seu quinhão de inimigos. Sua independência da hierarquia militar irritava o comandante das armas. Já em janeiro de 1865 foi censurado por se corresponder diretamente com o presidente da província, em vez de enviar seus ofícios através da hierarquia militar.⁷⁹ Em 1866, depois do embarque da última companhia de zuavos, Carvalhal se ofereceu para criar companhias ou mesmo um batalhão “de africanos e crioulos, libertos”, acrescentando que queria fazê-lo como encarregado pelo presidente, sem sujeição ao comandante das armas, que talvez lhe fizesse “advertências inca[bí]veis”. O presidente negou-lhe a autorização, mas, no início de 1867, Carvalhal organizou as companhias de sapadores, compostas principalmente dos escravos libertos pelos donos

74 Carvalhal ao Presidente, Salvador, 14/3/1865, APEB/SACP, maço 3454; requerimento de Carvalhal ao Presidente, [Salvador], ca. 1866, APEB/SACP, maço 3671; “Registro de donativos”, APEB/SACP, maço 3675-1, fols. 93v-94r; Bahia Ilustrada, 1/12/1867; O Alabama, 17/7/1869; “Despedida”, O Alabama, 4/5/1865; “Despedidas”, Jornal do Commercio, 10/5/1865.

75 Carvalhal ao Presidente, Salvador, 31/7/1865, APEB/SACP, maço 3454; Requerimento de Silvana Porcina de S. José ao Presidente, Salvador, 18/9/1866 (com documentos anexos), APEB/SACP, maço 3674; “O Coronel Joaquim Antonio da Silva Carvalhal”, Bahia Ilustrada, 5/5/1867.

76 O Alabama, 17/7/1868 e 5/9/1868.

77 P. de S., Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á provincia da Bahia, Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim & Campos, 1867, pp. 112-13; Júlio de Santana Braga, Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor, Salvador: Ianamá, 1987, p. 73

78 O Alabama, 18/9/1869 e 7/9/1870.

79 O Alabama, 18/1/1865.

depois de receberem indenização do governo. O comandante das armas reclamou que Carvalho atuava fora da sua alçada quando fazia promoções, reconhecia cadetes e autorizava licenças, tudo sem consultá-lo. Dessa forma, os novos sapadores tiveram uma formação “mais própria para viciá-los do que para os tornar bons soldados”.⁸⁰ Surpreendentemente, a essa altura as redes que convergiam para Carvalho ainda podiam gerir voluntários. Francisco Antônio de Carvalho Menezes e Vasconcelos, um ex-cadete demitido por “mau comportamento” em 1856, que voltou ao serviço militar na qualidade de sargento da Primeira Companhia de Sapadores (e talvez um parente de Carvalho), apresentou 21 voluntários à companhia.⁸¹

Apesar da capacidade de Carvalho de organizar companhias e encontrar voluntários, o presidente recusou-se a encarregá-lo do recrutamento provincial em fins de 1867, para o qual Carvalho havia se oferecido a servir gratuitamente. Durante um mês, a *Bahia Ilustrada* condenou a decisão. Nos seus editoriais, o periódico louvou Carvalho e acusou o homem indicado para a tarefa de covardia e de incompetência. Outros jornais se juntaram em vão ao clamor em favor de Carvalho.⁸²

A organização das companhias de sapadores no início de 1867, bem como a indicação de Felipe José da Exaltação Maniva para organizar uma companhia “Henrique Dias” no Recife, em meados desse ano, foram as últimas tentativas de recrutar companhias racialmente segregadas para a Guerra do Paraguai.⁸³ A essa altura, o Império precisava, não de mais companhias avulsas, mas de recrutas para os batalhões existentes. Cada vez mais desesperado, o governo recrutava a força, designava guardas nacionais e recorria à “compra” de escravos, que eram libertos e logo alistados. A essa altura, também, as companhias de zuavos já não existiam no Exército em Operações na República do Paraguai.

Os zuavos na guerra

Não é fácil seguir as companhias de zuavos depois do seu embarque na capital baiana e muito do que se tem escrito recentemente sobre a atuação desses soldados na guerra é cheio de lacunas e equívocos. A história institucional dos zuavos apresentada pelo historiador militar Paulo de Queiroz Duarte é em geral confiável, mas ele só trata das quatro primeiras companhias, e não menciona

80 Requerimento de Carvalho ao Presidente, ca. 1866, APEB/SACP, maço 3671; O Alabama, 11/9/1866 e 11/12/1866; Comandante das Armas ao Presidente, Salvador, 23/2/1867, APEB/SACP, maço 3414. A composição social das companhias de sapadores pode ser inferida do Comandante das Armas ao Chefe de Polícia, Salvador, 10/2/1867, APEB/SACP, maço 6464. Sobre o recrutamento de escravos, ver Hendrik Kraay, “Escravidão, cidadania e recrutamento militar na Guerra do Paraguai”, *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 33 (1998), pp. 17-51

81 Requerimentos de Francisco Antônio de Carvalho Menezes e Vasconcelos (e documentos anexos, entre eles, uma lista desses voluntários), AHEx/RQ, F-48-1617. A capacidade de Vasconcelos de incentivar voluntários não fez dele um bom oficial inferior, e ele foi demitido em janeiro de 1869 “por incorrigível”, OD 2, Assunção, 29/1/1869, Exército em Operações na República do Paraguai sob o commando em chefe interino de S. Ex. o Sr. Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza, Rio de Janeiro: Typ. de Francisco Alves de Souza, 1877, p. 12.

82 *Bahia Ilustrada*, 3/11/1867, 10/11/1867 e 1/12/1867; O Alabama, 2/11/1867; cartas da Bahia, 4/11/1867 e 24/11/1867, *Jornal do Commercio*, 12/11/1867 e 2/12/1867.

83 Comandante das Armas ao Presidente, Recife, 29/7/1867, Arquivo Público do Estado de Pernambuco, CA 81, fl. 207. É provável que Maniva não conseguisse organizar essa companhia, pois nunca alegou esse serviço depois da guerra, AHEx/RQ, F-18-672.

as outras sete que embarcaram em fins de 1865 e no início de 1866.⁸⁴ Eduardo Silva, o biógrafo de Dom Obá, erra ao identificar o 24º Batalhão de Voluntários da Pátria (designação dada ao Terceiro Batalhão baiano pelo governo imperial) como um batalhão de zuavos, e também erra ao supor que a Terceira Companhia de Zuavos (na qual Dom Obá serviu de alferes) estava anexa a esse batalhão durante a campanha.⁸⁵ O que a documentação jornalística, os requerimentos e as ordens do dia revelam é uma história bem mais complicada – e muito mais interessante –, que demonstra a ambivalência dos comandantes militares para com as companhias negras, bem como o orgulho pelo serviço militar por parte dos oficiais zuavos, muitos dos quais efetivamente se distinguiram na guerra.

As companhias de zuavos, anexas aos batalhões de Voluntários de Pátria, saíram de Salvador, uma por uma, e geralmente faziam escala no Rio de Janeiro a caminho do Sul. Na Corte, às vezes, houve algumas mudanças nas companhias: na Segunda Companhia, o tenente Marcolino José Dias, por exemplo, foi promovido a capitão, e o alferes Firmino José das Dores passou a tenente.⁸⁶ A Primeira Companhia de Zuavos despertou muita curiosidade na capital, a julgar pela charge publicada na *Semana Ilustrada* que sugeria que os homens de cor fluminenses pretendiam emular o patriotismo baiano (Figura 4). Um auto-identificado “crioulo da Corte” conclamou seus companheiros a exceder os baianos e a criar um batalhão de zuavos.⁸⁷ Durante uma curta escala em Desterro, Santa Catarina, a Primeira Companhia de Zuavos destacou-se por sua “robustez e disciplina”.⁸⁸ A certa altura, a Primeira e a Segunda Companhias de Zuavos foram reunidas e mandadas rio acima de Montevideú. Tiveram seu batismo de fogo nos combates na frota improvisada encarregada de cortar a comunicação entre as duas colunas paraguaias que avançavam nas margens do rio Uruguai. Depois que a vitória aliada na Batalha de Yataí (17 de agosto) pôs fim à coluna inimiga na margem direita do rio, as duas companhias foram mandadas a Uruguaiana, aonde chegaram a tempo de presenciar a rendição paraguaia no dia 18 de setembro. Ali o Conde



Figura 4: Os zuavos no Rio de Janeiro

Fonte: *Semana Ilustrada*, 2/4/1865.

84 Duarte, *Voluntários*, v. 2, tomo 5, pp. 184-204.

85 Silva, *Dom Obá II*, pp. 45-54. Esse equívoco é repetido por Ricardo Salles, *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*, Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003, p. 38, 4

86 “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 22/5/1865.

87 O Crioulo da Corte, “Zuavos”, *Correio Mercantil*, 23/3/1865

88 Citado por Duarte, *Voluntários*, v. 2, tomo 5, p. 189.

d'Eu julgou-as “a mais linda tropa [...] de todo o Exército”. Ele teve uma impressão muito favorável dos oficiais, que eram atentos ao serviço e “orgulhosos do seu batalhão [sic]”.⁸⁹

Durante os meses seguintes, a Primeira e a Segunda Companhias de Zuavos continuavam anexas à Marinha; o capitão Quirino adoeceu e faleceu no hospital de Montevidéu. Antes de dezembro, os zuavos voltaram ao Exército e no dia 1º de dezembro de 1865, no acampamento de São Borja, o barão de Porto Alegre (Manoel Marques de Souza) organizou um Corpo Provisório de Zuavos para integrar o Segundo Corpo do Exército. Desse corpo provisório faziam parte a Primeira, Segunda e Terceira Companhias de Zuavos da Bahia, bem como a companhia negra pernambucana comandada por Maniva que, até então, não havia tomado o nome de zuavos (é provável que soldados e oficiais da pequena Quarta Companhia de Zuavos tenham se juntado a esse corpo provisório, pois seu comandante, André Fernandes Galiza, estava lá em janeiro). O capitão Marcolino foi indicado como comandante interino do Corpo Provisório de Zuavos, mas ele foi demitido no dia 1º de janeiro de 1866 e um capitão do Exército, promovido a major em comissão, foi indicado para comandar os zuavos.⁹⁰

A morte do respeitado Quirino e a reorganização das companhias de zuavos provocaram, segundo Francisco Otaviano, o plenipotenciário brasileiro, “alguma perturbação no batalhão [sic] dos zuavos e de São Borja recebo queixas constantes”.⁹¹ Não se sabe exatamente o que aconteceu, mas no dia 12 de janeiro de 1866, Porto Alegre anunciou a demissão do alferes Candido da Fonseca Galvão, “por mau comportamento habitual e desordeiro”, e a exoneração, “por haverem requerido”, do capitão Maniva e do tenente Galiza.⁹² Não se sabe se a exoneração dos dois era uma manifestação de solidariedade com Galvão. O futuro Dom Obá procurou Otaviano em Buenos Aires e explicou ao diplomata que havia sido inocentado por dois conselhos de guerra. Otaviano, portanto, julgou a exoneração uma injustiça e explicou que “o pobre homem me apareceu corrido de vergonha”; o diplomata não tinha poder para reverter uma ordem do general, mas recomendou que o ministro de guerra transferisse o alferes a outro corpo.⁹³ Isso não aconteceu, e no início de março o governo imperial dispensou-o do serviço do Exército “por seu mau estado de saúde”.⁹⁴ Apesar dessas dificuldades, o Corpo Provisório de Zuavos ficou com o Segundo Corpo do Exército, sob o comando de Porto Alegre. Numa reorganização do Segundo Corpo, no dia 1º de maio de 1866, os zuavos passaram a integrar a Primeira Brigada da Primeira Divisão.⁹⁵

89 Duarte, *Voluntários*, v. 2, tomo 5, p. 190; Thomas L. Whigham, *The Paraguayan War*, Lincoln: University of Nebraska Press, 2002, p. 346; Augusto Tasso Fragoso, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1956, v. 2, p. 225 (nota 115) e 269; Conde d'Eu, *Viagem*, p. 135.

90 Duarte, *Voluntários*, v. 2, tomo 5, pp. 189-95.

91 Otaviano a Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Buenos Aires, 7/2/1866 (reservado), in Otaviano, *Cartas*, pp. 150-51.

92 OD 54, São Borja, 13/1/1866, *Exército em Operações na República do Paraguai*, Segundo Corpo sob o comando em chefe do Exm. Sr. Tenente General Manoel Marques de Souza, Conde de Porto Alegre, Rio de Janeiro: Typ. de Francisco Alves de Souza, 1877, v. 2, pp. 30-1.

93 Otaviano para Ferraz, Buenos Aires, 7/2/1866 (reservado), in Otaviano, *Cartas*, p. 151.

94 OD 79, São Thomaz, 15/5/1866, *Exército em Operações ...* M. M. Souza, v. 2, p. 224.

95 OD 78, São Thomaz, 1/5/1866, *Exército em Operações ...* M. M. Souza, v. 2, p. 208.

Um segundo contingente de zuavos, composto das últimas companhias organizadas na Bahia, aos poucos se formava no Primeiro Corpo do Exército, sob o comando de Manoel Luiz Osório (o futuro Marquês de Herval). Na véspera da invasão do Paraguai em abril de 1866, ele os transferiu ao serviço de saúde e os soldados zuavos foram mandados para trabalhar nos hospitais. O Alabama lamentou que esses homens, “dignos de melhor sorte, est[avam] reduzidos a faxineiros nos hospitais e outros misteres de igual jaez”.⁹⁶ Como os outros comandantes brasileiros, Osório não precisava de pequenas unidades avulsas numa época em que era mister manter o estado completo dos batalhões.⁹⁷ Assim que chegou ao seu acampamento em Laguna Brava, em janeiro, ele dissolveu a Companhia de Couraças e transferiu seus oficiais e soldados a outros corpos.⁹⁸ Esse foi provavelmente o destino das últimas companhias de zuavos organizadas na Bahia, que embarcaram no início de 1866. Transformar os soldados zuavos em faxineiros e enfermeiros, todavia, cheira à atitude escravocrata sobre o papel adequado para homens negros. Nem todos concordaram. Depois da guerra, Dionísio Cerqueira lamentou que Osório não houvesse aproveitado a tradição guerreira de Henrique Dias exemplificada pelos zuavos.⁹⁹

Entretanto, o Corpo Provisório de Zuavos ainda fazia parte do Segundo Corpo do Exército em Corrientes; esse corpo finalmente entrou em território inimigo no dia 1º de setembro de 1866 para atacar as fortificações ribeirinhas paraguaias, numa operação apoiada pela Marinha. No dia 25 de agosto, Porto Alegre ordenara a dissolução do Corpo Provisório de Zuavos e a distribuição do seu pessoal entre outras unidades (é possível que esse corpo tivesse recebido reforços de algumas das últimas companhias de zuavos vindas da Bahia durante o inverno). Ao que parece, não houve tempo para executar a ordem de dissolução antes da Batalha de Curuzu (3 de setembro), na qual os baianos e os pernambucanos lideraram o ataque contra as trincheiras e fortificações inimigas. O pernambucano de 66 anos, capitão Felipe José da Exaltação Maniva, foi “um dos primeiros a transpor as referidas trincheiras debaixo de um mortífero fogo”. O capitão capoeira Marcolino subiu a muralha inimiga por sobre as costas de um de seus soldados, retirou uma bandeira paraguaia, hasteou o pavilhão verde-amarelo no seu lugar e, segundo Manoel Querino, anunciou: “Está aqui o negro zuavo baiano!” A coragem de Marcolino foi louvada em ordens do dia, registrada na imprensa do Rio de Janeiro e de Salvador, e posteriormente lembrada por folcloristas, entre eles Querino.¹⁰⁰ Candido

96 Duarte, *Voluntários*, v. 2, tomo 5, pp. 195-94; “Correspondência encyclopedica de Alabama”, Tuyuti, 2/8/1866, O Alabama, 4/9/1866. A designação desses Zuavos para servir nos hospitais foi mencionada por dois contemporâneos, Cerqueira, *Reminiscências*, 104; André Rebouças, *Diário: A Guerra do Paraguai (1866)*, organização de Maria Odila Silva Dias, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973, p. 71, 113.

97 Cunha, *Chama*, pp. 76-7.

98 Duarte, *Voluntários*, v. 2, tomo 5, pp. 197-98, 203-4; OD 127, Lagoa Brava, 10/2/1866, *Exército em Operações na Republica do Paraguay*, Primeiro Corpo, sob o comando em chefe do Exm. General Manoel Luiz Osorio, Marques de Herval, Rio de Janeiro: Typ. de Francisco Alves de Souza, 1877, v. 2, p. 125.

99 Cerqueira, *Reminiscências*, p. 104.

100 Sobre a atuação de Maniva, ver *Atestado*, Antonio Martins d'Amorim Rangel, Rio de Janeiro, 7/7/1873, AHEX/RQ, F-18-672 (citação). Sobre Marcolino, ver Querino, “Homens”, p. 362 (citação); OD 87, Curuzu, 14/9/1866, *Exército em Operações ...* M. M. Souza, v. 2, p. 327, 335, 336; O Alabama, 29/9/1866; Rozendo Moniz, “À victoria do Curuzu”, 20/9/1866, *Jornal do Commercio*, 6/10/1866; João Varella, *Da Bahia que eu vi*, Salvador: Tipografia do Povo, 1935, p. 16.

López, o artista que chegou a Curuzu com os reforços argentinos alguns dias depois da batalha recordou a presença dos zuavos com seus “uniformes garbosos”, e os incluiu no seu quadro do acampamento, pintado em 1891.¹⁰¹

No final de setembro ou no início de outubro de 1866, o Corpo Provisório de Zuavos foi definitivamente dissolvido, além de muitas outras unidades, como parte da reorganização constante do Exército por causa das perdas maciças por doenças e na Batalha de Curupaiti (22 de setembro), na qual quatro oficiais zuavos foram feridos (um faleceu depois); mais três foram louvados por atos de bravura nessa batalha.¹⁰² No dia 30 de outubro, nove capitães, tenentes e alferes das extintas companhias de zuavos foram oficialmente transferidos para oito batalhões diferentes de Voluntários da Pátria, ordem que indica uma política de separá-los.¹⁰³ As fardas distintivas registradas pelo pintor argentino cederam ao uniforme normal e, de fato, não há nenhum retrato contemporâneo dos zuavos no traje peculiar de 1865.¹⁰⁴

A carreira militar dos oficiais zuavos, agora melhor qualificados de ex-zuavos, pode ser seguida durante o resto da guerra. Muitos ingressaram as longas listas de baixas que se acumulavam nas trincheiras em frente da fortaleza de Humaitá e nos insalubres acampamentos aliados. Além de José Elói Buri, o tenente Manoel Teodoro de Jesus faleceu de cólera. Um “ferimento de estilhaço de bomba” foi a causa da morte do tenente Augusto Francisco da Silva em março de 1867, e mais dois oficiais dos ex-zuavos morreram de ferimentos ou de doenças não especificadas nos meses seguintes.¹⁰⁵ Outros, como os capitães Marcolino e Maniva, deram baixa por incapacidade física não especificada, entre eles também o alferes Bernardino de Sena Trindade e o tenente Balbino Nunes Pereira.¹⁰⁶ Poucos serviram por toda a guerra. O capitão João Francisco Barbosa de Oliveira, comandante da Terceira Companhia de Zuavos, fez toda a campanha, mas não foi promovido (de fato, nenhum ex-zuavo chegou a major; capitão foi a graduação mais alta alcançada por eles). Ferido duas vezes, Barbosa nunca pediu licença, como explicou com orgulho num requerimento pós-guerra; ele estava entre as tropas que mataram Francisco Solano López em Aquidabã.¹⁰⁷ O cadete Constantino Luiz Xavier Bigode foi capturado pelos paraguaios pouco depois da Batalha de Curupaiti e passou mais de dois anos como

101 “Vista de interior de Curuzú mirado de aguas arriba (norte a sur) el 20 de setiembre de 1866”, 1891, Museu Nacional de Bellas Artes (Buenos Aires), reproduzida em Marta Gil Solá e Marta Dujovne, Cándido López, Buenos Aires: Asociación Amigos del Museo Nacional de Bellas Artes de Buenos Aires, 1971, pp. 25-6. Essa imagem é também reproduzida em Salles, Guerra do Paraguai: memórias, pp. 44-5.

102 OD 88, Curuzu, 10/10/1866, Exército em Operações ... M. M. Souza, v. 2, p. 486 (tenente Manoel Nascimento de Almeida, morto); v. 2, p. 487 (capitão Militão de Jesus Pires, ferido), v. 2, p. 488 (tenente Nicolau Beraldo Ribeiro Navarro, contuso); v. 2, p. 508 (alferes Innocencio da Costa Lima, ferido). Para os elogios, ver Exército em Operações ... M. M. Souza, v. 2, p. 425 (capitão Barbosa); v. 2, p. 439 (alferes Nicolau da Silveira); e procuração, Nicolau Beraldo Ribeiro de Navarro, Curupaity, 9/12/1868, BN/SM, Documentos Biográficos, C.988.38.

103 OD 89, Curuzu, 30/10/1866, Exército em Operações ... M. M. Souza, v. 2, p. 545.

104 As fotos existentes de Cândido da Fonseca Galvão e de Marcolino José Dias, todas da época pós-guerra, retratam-nos no uniforme militar convencional, George Ermakoff, O negro na fotografia brasileira do século XIX, Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2004, p. 82; Varella, Da Bahia, p. 13; Pedro e Bia Corrêa do Lago, Coleção Princesa Isabel: fotografia do século XIX, Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p. 158.

105 OD 255, Surubi-hy, 26/7/1868, Exército em Operações ... Caxias, v. 4, p. 234; OD 96, 15/3/1867, Exército em Operações ... M. M. Souza, v. 2, p. 611; ODs 70 e 72, Tuyuty, 29/4/1867 e 7/5/1867, Exército em Operações ... Caxias, v. 1, p. 388, 401 (o alferes Nicolau Tolentino Alberto Pituba e o capitão Firmino José das Dores).

106 ODs 10 e 82, Tuyuty, 7/12/1866 e 2/6/1867, Exército em Operações ... Caxias, v. 1, p. 48, 475.

107 Requerimento de Barbosa ao Imperador, Rio de Janeiro, 27/9/1873, AHEx/RQ, JZ-8-2233. Querino erra ao escrever que Barbosa faleceu no Paraguai, “Homens”, p. 363.

prisioneiro de guerra, trabalhando na fundição de Ybicuí. Liberado em 1869, ele voltou ao serviço e foi promovido a alferes em março de 1870.¹⁰⁸

José Soares Cupim Júnior teve menos sorte que Barbosa e Bigode. Um dos primeiros voluntários zuavos (assentou praça na Primeira Companhia no dia 1º de fevereiro de 1865), ele embarcou como sargento, e durante a guerra aos poucos foi promovido até chegar a capitão. Louvado por atos de bravura na Batalha de Curuzu, foi ferido na segunda Batalha de Tuiuti (24 de setembro 1867). Restabeleceu-se e voltou ao serviço, mas foi ferido no primeiro dia das lutas em Lomas Valentinas (21 de dezembro de 1868). Não resistiu e faleceu no dia 13 de janeiro de 1869, pouco depois da ocupação aliada de Assunção. Em 1871, sua viúva, dona Panfília Luiza Tolentino Soares, passou a receber uma pensão anual de 720 mil-réis.¹⁰⁹ Aliás, o parlamento aprovou pensões às viúvas de mais quatro oficiais zuavos falecidos: Sabina Joana do Espírito Santo (viúva de Quirino), Francisca Maria da Conceição (viúva de Tolentino), Josefina das Trevas Lima (viúva de Inocência) e Arcanja de São Miguel Silva Serra (viúva de Augusto Francisco da Silva).¹¹⁰

Não se sabe quase nada da experiência militar dos soldados rasos das companhias de zuavos, mas é de supor que não diferia muito da dos seus oficiais. Como a maioria destes, lutaram, sofreram e morreram no anonimato. Alguns tiveram baixas por motivo de saúde, “tuberculose pulmonar incurável”, no caso do soldado Quirino José dos Santos.¹¹¹ Homens qualificados de soldados da “companhia” ou do “corpo de zuavos da Bahia” aparecem nas longas listas de veteranos incapazes que recebiam pensões em 1867.¹¹²

Conclusão

Em 1870, três batalhões de Voluntários da Pátria voltaram à Bahia. Foram recebidos com muita festa e logo depois dissolvidos. Muitos soldados deram baixa sem receber os soldos atrasados que o governo ainda lhes devia.¹¹³ Poucos oficiais ou soldados das companhias de zuavos estavam entre os veteranos que voltaram naquele ano. Carvalhal preparou uma coroa de louros para receber o capitão Barbosa, o único oficial zuavo mencionado pela imprensa baiana na sua cobertura das festas. Em versos dedicados a Carvalhal, um poeta saudoso lamentou o falecimento dos “nossos velhos

108 OD 44, Villa do Rosario, 14/3/1870, Exercito em Operações na Republica do Paraguay sob o comando em chefe ... Conde d'Eu, Rio de Janeiro: Typ. de Francisco Alves de Souza, 1877, p. 783; Querino, “Homens”, p. 363

109 A fé de ofício de Cupim foi resumida para o debate do Senado sobre a pensão para sua viúva, 8/7/ 1871, Anais do Senado (1871), v. 3, pp. 46-7. Sua coragem e seus ferimentos foram mencionados em OD 87, Curuzu, 14/9/1866, Exercito em Operações ... M. M. Souza, v. 2, p. 316; OD 135, Tuyu-Cuê, 9/10/1867, Exercito em Operações ... Caxias, v. 2, p. 229; OD 7, Luque, 3/5/ 1869, Exercito em Operações ... Conde d'Eu, p. 114.

110 ACD (1867), v. 2, p. 60; ACD (1869), v. 1, p. 72; ACD (1869), v. 1, p. 82; ACD (1870), v. 1, p. 97.

111 OD 57, São Borja, 25/1/1866, Exercito em Operações ... M. M. Souza, v. 2, p. 49. Para outro exemplo, ver OD 85, Itapirú, 3/8/1866, Exercito em Operações ... M. M. Souza, v. 2, p. 297.

112 “Pensões a diversos”, ACD (1867), v. 2, p. 188, 203, 372, 374; v. 3, p. 415.

113 O Alabama, 28/5/1870 e 1/6/1870.

amigos”, Rocha Galvão, Buri e Quirino, os veteranos da Independência que haviam servido como exemplo à juventude baiana, e logo passaram a bandeira à nova geração.¹¹⁴

Sem dúvida, os ex-zuavos acharam difícil a volta à vida civil, como os demais veteranos. Bigode, recompensado com a patente de alferes honorário do Exército, que não lhe dava direito a soldo, solicitou uma pensão em 1875 alegando que era incapaz de sustentar sua família por causa de ferimentos recebidos na guerra. O requerimento foi indeferido.¹¹⁵ Como Bigode, Marcolino ficou em Salvador. Segundo um cronista posterior, ele foi reduzido a trabalhar como varredor de rua até receber um emprego como porteiro da biblioteca pública. Até a sua morte, em 1888, o capitão Marcolino era muito conhecido em Salvador. Costumava liderar patriotas durante as festas do dia 2 de julho. Fez parte do movimento abolicionista e também serviu na mesa da Sociedade Protetora dos Desvalidos em 1886.¹¹⁶

Outros se juntaram a Cândido da Fonseca Galvão na emigração baiana para o Rio de Janeiro, analisada por Eduardo Silva. Como Galvão, Maniva e Barbosa passaram tempo no Asilo dos Inválidos da Pátria na Corte; seus requerimentos no Arquivo Histórico do Exército demonstram que não cansavam de solicitar promoções, pensões e condecorações ao imperador e ao ministro da guerra, destacando o patriotismo com que serviram, no Paraguai como voluntários, à pátria. Infelizmente, nenhum desses homens deixou documentos que possam revelar sua visão política de forma tão extensa como fez o alferes Cândido da Fonseca Galvão, melhor conhecido na década de 1880 no Rio de Janeiro como Dom Obá II, numa longa série de artigos nos jornais fluminenses. Como a maioria dos veteranos, eles se reintegraram à população livre e pobre de cor da qual tinham sido recrutados.

Em Salvador a memória dos zuavos perdurou. No início do século XX, Manoel Querino registrou seus nomes e seus feitos militares a partir de tradições orais.¹¹⁷ A essa altura, todavia, não havia lugar para soldados negros no imaginário público de um regime republicano cujo ideal era uma sociedade europeizada. Mesmo o Império oferecera pouco aos seus defensores negros, como Silva deixa claro na sua biografia de Galvão/Obá. O imperador Dom Pedro II recebia o “Príncipe do Povo” no palácio, mas pouco depois da Abolição, o ato mais popular do governo imperial, o monarca seria deposto.¹¹⁸

É possível que os soldados negros tivessem voltado “com novo espírito, com capacidade mais ampla de analisar a sociedade escravista brasileira”, como sugere Nelson Werneck Sodré,¹¹⁹ mas o Im-

114 O Alabama, 29/3/1870 e 31/7/1870.

115 Requerimento de Bigode ao Ministro do Império, Salvador, 12/6/1875 (e documentos comprobatórios), AHEx/RQ, C-60-1707.

116 Varella, Da Bahia, pp. 13, 14-5; Jailton Lima Brito, A Abolição na Bahia, 1870-1888, Salvador: CEB, 2003, p. 66, 76, 266; Braga, Sociedade, p. 75.

117 Querino, “Homens”

118 Silva, Dom Obá II, cap. 7.

119 Nelson Werneck Sodré, A história militar do Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 143

pério (e menos ainda a República) ofereceu-lhes poucos meios para se integrarem à nação pela qual lutaram. Como Miguel Angel Centeno observou para América Latina, “um sentimento de nacionalidade ativo e ardente demais”, como aquele manifestado pelos zuavos em 1865, “podia criar condições ameaçadoras à dominação pela elite”.¹²⁰ O Brasil precisava de tais patriotas em 1865, mas depois da guerra, a estreita cultura política do país oferecia pouco espaço para homens como os zuavos apresentarem suas reivindicações, e muito menos para exercerem a plena cidadania.

Post-scriptum: o problema da fé de ofício de Dom Obá II

O leitor atento já terá percebido que a história da participação de Cândido da Fonseca Galvão na Guerra do Paraguai não corresponde à que o folclorista Alexandre José de Melo Moraes Filho registrou sobre ele no final do século XIX, isto é, que os seus companheiros na Corte diziam que “a sua fé de ofício [era] limpa e elogiosa”. Essa avaliação foi repetida por muitos folcloristas e cronistas posteriores.¹²¹ A demissão dele “por mau comportamento habitual e desordeiro” em janeiro de 1866 não era, todavia, desconhecida. Logo depois da sua manifestação monarquista no dia 2 de dezembro de 1889, o governo provisório da República cassou o decreto que lhe concedera as honras do posto de alferes, citando a demissão.¹²²

A história do decreto cassado é curiosa. Uma vez demitido em 1866, Galvão não tinha mais direito a ser tratado de alferes, pois, como todos os oficiais dos Voluntários da Pátria, não tinha patente de oficial do Exército. Durante a guerra, o governo geralmente concedia honras do posto aos oficiais voluntários logo depois da sua demissão por motivos de saúde. Pelo menos oito dos oficiais zuavos receberam essas patentes honorárias do Exército durante ou logo depois da guerra, entre eles os capitães Maniva e Marcolino, ambos em junho de 1867, “por serviços relevantes prestados na guerra atual”.¹²³ Através da concessão dessas honras, eles recebiam o direito de usar a farda e de serem tratados como oficiais. Eram apenas honras, pois a concessão delas não dava direito à pensão.¹²⁴ O orgulho da farda é bem patente nas fotografias existentes do capitão Marcolino (e do alferes Galvão).¹²⁵

120 Miguel Angel Centeno, *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*, University Park: Pennsylvania State University Press, 2002, p. 31

121 Alexandre José de Melo Moraes Filho, *Festas e tradições populares do Brasil*, Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1946, p. 543; [Francisco] Ferreira da Rosa, “Memorial de [sic] Rio de Janeiro: personagens – fatos – narrativa de acontecimentos – vida e progresso da cidade em meio século (1878-1928)”, Arquivo do Distrito Federal, v. 2 (1951), p. 53; Raimundo] Magalhães Junior, *O Império em chinelos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, p. 260; Roberto Macedo, “Efemerides cariocas”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 315 (1977), p. 44. Essa contradição também foi percebida por Felix Junior, “Repensando”, pp. 93, 174-75.

122 Decreto, 6/12/1889, publicado em “D. Obá II”, *Diário do Commercio*, 7/12/1889

123 OD 116, Tuyu-cuê, 13/8/1867, *Exercito em operações ... Caxias*, v. 2, pp. 97-8.

124 Sobre o status legal do oficial honorário, ver Manoel Joaquim do Nascimento e Silva, *Synopsis de legislação militar brasileira até 1874 cujo conhecimento mais interessa aos empregados do Ministério da Guerra*, Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1874, q.v. oficial honorário.

125 Ermakoff, *Negro*, p. 82; Varella, *Da Bahia*, p. 13; Lago e Lago, *Coleção Princesa Isabel*, p. 158

Em 1870, com já vimos, logo depois da conclusão da guerra, o capitão Barbosa e o alferes Bigode obtiveram as honras dos seus respectivos postos.

Galvão não as recebeu em 1866 e, na qualidade de “ex-alferes”, ele solicitou-as através de um requerimento ao imperador datado de 31 de março de 1871. Nele, não alegou ter feito a campanha e apenas mencionou que uma “moléstia” não especificada “o impossibilitou de prosseguir”. Isso foi confirmado pela secretaria do comando das armas da Bahia, que localizou a ordem do dia na qual foi anunciada a sua “dispensa do posto de comissão, que tinha no Exército, por seu mau estado de saúde”, no dia 5 de março de 1866.¹²⁶ Instado a apresentar sua fé de ofício, ele explicou que foi destruída quando sua casa em Lençóis pegou fogo.¹²⁷ Em março de 1872, ele apresentou um memorial ao imperador no qual mais uma vez solicitou as “honras do posto” e acrescentou o pedido de “uma pensão correspondente”; novamente lamentou a “cruel enfermidade” que pusera fim a sua carreira militar.¹²⁸ No dia 25 de setembro de 1872, foram-lhe concedidas as honras, “em atenção aos relevantes serviços prestados na guerra contra o Paraguai”.¹²⁹ Talvez fosse uma recompensa pela sua atuação na mobilização de 1865, mas se as circunstâncias da sua demissão, em janeiro de 1866, fossem conhecidas, duvido que ele tivesse sido assim tratado. Será que foi um erro da burocracia civil e militar? Ou será que Dom Obá tinha protetores na Corte? Segundo Eduardo Silva, Dom Obá era partidário dos conservadores, no poder entre 1868 e 1878, pois lhe deram um emprego; ademais, a mobilização de 1865 em Lençóis foi liderada pelos conservadores, então opositores, que dominavam o município.¹³⁰ Em 1871-72, os capitães Marcolino e Barbosa, que certamente sabiam o que ocorrera em São Borja, estavam na Bahia e podiam ter esclarecido o caso, mas Marcolino era partidário liberal, e quanto a Barbosa, dadas as suas conexões com Carvalhal, é de supor que fosse também opositor. Sem mais pesquisas, essas ponderações não passam de especulações, mas é importante reconhecer a influência da política partidária, tanto na mobilização durante a guerra como na vida pós-guerra dos veteranos.

Há também lacunas curiosas nos requerimentos enviados por Galvão ao imperador através do Ministério da Guerra. De certa forma, constituem uma autobiografia do alferes, e foram aproveitados por Eduardo Silva para reconstruir a sua vida pós-guerra. No entanto, devem ter confundido as autoridades militares. Não só desobedeciam ao padrão de requerimentos militares, como também não incluíam os documentos comprobatórios (como os muitos anexados por Barbosa e Maniva, entre outros citados neste artigo). No memorial de março de 1872, alegou que “tomou parte bem ativa com esta companhia”, isto é, a Terceira Companhia de Zuavos, “de ruidosos combates”, mas

126 Requerimento de Candido da Fonseca Galvão ao Imperador, Salvador, 31/3/1871; e atestado, Secretaria do Comando das Armas, Salvador, 6/5/1871, AHEX/RQ, C-17-539.

127 Requerimento de Galvão ao Presidente, [Salvador], 1/6/1871, AHEX/RQ, C-17-539.

128 “Memorial”, 27/3/1872, AHEX, C-17-539

129 O texto desse decreto é citado por Silva, Dom Obá, p. 58.

130 Silva, Dom Obá, pp. 40, 133-37.

como vimos, apenas as Primeira e Segunda Companhias chegaram no Sul a tempo de lutar contra a invasão paraguaia de 1865.¹³¹ É sua primeira alegação de ter participado de combates. Em 1874, Galvão solicitou novamente uma pensão, agora alegando que os ferimentos recebidos nos “diversos combates” de que participou o haviam privado de “granjeiar o pão” para a subsistência dele e de sua família.¹³² No despacho, foi instado a “instru[ir] devidamente sua petição”, isto é, apresentar documentos comprobatórios. Não o fez, e entre seus requerimentos não há indício de que tivesse solicitado uma segunda via da fé de ofício queimada antes de 1871. Também não apresentou atestados de outros oficiais que soubessem do seu serviço, como o fizeram muitos dos requerentes ex-zuavos. Que Galvão nunca apresentasse documentação oficial comprobatória da sua participação nos combates de 1866, e que ele não fosse mencionado nas ordens do dia (como tantos outros oficiais das companhias de zuavos o foram), enfim, representam indícios muito fortes de que, depois da sua demissão em janeiro de 1866, ele nunca mais voltou ao serviço militar. Se isso tudo é verdade, restam dois grandes mistérios na história de Dom Obá II: como conseguiu as honras do posto de alferes em 1872 e como criou a reputação de herói da guerra com uma fé de ofício “limpa e elogiosa”, aceita pelos seus companheiros, quando havia muitos, como os capitães Barbosa e Marcolino, que sabiam a verdade e que tinham fés de ofício muito mais elogiosas do que a do alferes Galvão? Será que o respeito para com um companheiro que eles julgavam injustiçado foi o que motivou o silêncio dos capitães?

131 Memorial”, 27/3/1872, AHEX/RQ, C-17-539.

132 Requerimento de Cândido da Fonseca Galvão ao Imperador, Rio de Janeiro, 16/5/1872, AHEX/ RQ, C-17-539.

Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944)¹

Ricardo Luís Chaves Feijó²

Resumo: O artigo procurará demonstrar que a economia alemã saiu-se bem em alcançar seus objetivos, de modo que se pode falar para o período do Terceiro Reich de Milagre Econômico Alemão; ou, para distingui-lo do milagre dos anos 1950, de Primeiro Milagre Econômico Alemão. Pretende-se aqui abordar a temática do Primeiro Milagre Econômico, enquadrando-o em um esquema teórico que identifica um modelo de economia de comando, que não se confunde com a economia centralmente planejada. Assim a primeira seção descreve essa moldura teórica caracterizando o sistema alemão do período pela descrição genérica e atribuição das características principais de um sistema econômico deste tipo. A segunda seção avalia os indicadores globais de desempenho da economia alemã. Analisa-se a evolução do PNB, a oferta de armamentos e munições no contexto do esforço de guerra, a demanda de consumo civil e a ingestão de calorias da população não prisioneira. Procura-se, nesta parte do ensaio, demonstrar a hipótese de que a economia do Terceiro Reich foi eficiente.

Palavras-Chave: Alemanha Nazista; Desenvolvimento Econômico; Economia de Comando.

Abstract: An interpretation of the First German Economic Miracle. The German Third Reich was successful in reaching its economical objectives. It is intended to explain the causes of the First German Economic Miracle, fitting its economic system into the category of command economy, which does not confuse itself with the centrally planned economy. Thus, in the first section, we describe the so adopted politics in this period and explain how they had led to the recovery of the German economy. The second section evaluates global indicators of economic performance and population welfare. We are looking for to demonstrate the hypothesis that the Nazi economy was efficient. Such efficiency is explained by the characteristics of the German model.

Keywords: Nazi Germany; economic performance; command economy

¹ Publicado originalmente na Revista de Economia Política, vol. 29, nº 2 (114), pp. 245-266, abril-junho/2009

² Licenciado em Física, depois Mestre, Doutor e Livre-Docente em Economia, todos pela USP. Professor Associado, desde 2003, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, FEA-RP / USP.

Introdução

A economia alemã no Terceiro Reich foi eficiente, e não apenas quanto ao esforço de guerra, mas para manter um nível de consumo civil relativamente satisfatório. Tradicionalmente acredita-se que a economia alemã tenha se orientado para ser uma economia de guerra mesmo em tempo de paz – o período anterior à eclosão do conflito mundial. Na verdade, o oposto ocorreu: foi uma economia de paz em tempo de guerra, pelo menos ainda durante os primeiros anos do conflito. O objetivo do ensaio consiste em examinar uma ampla fonte de dados sobre a economia alemã do período. Ele examina por meio de quais medidas de política econômica os números de desempenho puderam ser alcançados. Argumenta-se que o sucesso na recuperação alemã nos anos 1930 deve ser creditado às políticas de corte keynesiano previamente defendidas e que vieram a ser efetivamente adotadas. Ele também se deve a uma engenhosa engenharia financeira que assegurou recursos para a expansão do crédito e investimento estratégico em setores voltados ao consumo popular, em especial ao setor de construção civil. Com a economia nos eixos, novo dinamismo foi assegurado pelo ímpeto da demanda da indústria de armamentos, sem prejuízo para o consumo da população. O artigo procurará demonstrar que a economia alemã saiu-se bem em alcançar seus objetivos, de modo que se pode falar para o período do Terceiro Reich de Milagre Econômico Alemão; ou, para distingui-lo do milagre dos anos 1950, de Primeiro Milagre Econômico Alemão. Pretende-se aqui abordar a temática do Primeiro Milagre Econômico, enquadrando-o em um esquema teórico que identifica um modelo de economia de comando, que não se confunde com a economia centralmente planejada. Assim a primeira seção descreve essa moldura teórica caracterizando o sistema alemão do período pela descrição genérica e atribuição das características principais de um sistema econômico deste tipo. Também mostra as políticas adotadas entre 1933 e 1945 e que levaram à recuperação da economia alemã, depois ao forte rearmamento. Defende a tese de que a eficiência da economia alemã, nas condições enfrentadas pelo país, explica-se pelo tipo de sistema econômico então adotado. A segunda seção avalia os indicadores globais de desempenho da economia alemã. Analisa-se a evolução do PNB, a oferta de armamentos e munições no contexto do esforço de guerra, a demanda de consumo civil e a ingestão de calorias da população não prisioneira. Procura-se, nesta parte do ensaio, demonstrar a hipótese de que a economia do Terceiro Reich foi eficiente.

Em busca de um entendimento teórico do sistema econômico do Nazismo

Os nazistas não eram a favor da supressão da propriedade privada, na verdade odiavam o ideário comunista mais radical. Eles aceitavam as diferenças de classe social, contudo achavam que as diferentes classes deveriam reconciliar-se umas com as outras por meio da supervisão e do controle do estado. Para tanto, não seria necessário o completo intervencionismo com a abolição da

iniciativa privada. O projeto econômico nazista priorizava dois eixos: o primeiro deles era o combate ao desemprego. De fato, quando o partido nazista assumiu o poder, em 1933, havia 6 milhões de desempregados, um terço dos trabalhadores. O nível mais alto de desemprego havia sido atingido na primavera de 1932, tendo então se estabilizado neste patamar (Abelshausen, 2000: 123-124). Outra meta prioritária do governo de Hitler era o programa secreto de rearmamento da Alemanha. No entanto, num primeiro momento a meta de criar empregos foi prioritária. A tática inicial não implicava uma completa reformulação do sistema econômico herdado da República de Weimar: não ocorreram confiscos ou socialização forçada. Cooptando um número de grandes empresários, o regime priorizou uma política de criação de empregos em programas específicos nesse sentido. Investiu-se em infraestrutura pública, estradas e moradias. As despesas militares permaneceram de importância secundária nos dois primeiros anos de gestão. Os programas de criação de empregos foram financiados pelo Reichsbank, sob a liderança de Schacht³. Algumas medidas de natureza tributária e fiscal foram tomadas. O crédito ao consumo desempenhou um papel importante no período. A convicção de que a saída da depressão econômica, que se prolongava desde 1928, passava por políticas de estilo keynesiano de expansão da demanda agregada via gastos públicos era compartilhada entre os membros do movimento nazista. Os radicais de direita alemães nutriam uma certa simpatia pelas ideias de John Maynard Keynes. O pensador inglês se popularizara entre eles desde que publicou o livro *As consequências econômicas da paz* (Keynes, 1991) que denunciava o Tratado de Versalhes, odiado pelo povo e que servia com frequência de mote da mensagem nazista, obcecada em condená-lo como uma traição à pátria. O NSDAP foi o primeiro grande partido a incorporar ideias keynesianas e as promoveram antes mesmo de chegar ao poder.⁴

Nos primeiros anos da crise, o governo conservador de Brüning aplicava políticas deflacionárias clássicas em linha com os economistas socialdemocratas, em especial com a autoridade acadêmica de Rudolf Hilferding. Para eles, programas de criação de empregos eram tidos como inflacionários. Não significa que ainda na República de Weimar não se tivesse implementado alguma iniciativa deste tipo, porém os programas eram tímidos. Hitler particularmente era avesso a experimentações em economia e preferia a companhia de economistas de estilo conservador. Não obstante, ele não poderia fazer ouvidos de mercador aos membros mais radicais do partido nazista. Tentando conciliar a orientação do partido com suas convicções pessoais, Hitler recusou a alternativa radical do progra-

3 Hjalmar Schacht: Banqueiro e Economista responsável pelas políticas de contenção de hiperinflação alemã em 1923. Foi Presidente do Banco Central Alemão e Ministro da Economia do III Reich (1934-1939) - **Nota do Editor**

4 Esta tese é defendida por Overy (1996) e Abelshausen (2000). A proximidade entre os economistas do partido nazista e as ideias de Keynes começa com a excelente aceitação, por partes daqueles, das ideias contidas no ensaio *As consequências econômicas da paz*. Mas não param por aí. É bem verdade que a teoria acabada de Keynes somente apareceu em 1936 na ocasião do lançamento da *Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda*. Contudo, o receituário de Keynes a favor de políticas ativas já era conhecido antes da divulgação desta obra. Llewellyn H. Rockwell Junior (2003) sustenta a mesma posição quando afirma que "Os economistas de Hitler rejeitavam o *laissez-faire* e admiravam Keynes; até mesmo se anteciparam a ele em diversos sentidos". Curiosamente a recíproca também era verdadeira, o próprio Keynes admirava o programa econômico nazista. Em apoio a esta tese, é suficiente citar uma passagem do prefácio escrito por ele por ocasião da edição alemã da *Teoria Geral*: "A teoria do produto agregado, que o presente livro intenciona fornecer, é muito mais facilmente adaptada às condições de um estado totalitário do que a mesma teoria da produção e da distribuição do produto sob as condições da livre competição e presença ampla de *laissez-faire*". Sobre a concordância de economistas keynesianos quanto à política econômica de Hitler, ver o ensaio de George Garry (1975)

ma de Gregor Strasser (Sofortprogramm) e impôs a sua própria orientação com o Programa do NSDAP de Reconstrução Econômica que eliminou os conteúdos mais à esquerda da iniciativa anterior. Em especial, no novo programa percebia-se nitidamente a estratégia de aliança com os grandes grupos empresariais na execução das políticas. A criação de emprego não se daria por meio de políticas fiscais irresponsáveis que onerassem o Tesouro, mas valendo-se da parceria com o Reichsbank que apoiaria os programas de crédito produtivo. Já em 1933, Hitler pensava em um amálgama entre os programas de criação de emprego e de rearmamento. Ou seja, ele resolveria o problema econômico principal enquanto ampliaria o poder militar da Alemanha. No entanto, ele foi convencido por Schacht e pelo seu ministro do trabalho, Seldte, de que a criação de empregos economicamente úteis teria precedência sobre empregos com ênfase militar. De fato, havia poucos projetos militares com grande efeito na criação de vagas de trabalho. As mudanças no sistema econômico herdado foram graduais. Ao mesmo tempo em que políticas do receituário keynesiano foram aplicadas a fim de contornar as falhas imputadas às políticas econômicas liberais de até então, a economia caminhava na direção de um grau maior de planificação centralizada. O planejamento da economia fora concebido em torno a três estratégias para o ataque ao desemprego: medidas de expansão do crédito, de incentivos fiscais e políticas específicas de investimento. Do lado do crédito, procurou-se estimular a indústria de bem de consumo e, ao mesmo tempo, incentivar a expansão demográfica. Assim, criou-se mecanismo de empréstimos subsidiados (sem juros) para casamento, para aquisição de móveis e utensílios domésticos a recém-casados etc. Do lado tributário, foram removidos os impostos sobre veículos como um meio de estimular a sua produção. Sobre os investimentos, o financiamento público concentrou-se na construção e manutenção de estradas, na construção de prédios públicos, na indústria de transporte e algo para o rearmamento. Exceto este último item, menos expressivo, as demais iniciativas não tiveram relação com o programa de rearmamento. Os gastos na construção de estradas não tinham valor estratégico para os militares que preferiam investimentos em ferrovias. Além disso, as rotas das modernas autovias em construção eram determinadas apenas por considerações de engenharia sem a interferência das Forças Armadas.⁵

A gestão nazista, de início, começou com mudanças discretas na organização do estado: fundiu ministérios, ampliou áreas de influência de uma burocracia específica a fim de obter a cooperação das demais. A política econômica ortodoxa foi abandonada não apenas por inclinações keynesianas dos nazistas, mas também devido à situação dramática em que o país se encontrava, especialmente quanto ao grau de endividamento externo (Overy, 1996: 16). A retração da economia mundial cor-

5 Há os que acreditam que o investimento público durante este período fora escolhido na base de como o investimento poderia ajudar o rearmamento da Alemanha e a colocá-la em um posição favorável para vencer uma guerra. Tais historiadores citam as iniciativas em infraestrutura nas Autobahns, na indústria de caminhões (pelo subsídio para compra de caminhões aos empresários novos), na indústria de carros etc, que segundo eles teriam sido feitas visando à guerra. Esta opinião não é consensual, pelo contrário, eminentes historiadores como K. Ludwig e W. Abelshauser enfatizam o caráter essencialmente não militar dos gastos públicos nos primeiros anos do Terceiro Reich: "[...] the state job creation programmes put forward by the Nazi régime [...] were not intended to finance rearmament". Sobre o objetivo não militar das Autobahns: "There was no 'strategic co-decision' by the armed forces. Where the War Ministry did raise objections to the route of particularly exposes roads, as in 1935 in relation to the Black Forest highway, it was typically overruled, in this case in order to preserve the route's scenic charm" (Abelshauser, 2000: 127).

tou as exportações alemãs pela metade. Os credores, preocupados, pressionavam pelo pagamento da dívida num quadro em que o país tinha rebaixado sua capacidade de angariar divisas. O sistema bancário e o mercado de capitais estavam agora sob estreita vigilância e supervisão do estado, porém não foram abolidos. O estado apenas interferia no sistema, sem liquidá-lo, de forma a evitar crises de liquidez e manter o bombeamento de crédito na economia. No mercado de trabalho, o governo impôs o controle dos salários: os salários foram congelados em 1934 e permaneceram fixos até 1945. As centrais sindicais foram abolidas e nenhum mecanismo de barganha coletiva sobreviveu. As greves foram proibidas e todos os trabalhadores, inclusive os de colarinho branco, tiveram que se filiar à organização nazista Frente de Trabalho Alemã, vinculada à Câmara Econômica do Reich: a instância máxima de controle de todas as atividades econômicas. Na vida das empresas, elas foram obrigadas a integrarem-se a organizações corporativas dispostas numa hierarquia de controles. Todas as atividades produtivas estavam sob o guarda-chuva da Câmara Econômica do Reich. Cada ramo industrial específico estava organizado em grupos econômicos de filiação compulsória. Estes grupos econômicos, por sua vez, ficavam todos ligados entre si e eram controlados por um organismo maior denominado Grupo Industrial do Reich. As indústrias do mesmo ramo foram unificadas em cartéis compulsórios. Até 1936, foram feitos mais de 1,6 mil acordos de cartel que afetavam mais de 2/3 da indústria. Outros ramos de negócio como comércio, bancos, agricultura etc. ficam sob a jurisdição de um dos grupos do Reich. Os grupos econômicos estavam submetidos ao Comissário Geral de Preços do Reich, que controlava os preços. A perda de independência econômica com controles e regulação afetava a todos os setores da economia. O estado controlava mercados e preços, ao mesmo tempo em que interferia diretamente nos métodos de produção, encorajando algum tipo de racionalização. Também as relações sociais na produção eram controladas; em especial, as questões trabalhistas, tanto na cidade quanto no meio rural. A experiência nazista começou substituindo a ênfase liberal da República de Weimar por uma política mais intervencionista de estilo keynesiano. Respeitou-se o modelo de economia mista com mercados, razoável estabilidade monetária e a sintonização da economia por meio de políticas fiscais apropriadas. O planejamento no Terceiro Reich não alcançou o grau de centralização e de controle das economias comunistas. Constituíra, porém, uma tentativa até então desconhecida nas economias ocidentais de integrar num plano geral as estratégias setoriais de ação econômica. O planejamento da economia fora concebido inicialmente por Reinhardt⁶. Trata-se do assim chamado Primeiro Plano Quadrienal, que se estendeu de 1933 a 1936. Era a fase de criação de emprego da política nazista. O Segundo Plano Quadrienal, de 1937 a 1940, foi comandado pelo plenipotenciário Hermann Göring, um dos líderes nazistas de primeira hora. Nesta segunda fase, o grau de intervenção do estado cresceria, alterando o sistema econômico ale-

6 Friedrich Rudolph (Fritz) Reinhardt. Membro do alto escalão do Ministério das Finanças do III Reich. Não confundir com o homônimo mais famoso Reinhard Heydrich: oficial das SS e um dos arquitetos do Holocausto. **Nota do Editor**

mão de uma economia mista keynesiana, para uma economia de comando ou gerenciada (*gelenkte Wirtschaft*), sem ser uma economia centralmente planejada. O Primeiro Plano Quadrienal buscou a retomada do crescimento econômico num quadro de retração do comércio mundial, com queda nos termos de troca da Alemanha com o exterior e diminuição das reservas do país em ouro e moeda estrangeira. Enfrentando este contexto adverso, procurou-se intervir fortemente no setor externo da economia. Estabeleceu-se o monopólio estatal no mercado cambial. Racionando divisas, priorizou-se a importação de alimentos e itens estratégicos para o insipiente esforço de rearmamento. O plano perseguia um modelo de economia autárquica ou autossuficiente. O equilíbrio comercial seria alcançado através da continuação da política de minidesvalorização cambial iniciada no governo de Brüning. O Primeiro Plano Quadrienal teve como principal protagonista o Reichsbank de Schacht com sua injeção de recursos via financiamentos na economia civil. A reintegração de seis milhões de desempregados através de investimentos em construção civil e indústria de bens de consumo haveria de ter um impacto sensível na economia. Mesmo com os salários congelados, o aumento da massa salarial com a expansão do emprego acarretou notável crescimento na demanda privada, de modo que já em 1936 a economia alemã começava a sofrer de insuficiência de oferta. Na avaliação dos líderes nazistas, era necessário intervir ainda mais na economia para frear a expansão da demanda privada e assegurar a expansão do estado na economia alemã com vista à estratégia de preparação para a guerra. O esforço armamentista passou a ser a tônica do Segundo Plano Quadrienal. Na condução do plano, a agência de Göring intensificou os mecanismos de controle já presentes na fase anterior, ao mesmo tempo em que criava novos instrumentos. Manteve-se uma política rígida de controle de preços e de salários, ampliou-se a regulamentação dos investimentos, com proibições, impostos e indicação de prioridades. E também: controle de câmbio, políticas de administração da demanda e de alocação da força de trabalho. Göring perseguia a eficiência da economia no sentido de deixá-la pronta para a guerra em quatro anos. Buscando a substituição de importações, priorizou-se a ampliação de indústrias como petroquímica, óleo sintético, borracha vulcanizada, alumínio, e ainda mineração de ferro e siderurgia. Os investimentos se deslocaram da indústria de construção civil e de bens de consumo para os investimentos na indústria de produção de armamentos. O eixo maior de ação consistia em estimular a produção bélica sem prejuízo do padrão de vida alcançado com a recuperação anterior da economia alemã. Para tanto, perseguia reduzir a dependência externa da economia e reformar o sistema regulador. A maior intervenção do estado na fase de economia de comando levou a uma distorção no padrão de consumo e de comércio internacional.

A política econômica favorecia deliberadamente os grupos que viviam do rearmamento e os que se beneficiavam com o fechamento da economia. As perspectivas de ganhos para muitos homens de negócio eram bastante positivas com o envolvimento nas ações do governo. Especialmente em áreas associadas ao esforço armamentista, os lucros cresciam quando favorecidos por contratos com

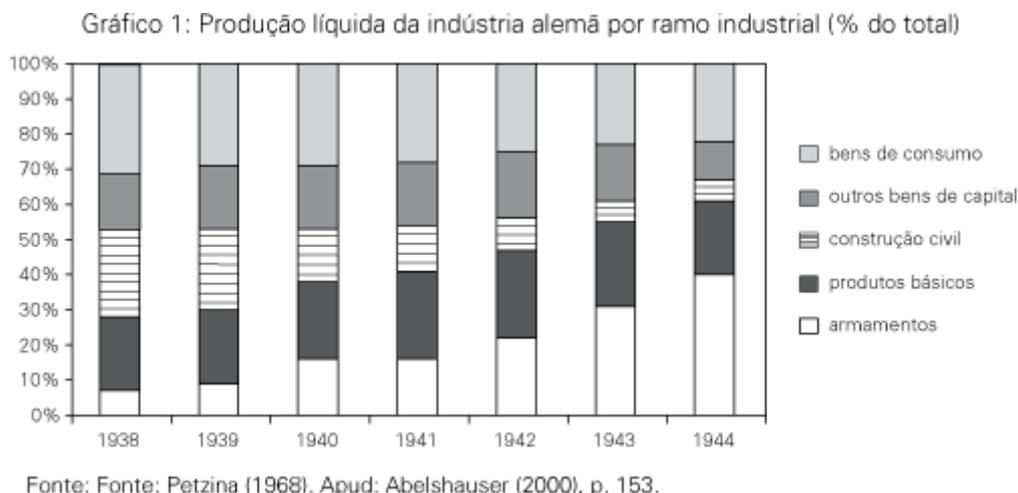
o estado. O governo nazista não sufocou a iniciativa privada e o empreendedorismo nestes grandes negócios. Pelo contrário, estabeleceu-se uma curiosa e complexa relação simbiótica entre governo e setor privado, bem identificada pelo historiador econômico Abelshauser como sendo a privatização da política econômica do estado: os próprios mega-grupos industriais passam a influenciar as decisões do governo, no contexto de um planejamento indicativo, ao mesmo tempo em que o setor privado reconhece e aceita a autoridade estatal. A gigantesca I. G. Farben controla áreas centrais de planejamento e liderança pessoal do Plano Quadrienal. Também amalhavam grandes negócios em empresas como Siemens, Volkswagen, Krupp, Thyssen, Porsche, Gutehoffnungshütte, Rheinmetall etc.

Enquanto isso, as indústrias de menor porte do setor de bens de consumo perdiam liberdade. Ohlerdorf, economista do Reich, caracterizou a economia nazista de economia de concorrência imperfeita que favorecia grandes firmas (Grunberger, 1970: 124-125). Sua interpretação é correta. Então não se trata de um sistema que suprimiu a propriedade privada, o empreendedorismo e a concorrência. Trata-se, outrossim, de uma economia de comando que promoveu a cartelização da indústria, a fusão de empresas e gigantescos contratos com grandes grupos empresariais, como sustentáculo aos ambiciosos planos de conquista de outros países. A competição era promovida não em nível de pequenas empresas, mas na disputa entre grandes grupos econômicos por uma fatia dos negócios e por influência nas decisões de governo. Não era uma competição apenas de mercado, em que somente critérios de preço e de eficiência deveriam prevalecer, era uma disputa de natureza política em que os contratos eram tecidos com base na competência em posicionar-se na rede de poder do Terceiro Reich.

A responsabilidade pela transformação da economia alemã em uma economia preparada para a guerra foi dividida entre um grande número de agências. A nenhuma delas se impôs uma direção central. O Plano Quadrienal de Göring competia com a economia militar das forças armadas, os ministérios da economia e do trabalho, os comitês locais do partido etc. A competição não se limitava aos grupos econômicos disputando esferas de influência no estado. O próprio estado ficava cada vez mais fragmentado, rateado entre feudos de poder comandados por Czares da economia, influentes gerais, homens fortes do partido nazista e pessoas do círculo pessoal de Hitler.⁷ A fragmentação institucional do controle e das decisões na economia é um fato pacífico. Ela se manifestou tanto na coordenação dos setores da economia civil quanto nos gastos militares. Os nazistas imaginavam uma guerra de curta duração. Havia idealizado a estratégia de guerra relâmpago (Blitzkrieg) e a produção de armamentos ocorria em função desta estratégia. Eles desejavam manter uma economia de tempos de paz mesmo em época de guerra. Os gastos com a iniciativa bélica seriam mais do que compensados pelo espólio da conquista de países. Assim sendo, a produção de consumo se manteve

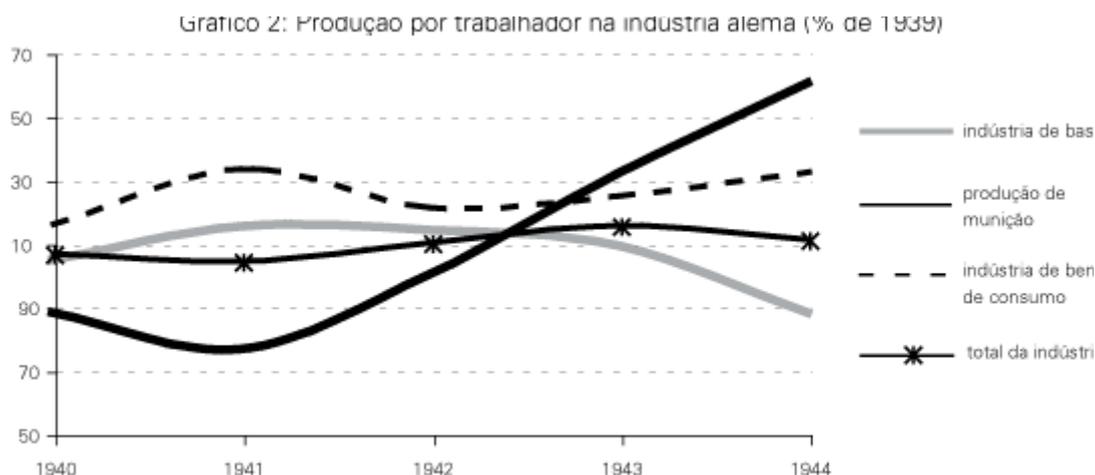
7 Ver a curiosa analogia histórica, sugerida por Grunberger (1970: 105), entre os impérios de Carlos Magno (Primeiro Reich) e o de Hitler

no mesmo nível do período de paz (30% do produto industrial total). A produção de armas e de munições decaiu depois da rápida vitória na França. Apenas o setor de bens de construção civil teve que ceder em prol da produção de armamentos (gráfico 1).



Em 1939, no advento do conflito, a economia de guerra alemã já estava bem avançada, embora o processo não tenha se completado. A Alemanha pode levar o conflito mesmo com a produção industrial total estagnada entre 1939 e 1942. A pequena queda na oferta de bens de consumo é compensada pelo modesto acréscimo na oferta de bens de produção. A produção para o consumo não cai muito antes de 1942. Diversos motivos explicam a retomada do crescimento da produção industrial alemã em 1943: importantes projetos iniciados na década anterior ainda não haviam sido completados e passam então a contribuir para a oferta industrial; uma nova estrutura organizacional para a produção de guerra com menor rivalidade entre grupos produtores; ênfase na indústria privada etc.

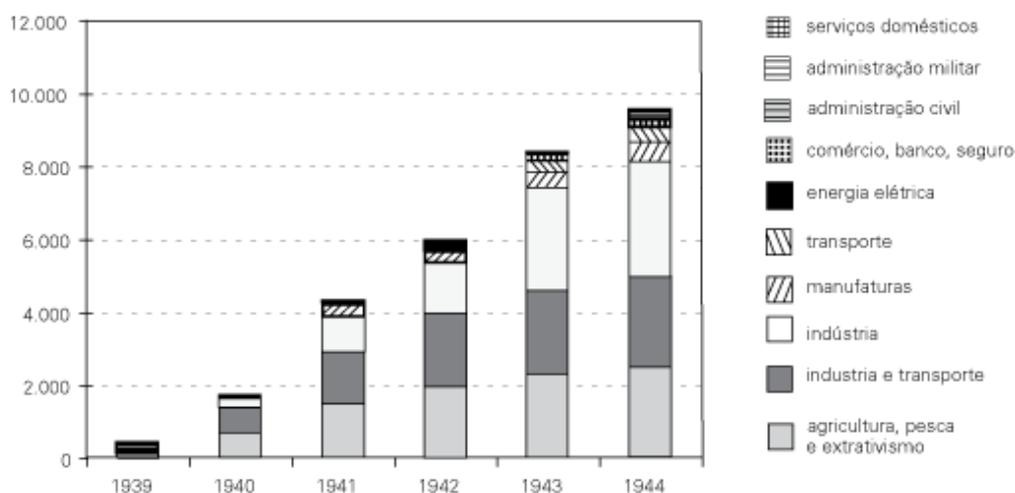
Para melhor coordenar as ações dos empresários, Speer reformula em fevereiro de 1942 o Ministério de Armamento e Munição, criado dois anos antes, mas até então pouco operante. Speer assume gradualmente o controle de todas as agências ligadas à economia. Ele racionaliza as cadeias de comando na demanda por armas e elimina as piores deficiências técnicas e organizacionais anteriores. A produção é concentrada nas firmas mais eficientes. Como resultado desta maior racionalização na produção de armamentos, o setor conhece um aumento de produtividade constante, de modo que em 1944 ela é o dobro do que tinha sido em 1941. No entanto, outros ramos não tiveram ganhos expressivos em produtividade (gráfico 2).



Fonte: Eichholtz (1985). Apud: Abelshauser (2000), p. 155.

Um dos principais feitos de Albert Speer foi introduzir o uso mais racional da força de trabalho, na época em que a Alemanha dispunha de um contingente de trabalhadores com uma composição bastante heterogênea. Speer avaliou corretamente que o recurso mais escasso no esforço de produção industrial alemã era o trabalho qualificado. Havia grande contingente de 4,5 milhões de trabalhadores escravos e estrangeiros, a maioria de baixa qualificação, que estavam alocados principalmente nos setores de agricultura e de transporte. Speer pensou em empregar um maior volume de trabalho forçado e de estrangeiros menos qualificados na indústria. No entanto, isto só seria possível com a simplificação de métodos. Como efeito das medidas de simplificação e da transferência de trabalho forçado e menos qualificado, que puderam ser mais bem aproveitados na indústria, o número de trabalhadores nesta condição, atuando nela, cresceu de 965 mil em 1941 para mais de 3.100 mil em 1944 (gráfico 3).

Gráfico 3: Tamanho e composição da força de trabalho civil na Alemanha por ramo industrial. Fronteiras pré-guerra. Trabalho forçado e estrangeiros. Em milhares de trabalhadores



Fonte: Abelshauser (2000), p. 161.

Speer percebeu que as grandes indústrias seriam mais eficientes se elas passassem a administrar a si mesmas sem o controle excessivo do estado. Ele percebia a importância do empresário empreendedor e valorizava a liderança carismática de grandes empresários na indústria de armamentos. Passou a priorizar a promoção de agentes com formação científica, especialmente em engenharia e contabilidade. As empresas, mesmo as pequenas, tinham de bancar programas de treinamento compulsórios.

Esta exposição sumária da organização econômica do Terceiro Reich, e de sua evolução entre 1933 e 1944, permite agora que se tente entender teoricamente a natureza do sistema econômica na época do nazismo. Há uma afirmação do eminente historiador deste período da história alemã, Trevor-Roper, que vale a pena assinar. Escreve ele:

“É preciso reconhecer [...] que o estado nazista não era absolutamente totalitário (no sentido corrente da expressão), e que seus dirigentes não constituíam um governo, mas uma corte, tão desprovida do poder de ação, mas também tão cheia de intrigas quanto a corte de um sultanato oriental” (Trevor-Roper, s.d.: 61).

A ideologia nazista certamente é totalitária, como o é a ideologia comunista. No entanto, apenas estes últimos aplicaram o totalitarismo na construção de uma administração econômica centralizada, abolindo quase completamente a propriedade privada e submetendo o sistema econômico a um planejamento totalitário. A Alemanha hitlerista não alcançou o modelo de um estado completamente integrado e centralizado. Nem a mobilização da guerra levou o regime a concentrar todos os esforços na obtenção de uma vitória no conflito. Muitas atividades industriais voltadas ao consumo civil continuaram a existir, até mesmo artigos de luxo continuavam a ser produzidos. Diferentemente do regime soviético, no caso alemão a produção, a alocação da força de trabalho, a busca de informações econômicas, a administração, nada disso esteve completamente centralizado. As informações eram fornecidas por diversos organismos rivais entre si. Como caracterizar teoricamente o sistema econômico nazista? Qual o grau de eficiência deste sistema? Estas são questões que até hoje aguardam uma solução teórica que dê conta de explicar os dados empíricos. Trevor-Roper fornece alguma pista quando compara a administração nazista a um “sultanato oriental”. De fato, o regime de Hitler combinava mecanismos de mercado, nos quais os bens eram produzidos e vendidos em atenção a um cálculo econômico e um sistema de preços, com um mecanismo de acesso a bens pelo confisco, pilhagem ou simplesmente roubo. Ele não se configura uma administração descentralizada, caracterizando-se mais no jogo de intriga entre figuras e no poder central certamente brutal, mas de ação frouxa, permeável, procurando mais se posicionar no imenso jogo de intrigas entre os poderosos do que em resolvê-lo num sistema centralizado de poder com hierarquia rígida e comando central da economia. O nazismo seguiu o receituário de economias mistas que caminham na direção do autoritarismo político e do forte intervencionismo econômico. A aplicação do keynesianismo foi

apenas o primeiro passo, depois veio o processo de cartelização da economia, a fusão forçada de empresas, o controle dos mercados, de preços e de salários, o fim dos sindicatos, a supervisão estrita dos pequenos negócios e da agricultura, e por fim uma associação entre o grande capital industrial e a burocracia do planejamento estatal na condução da economia com duplo propósito: prepará-la para a guerra e conduzi-la quando da sua eclosão; manter o consumo civil em nível adequado a fim de assegurar a sustentação do regime. O sistema econômico adotado pelos nazistas conjugava aspectos aparentemente contraditórios: uma economia com elevado grau de planejamento estatal, com controle dos negócios privados e forte intervenção no sistema de preços e de salários; ao mesmo tempo, uma economia que apresentava um poder central fraco, que não conseguia submetê-la totalmente aos ditames do centralismo econômico. Então havia certamente um grau maior de descentralização econômica na Alemanha de Hitler do que nos sistemas econômicos socialistas. A economia parcialmente descentralizada do Terceiro Reich esteve longe do modelo de uma economia clássica de mercado na qual a eficiência é alcançada pela ação do sistema livre de preços.⁸ É evidente que o mecanismo de mercado, orientado pela sinalização dos preços, não pode funcionar muito bem no sistema econômico com preços controlados. Não se pode alcançar grande eficiência pela ação do mercado em um sistema relativamente centralizado como o foi o alemão na época do poder nazista. Então cabe investigar por que o afrouxamento hierárquico do sistema econômico acabou resultando em certa eficiência econômica no caso alemão.

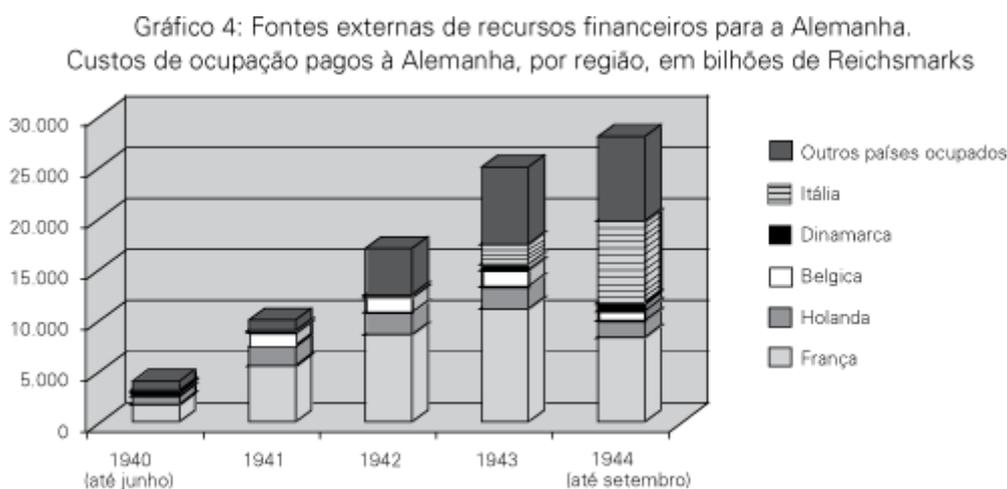
Uma diferença importante entre a economia de comando germânica e os sistemas econômicos socialistas consiste no fato de o primeiro manter boa parte dos meios de produção na esfera privada: não ocorreu a coletivização forçada do comunismo. Isto trouxe implicações para o funcionamento do sistema econômico. Na Alemanha nazista, preservou-se um relativo grau de autonomia para as lideranças empresárias em seus campos de atuação. Com isso o sistema de incentivos à eficiência na produção operou de modo mais eficaz. É claro que mesmo nas economias mais centralizadas concede-se às lideranças setoriais uma relativa liberdade na escolha de método de trabalho e de produção. No entanto, neste caso o gerente de fábrica opera sob o influxo das metas de produção ditadas de fora, e perseguidas visando recompensas, sempre que as metas tenham sido alcançadas, e evitando as punições, caso não sejam cumpridas. O mecanismo de incentivos no caso alemão era diferente por se tratar de propriedade privada dos meios de produção. A mudança na natureza da propriedade altera os incentivos aos agentes por dois motivos: quando se é proprietário do capital o que está em jogo é a prosperidade ou a falência do negócio: no limite, lucros extraordinários ou prejuízos insuportáveis. Não se trata tão-somente de agradar ao chefe, burocrata das engrenagens do estado, mas de manter-se bem no negócio. O sistema de incentivos é melhor quando viceja a propriedade privada. Outra

8 Por exemplo, não se pode realizar uma alocação eficiente da mão-de-obra se a variável salário que determina a alocação está fixada como na Alemanha desde período.

razão para a maior eficiência obtida pelo modelo nazista então adotado, maior do que seria possível alcançar com a completa centralização econômica, refere-se ao mecanismo de atuação das metas de produção. Tais metas, no caso do comunismo, representam parâmetros nos quais todo o processo de produção nas unidades isoladas procura adaptar-se, sob pena de bloquear a harmonia da produção em seu conjunto, na relação entre todas as unidades produtivas. No nazismo, as metas de produção eram exclusivamente indicativas. A agência de planejamento raramente interferia na ação dos empresários com o intuito de forçar o cumprimento das metas. Mesmo que um determinado setor deixasse a desejar, os burocratas do estado nazista preferiam amiúde uma atitude de entendimento negociado com os empresários a uma ação mais hostil; principalmente em se tratando dos grandes grupos empresariais, até porque estes mesmos haviam apoiado, desde o início, o regime nazista e continuavam a servir-lhe e a se beneficiarem dele, em que pese algumas dissidências de empresários. Com efeito, mesmo que vigiadas e impedidas de atuarem livremente, as forças de mercado, principalmente as perspectivas de lucros empresariais, continuavam sendo um fator a afetar a quantidade produzida, não dependendo ela exclusivamente das metas de produção.

Não se pretende com isso negar que as economias centralmente planejadas também não possam ser eficientes ao seu modo. Os sistemas socialistas centralizados apresentam altíssimas taxas de crescimento econômico durante os primeiros 15 a 20 anos de implantação, depois o ímpeto se arrefece, principalmente pelos problemas de falta de incentivos e de estagnação tecnológica. A tese que se quer demonstrar é a de que o regime nazista, mesmo não perseguindo o modelo de centralização comunista e sendo parcialmente descentralizado, também foi eficiente. Ele não teria como adotar o outro modelo, que inclusive estava fora do ideário nazista. Contudo, o sistema econômico de Hitler foi mais eficiente que o planejamento socialista por conseguir manter um bom desempenho simultaneamente na produção militar e civil, ao contrário do sistema soviético que impôs enormes sacrifícios à produção civil às expensas da prioridade do esforço de guerra (ver próxima seção). Historiadores como Richard Overly e Trevor-Roper enfatizam a ineficiência do sistema alemão por conta do caos aparente na hierarquia de comando, da inexistência de um planejamento efetivo e de falta de centralização nas decisões. O que tradicionalmente tem sido visto como um fator de desvantagem do sistema econômico nazista, a explicar inclusive a sua derrocada na guerra, hoje em dia começa a ser visto com outros olhos. Aceita provisoriamente a tese, a ser demonstrada, de que a economia alemã comportou-se bem nos moldes do sistema nazista, compreender teoricamente o porquê desta eficiência ajuda-nos inclusive a entender a natureza desse sistema. Para Trevor-Roper, se a Alemanha tivesse implantado a centralização econômica poderia ter vencido a guerra graças às vantagens de seus recursos, seus preparativos e o grau de avanço tecnológico. Contudo, não se pode garantir que a economia alemã teria sido mais eficiente sob a égide do planejamento centralizado. Os Planos Quadrienais de Göring não tinham nenhuma pretensão e nem condições técnicas e políticas

de comandar centralmente todo o processo econômico. Então os grandes empresários estavam livres para agir como desejassem em suas áreas de influência. Estiveram em ação, portanto, a competência do homem de negócio, o processo de negociação essencialmente capitalista e a operação dos mercados, ainda que controlados; todos esses elementos estiveram presentes graças à descentralização e à fragmentação da esfera administrativa do regime nazista. Ora, se havia muitos canais paralelos de informações, como denuncia Trevor-Roper, isto não significa necessariamente ineficiência informacional. O sistema de produção nazista deixou frouxo o controle sobre os empresários. Isso em nada enfraqueceu sua economia, pelo contrário, a relativa liberdade conferida aos magnatas dos negócios favoreceu a economia. Os grandes empresários agiam em estreita associação com o estado alemão. Com efeito, o estado estimulou por meio de seus altos representantes, como Speer, a racionalização do processo produtivo e o treinamento de parte da mão-de-obra. Mesmo a desvantagem do viés autárquico da política econômica foi parcialmente compensada pelo movimento expansivo e integrador da guerra com suas conquistas territoriais. O Gráfico 4 representa as fontes de recursos financeiros extraídos, ano a ano, dos países ocupados.

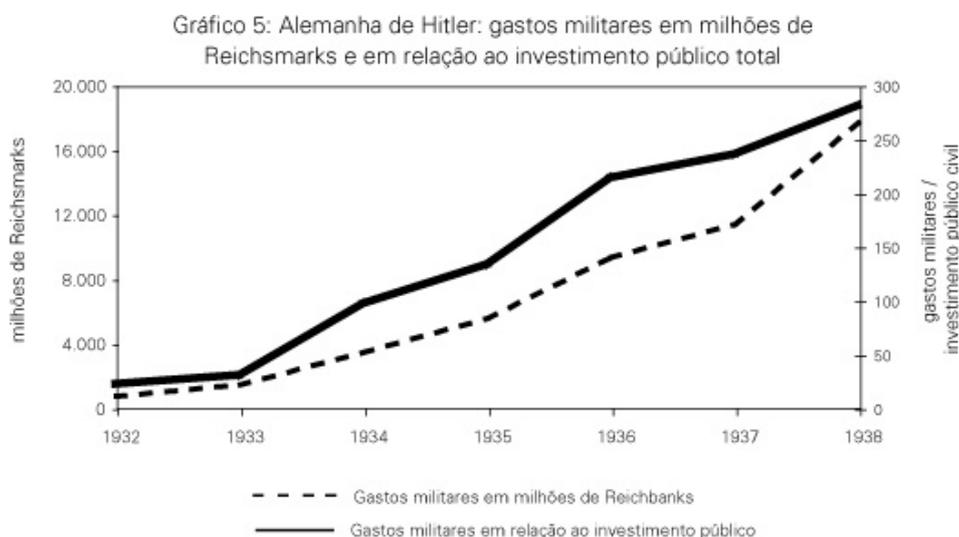


Fonte: Abelshauser (2000), p. 143.

Nota-se que a França, a Holanda, e em 1944 a Itália, respondem por boa parte dos recursos ganhos com a guerra pela economia alemã. Em síntese, foi o caráter relativamente descentralizado do sistema alemão que conferiu eficiência ao funcionamento de sua economia civil e de guerra em todo o período do Terceiro Reich. Por trás do caos aparente da economia alemã no período, tão denunciado pelos historiadores, havia uma poderosa máquina de produção civil e de guerra. Apesar de seus métodos brutais e desumanos que desgastavam a força de trabalho parcialmente escravizada, havia um sistema produtivo poderoso. Do ponto de vista de maximizar a produção de canhão e manteiga, dadas as restrições do ambiente em questão, o sistema parcialmente descentralizado da Alemanha nazista saiu-se muito bem.

A demonstração da eficiência da economia alemã do Terceiro Reich

A eficiência da economia alemã na gestão nazista pode ser comprovada pela análise dos números indicativos do despenho desta economia no período. Acompanhando-se a evolução global da economia alemã por meio da curva do PNB per capita, partindo do decréscimo econômico no período imediatamente anterior ao início do domínio nazista, nota-se desde então um crescimento contínuo até o ano de 1944 durante o qual a economia quase duplica de tamanho: um êxito notável. Apenas em 1945 e 1946, o PNB alemão desmorona, reduzindo-se no final do biênio para menos de 60% do pico anterior (Abelshauer, 2000: 124). Cabe também chamar a atenção de que a ênfase que se confere à política armamentista na recuperação da economia alemã nos anos 1930 tem sido exagerada. Na literatura especializada, não há uma estimativa única do nível exato dos gastos alemães com o rearmamento até o início da Segunda Guerra Mundial. Abelshauer (2000: 134-135) baseia-se num minucioso levantamento que percorre as estimativas de gastos militares feitas por 13 autores e dois relatórios, incluindo dados fornecidos por Schacht. Tomando-se uma média destas estimativas, teriam sido gastos na Alemanha, em termos acumulados, algo como pouco mais de 70 bilhões de Reichsmarks (equivalente ao PNB alemão de 1931). O Gráfico 5 mostra a evolução anual dos gastos militares alemães de 1932 a 1938 e também a proporção deles em relação ao investimento público civil.



Fonte - Gastos militares totais: cálculo do autor. Valores médios consultando-se 15 fontes. Apud. Abelshauer (2000), pp. 134-135. Em relação ao investimento público: Petzina (1977). Apud. Abelshauer (2000), p. 138.

Os gastos militares começam a ter uma proporção alarmante do orçamento público a partir de 1936, quando a economia alemã já se havia recuperado da crise e também quando se inicia o Segundo Plano Quadrienal sob a liderança de Göring. Mesmo neste período, a expansão dos gastos

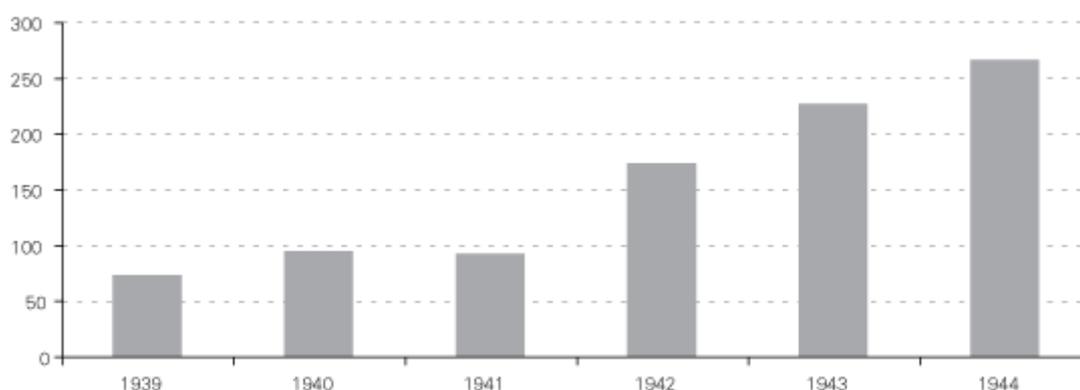
militares não comprometeu os programas em infraestrutura e outros investimentos. Na verdade, o financiamento do rearmamento ocorreu criando-se uma capacidade ampliada de arrecadação de recursos, recorrendo ao mercado financeiro. Schacht, ao assumir a presidência do banco central, criou várias técnicas de financiamento. Era preciso manter o segredo das operações financeiras na criação de um fundo para o esforço armamentista. As potências ocidentais não poderiam desconfiar que os alemães estavam drenando recursos para o rearmamento.

Schacht elabora mecanismos para colocar títulos públicos no mercado sem que os próprios credores soubessem que se tratavam de papéis do governo. O presidente do Reichsbank cria manobras de camuflagem que só foram possíveis por se tratar de um regime ditatorial com poder de encobrir os reais mecanismos financeiros. A manobra mais famosa foi a introdução de um título com boa liquidez, que poderia ser descontado no Reichsbank, denominado Mefo (Metallurgische Forschungsgesellschaft mbH). O título Mefo poderia ser trocado por dinheiro no Reichsbank, mas ele também era intercambiável por outros papéis. Assim, o governo preferia vender os papéis a agências de dinheiro e de capital em vez de negociá-los diretamente com o público. A agência captava recursos da poupança popular e da previdência social, e emitia títulos de médio e de longo prazos. Os recursos amealhados pelo público e aplicados nas agências eram por elas repassados ao governo em troca de títulos Mefo. Entre 1935 e 1938, o Reichsbank conseguiu colocar no mercado 12 bilhões de Reichsmarks em títulos públicos. Contudo, os aplicadores não sabiam que estavam emprestando ao governo e, com efeito, financiando a aquisição alucinada de artefatos militares. E nem os países ocidentais puderam detectar o mecanismo. Eram evidentes as vantagens técnicas e políticas destas manobras de Schacht: os poupadores eram credores do Reich e não sabiam; o financiamento para a escalada armamentista corria sem sacrificar os programas da economia de paz, sem muito aumento de impostos, sem gerar inflação e mantendo-se a confiança do público na seriedade do Reichsbank. Cabe uma avaliação do impacto do endividamento do período na evolução do orçamento público alemão: estimativas de future tax burden⁹ e do impacto inflacionário e no crescimento da economia. Uma análise mais ampla demandaria espaço de que não dispomos no ensaio, contudo, cabe notar que a dívida fiscal cresceu três vezes, de 13,9 bilhões de Reichsmarks no biênio 1933-1934 para 41,7 bilhões em 1938-1939. Como porcentagem do PNB nominal o crescimento foi menor: dobrou de 16% para 32%. Mesmo um endividamento de 32% do PNB é facilmente administrado para os padrões de uma economia vigorosa e em expansão. Ademais, quase 60% da dívida compunham-se de títulos de médio e de longo prazos. O endividamento torna-se descontrolado apenas no período da guerra: a dívida sobe a quase 90 bilhões de Reichsmarks em março de 1941 e explode em 373,5 bilhões em março de 1945, quase no fim do conflito. O perfil do endividamento também piora: os tí-

9 Future Tax Burden: Carga tributária futura. Nota do Editor

tulos de médio e longo prazos passam a ocupar apenas 37,5% das obrigações (Overy, 1996: 132). Não se pode imputar às emissões de títulos Mefo o descontrole da dívida no período da guerra. Nos anos de conflito, os esquemas de captação de dívidas deram-se de outra forma: junto a grandes grupos financeiros e empresariais ou pelo empréstimo compulsório do público. A avaliação do impacto da dívida pública associada às emissões Mefo é positiva pelo perfil do endividamento até 1939 e por ter mantido a inflação sob controle: em quatro anos a inflação (índice de custo de vida) aumentou apenas 3,4% (Overy, 1996: 125), mesmo com forte crescimento econômico. O gráfico 6 relata a evolução da produção de armamento e munições na Alemanha.

Gráfico 6: Produção de armamentos e munições na Alemanha, média mensal (jan.-fev. 1942 = 100)

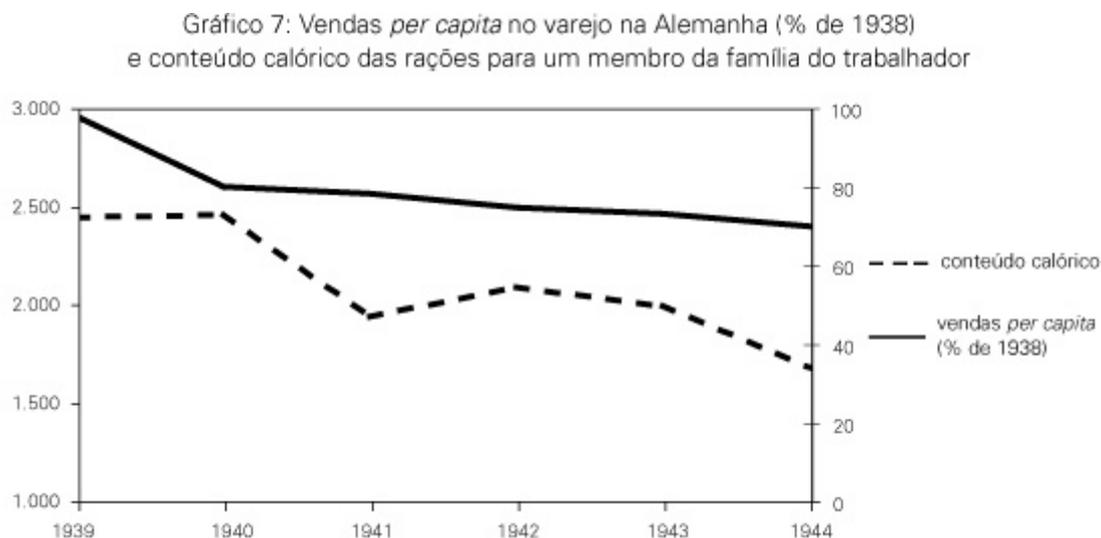


Fonte: cálculos do autor. Apud. Abelshauser (2000), p. 152.

Trata-se de uma média mensal de produção tomando-se a média mensal do primeiro bimestre de 1942 como sendo 100. A produção bélica estava condicionada às perspectivas da guerra. A queda da produção mensal entre 1940 e 1941 explica-se pelos rápidos sucessos obtidos com a Blitzkrieg: na época tinha-se a impressão de que os aliados pediriam um armistício e o Reich se consolidaria com tranquilidade nas áreas até então conquistadas. O esforço de produção em 1942 está associado ao alerta emitido pela primeira derrota séria da Wehrmacht na batalha de Moscou. A produção bélica expandiu-se consideravelmente entre 1941 e 1942, e mais surpreendente, manteve uma forte expansão entre este ano e 1943. O bom desempenho em 1942 pode-se creditar às reformas de Speer que aumentaram a produtividade do trabalhador na indústria bélica. O esforço de produção de armamentos do sistema econômico nazista foi realmente notável. Até praticamente o último mês do conflito, milhares de tanques, aviões etc. eram produzidos nas fábricas transferidas para abrigos subterrâneos a despeito da escassez de matéria-prima.¹⁰

¹⁰ A escassez de matéria-prima era compensada pelo uso alternativo de materiais não convencionais. Por exemplo, estruturas de madeiras leves e resistentes nos aviões, no lugar de ligas especiais de alumínio; uso de extratos vegetais no lugar de óleos sintéticos derivados do petróleo etc. Uma análise completa do esforço de produção bélica levaria em conta o efeito dos bombardeios, que nos últimos anos da guerra vinham destruindo uma parte do parque industrial alemão, além de afetarem as vias de comunicação, as instalações etc. Um survey completo do impacto destrutivo das bombas aparece em United States Strategic Bombing Survey (1945).

Examina-se agora o desempenho deste sistema econômico no que tange à produção civil. Dois indicadores são apresentados no gráfico 7: as vendas per capita no varejo como porcentagem de 1938 e o consumo calórico médio de cada membro da família do trabalhador alemão.



Fonte: Abelshauser (2000), pp. 154-155.

O poder calórico da dieta do alemão era de 2,5 mil calorias diárias nos dois primeiros anos do conflito. Verifica-se uma queda para o patamar de 2 mil calorias em 1941. Trata-se do efeito da adaptação aos primeiros anos da guerra. Nota-se que depois, até 1944, a despeito das agruras da Alemanha e das derrotas militares, a ração diária mantém-se acima de 1,6 mil calorias. As vendas per capita no varejo também conhecem uma queda no primeiro ano da guerra, mas elas se estabilizam, e mesmo em 1944, já na eminência da derrota, tais vendas se mantêm em pelo menos 70% do nível de 1938. Então estes dois dados permitem concluir que o sistema econômico do Terceiro Reich logrou manter um razoável nível de bem-estar da população alemã, mesmo em tempo de guerra. Pode-se questionar se 1.600 calorias de conteúdo calórico das rações para um membro da família do trabalhador atende de maneira satisfatória às necessidades diárias de uma pessoa. De fato, em termos absolutos essas calorias diárias não asseguram um nível de bem-estar muito bom associado à alimentação. Contudo, deve-se levar em conta o feito da economia alemã no contexto da guerra. Tomando-se como base de comparação o consumo per capita da época para a nação mais rica do planeta, os Estados Unidos, cuja produção agrícola não foi significativamente afetada pelo esforço de guerra,¹¹ verifica-se a absorção de 3.340 calorias per capita para a população civil, com pouquíssima variação nos anos de conflito (Rockoff, 2000: 93). É verdade que na Alemanha, no mesmo período, o

11 Exceto pela menor produção de fertilizantes nitrogenados, pois esse elemento químico era empregado na produção de munição.

consumo de calorias foi bem menor. A Alemanha entra no conflito com um consumo per capita da população trabalhadora (índice menor do que o consumo por pessoal civil que inclui empresários e segmentos mais ricos da população) de 70% do consumo civil nos Estados Unidos, ou seja, de 2.435 calorias (Abelshausen, 2000: 155). Esse percentual cai para 50% com a economia alemã bastante comprometida em 1944. Nada mal em se tratando de uma economia quase cercada pelas forças inimigas e com seu território retaliado pelo efeito dos bombardeios incessantes. Para se ter uma ideia, a Itália, que se retirou da guerra em 1942, permanecendo apenas a sua parte norte sob os tentáculos dos nazistas, mesmo com subvenções dos aliados, sua população consumia, em média, em 1944, apenas 56% do consumo de calorias per capita da população civil dos Estados Unidos (Zamagni, 2000: 191), um pouco mais que o trabalhador alemão no mesmo ano.

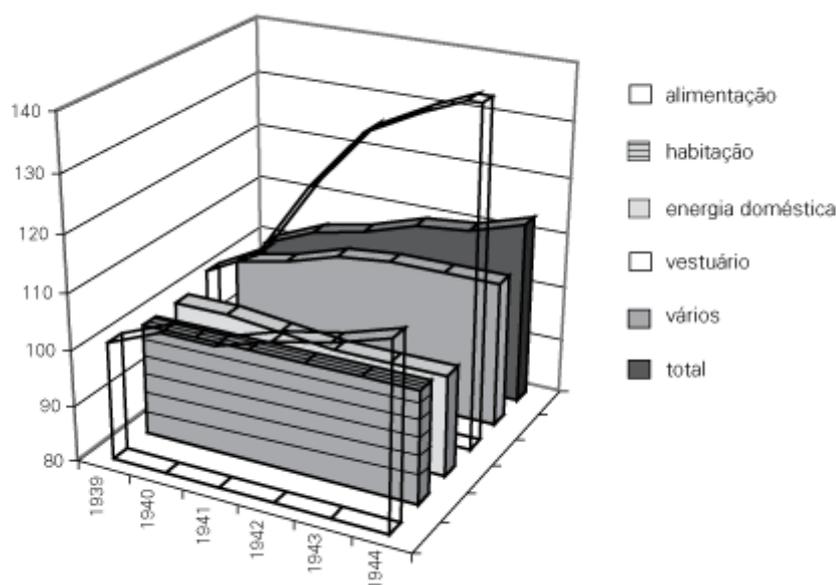
Não se pode negar, portanto, que o sistema econômico alemão tenha sido bem sucedido em um item em que a maioria dos sistemas centralmente planejados falha em oferecer: alimentos para a população. Antes da guerra, em 1937 comparativamente a 1927, auge da recuperação alemã dos anos 1920, o consumo de uma cesta representativa de alimentos recupera 90% do nível alcançado neste ano: o quantum de consumo da classe trabalhadora, para uma cesta contendo pão (de trigo e de centeio), carne e derivados, bacon, queijo, peixe, vegetais, batatas e açúcar, e ainda, leite e ovos, atinge em 1937 uma média apenas 10% inferior à de 1927. Em certos itens, verifica-se aumento no consumo: pão de centeio (20,2%), queijo (11,5%) e batata (4,1%) (Overy, 1996: 127).¹²

Pode-se argumentar que o sucesso do sistema econômico alemão em manter sua população razoavelmente alimentada, mesmo no período da guerra, deve-se às requisições feitas aos países conquistados que, de fato, eram obrigados a enviar alimentos para o Reich. A contribuição da França foi importante, embora esse país ainda mantivesse sua própria população em condições mínimas de consumo de alimentos. Exagera-se na interpretação do que representou essa remeça de alimentos oriundos dos países ocupados; em especial, a contribuição da URSS, tida por Hitler como o celeiro da Alemanha, foi bastante modesta, quase irrisória em termos líquidos: a contribuição líquida desse país na oferta de alimentos para o Reich alemão (excluindo-se gasto com as forças armadas atuando na URSS e consumo do pessoal da administração civil nesse país) foi de apenas 1,7 milhão de toneladas de grãos, somando-se tudo o que foi transferido nos anos de ocupação de 1941 a 1944, além de um modesto destaque em itens como carne, manteiga, açúcar e batata. Em média, menos de 10% da produção soviética era exportada para o territorial original do Reich (Overy, 1996: 129).

O período da guerra não acarretou o descontrole da inflação. O custo de vida para a família alemã (de cinco membros) aumentou apenas 13% entre 1939 e 1944. O Gráfico 8 apresenta a evolução desse custo de vida no período em questão como porcentagem de 1938.

12 Ajustado pelas mudanças no poder de compra e tamanho das famílias. Inclui o orçamento de famílias de servos civis com baixa remuneração e salário dos trabalhadores.

Gráfico 8: Custo de vida para a família alemã, % de 1938



Fonte: Abelshauser (2000), p. 154.

Deve-se notar inicialmente que vários preços estavam sendo controlados pelo governo e que processos de cotas compulsórias de consumo substituíam o mecanismo tradicional de racionamento, via preços, exercido pelo mercado. Os preços de habitação e energia doméstica permaneceram estáveis no período. As maiores pressões inflacionárias ocorriam em itens como alimentação e vestuário. A última classe de bens tinha a oferta consideravelmente reforçada pelo confisco da produção dos países ocupados. O caso da produção têxtil francesa é bem conhecido: com a aplicação das convenções de armistício, os alemães passaram a ter o direito de exigir a entrega de uma certa quantidade de matérias-primas por eles escolhidas, de preferência entre as mais raras e mais caras: lã, couro, seda etc. (Veillon, 2004: 74). Demonstrar a eficiência no funcionamento de um sistema econômico é sempre uma questão relativa. O que se procurou aqui foi arrolar um conjunto de provas que mostram certa eficiência da economia alemã no período a partir de 1933 até o fim da Segunda Guerra Mundial.

A base das evidências foi:

(1) o desempenho na produção absoluta de armamento e no consumo per capita da classe trabalhadora. A queda no consumo após 1939 é esperada em se tratando de um período de guerra total, contudo, um nível razoável seria mantido até 1944.¹³

(2) O desempenho na produtividade industrial: conforme gráfico 2, a produtividade por trabalhador aumentou muito a partir de 1941 na produção de munição e se manteve na indústria de

¹³ Trabalhamos com valores agregados médios que não revelam a concentração do consumo em segmentos mais favorecidos da população, mesmo que tenhamos nos concentrado em dados que dizem respeito à classe trabalhadora alemã. É claro que situações dramáticas foram verificadas especialmente nos dois últimos anos do conflito: muitas famílias viviam permanentemente com fome e tinham que comer até comida estragada porque não tinham outra opção.

bens de consumo, com ligeiras oscilações. De fato, ela decaiu na indústria de base, especialmente em 1944, mas esse setor não era estratégico ou prioritário no fim do conflito.

(3) O equilíbrio macroeconômico medido pela fraca pressão inflacionária, em que pesem preços controlados e o endividamento público crescente.

Considerações finais

A seção anterior evidenciou dados que corroboram a hipótese de que a economia alemã foi eficiente na época do Terceiro Reich. Portanto, constatado o fato, cabe argumentar teoricamente a razão da eficiência dessa economia sob a égide do regime de Hitler. A primeira seção argumentou que tal eficiência foi alcançada operando-se um sistema econômico peculiar (economia de comando) com um grau relativamente descentralizado da economia, com certa liberdade para as lideranças setoriais encontrarem o melhor método de incrementarem a produção nos respectivos ramos de atuação. Não se sabe como poderia ter sido a produção alemã caso tivesse adotado o sistema totalmente centralizado: não há o contrafactual direto e, ademais, o planejamento central socialista, com a abolição da propriedade privada, estava fora dos contornos ideológicos do regime. Uma comparação interessante pode ser feita com o desempenho da economia da União Soviética na Segunda Guerra Mundial. O estudo de Harrison sobre a economia soviética fornece informações importantes. O gráfico 9 mostra um indicador de produtividade da indústria de Stalin entre 1940 (ano anterior ao início do envolvimento na guerra) e 1944.



Fonte: cálculo do autor com base em informações sobre PNB setorial e população trabalhadora por setor em Harrison (2000), pp. 283 e 285.

Nota-se que, em relação à indústria bélica, a produtividade no socialismo soviético cresceu mais do que no caso da Alemanha nazista. Enquanto no primeiro caso avançou três vezes, neste último o aumento foi de 60% (em relação a 1939). Este dado não é suficiente para alardear a superioridade na produção de guerra do socialismo. Dado o atraso da economia soviética, temos razões para acreditar que a sua produtividade no início da série viceja muito menor do que a alemã em 1939. Portanto, é mais fácil alcançar ganhos de produtividade quando se parte de um patamar mais baixo. Contudo, o dado mais sensível diz respeito à evolução comparativa da produtividade na indústria de bens de consumo. Enquanto na Alemanha em guerra esse setor teve ligeiros ganhos de produtividade, com oscilações (Gráfico 2), na Rússia Soviética e repúblicas satélites a produção por trabalhador caiu para 83% do nível inicial antes da guerra. Comparando-se os dois modelos, a economia alemã foi mais eficiente, pois também fez crescer a produtividade no setor industrial bélico e, adicionalmente, manteve e até incrementou um pouco a produtividade por trabalhador no setor da indústria de bens de consumo.

Bibliografia;

ABELSHAUSER, W. (2000) "Germany: guns, butter, and economic miracles". In: *The Economics of World War II: Six Great powers in International Comparison*, Cambridge University Press, Cambridge, U.K., 2000, pp. 122-176.

EICHHOLTZ, D. (1985) *Geschichte der deutschen Kriegswirtschaft 1939-1945*, vol. I, 1939-1941, Berlin.

GARVY, G. (1975) "Keynes and the Economic Activists of Pre-Hitler Germany," *The Journal of Political Economy*, Volume 83, Issue 2, pp. 391-405.

GRUNBERGER, R. (1970) *A história da SS*, Record, tradução de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro e São Paulo, 1970.

HARRISON, M. (2000) "The Soviet Union: the defeated victor". In: *The Economics of World War II: Six Great Powers In International Comparison*, Cambridge University Press, Cambridge, U.K., 2000, pp. 268-301.

KEYNES, J.M. (1991) *Las consecuencias económicas de la Paz*. Editorial Crítica, Madrid.

OVERY, R. (1996) *The Penguin Historical Atlas of the Third Reich*, Penguin Books Ltd, London, 1996.

PETZINA, D. (1968) "Autarkiepolitik im Dritten Reich. Der national-sozialistische Vierjahresplan". *Schriftenreihe der Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, vol. 16, Stuttgart.

_____. (1997) *Die deutsche Wirtschaft in der Zwischenkriegszeit*, Wiesbaden, 1977.

_____. Abelshauser, W., Faust, A. (1978) “Materialien zur Statistik des Deutschen Reiches 1914-1945”, *Sozialgeschichtliches Arbeitsbuch*, vol.3, Munich.

ROCKWELL JUNIOR, L. H. (2003) “The Violence of Central Planning” <http://www.lewrockwell.com/rockwell/centralplanning.html>. Acesso em 23.09.2008.

ROCKOFF, H. (2000) “The United States: from ploughshares to swords”. In: *The Economics of World War II: Six Great Powers In International Comparison*, Cambridge University Press, Cambridge, U.K., pp. 81-121.

TREVOR-ROPER, H. R. (1964) *Os Últimos Dias De Hitler*, Flamboyant, tradução de José B. Mari, São Paulo, 3ª ed., s.d.

UNITED STATES STRATEGIC BOMBING SURVEY. (145) Summary Report, European War, September 30, 1945, www.usaaf.net/.

VEILLON, D. (2004) *Moda e guerra: um retrato da França ocupada*, Zahar Editor, tradução de André Telles, Rio de Janeiro.

ZAMAGNI, V. (2000) “Italy: how to lose the war and win the peace”. In: *The Economics of World War II: Six Great Powers In International Comparison*, Cambridge University Press, Cambridge, U.K., pp. 177-223

Espionagem, operações encobertas e guerra

Thiago da Silva Pacheco¹

Resumo: este artigo aborda conceitualmente a espionagem e as operações encobertas. Partindo da definição conceitual proposta pela bibliografia especializada no assunto, delimitamos suas diferenças mantendo, a despeito destas distinções, a correlação entre tais atividades e a guerra, abordada aqui do ponto de vista teórico. Tal abordagem visa identificar a importância destas duas práticas, em tudo dependentes do segredo, quando relacionadas à guerra, seus antecedentes e desdobramentos.

Palavras-Chave: Inteligência, Espionagem, Operações Encobertas, Serviço Secreto, Guerra.

Abstract: this article conceptually addresses espionage and covert operations. Starting from the conceptual definition by the specialized bibliography on the subject, delimiting their differences, despite the proposed proposals and the war, approached here from the theoretical point of view. Such an approach aims to identify one of these two practices, in all the importance of secrecy, when related to the war, its antecedents and developments.

Keywords: Intelligence, Espionage, Covert Operations, Secret Service, War.

Se um soberano iluminado e seu comandante obtêm a vitória sempre que entram em combate e alcançam feitos extraordinários, é porque eles detêm o conhecimento prévio e podem antever o desenrolar de uma guerra. Este conhecimento prévio, no entanto, não pode ser obtido por meio de fantasmas e de espíritos, nem pode ser obtido com base em experiências análogas, muito menos ser deduzido com base em cálculos das posições do sol e da lua. Deve ser obtido das pessoas que, claramente, conhecem as situações do inimigo.

Sun Tzu².

1 Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Ateliê de Humanidades.

2 SUN TZU. A arte da guerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Record 1995.

(...) a inteligência, por melhor que seja, não é um guia infalível para a vitória. A vitória é um prêmio fugidio, obtido mais com sangue do que com cérebros. A inteligência é a serva, não a amante, do guerreiro.

John Keegan³.

As epígrafes que iniciam este capítulo nos apresentam opiniões opostas, da parte de dois dos maiores teóricos da guerra, acerca da importância do conhecimento num confronto. Para o sábio chinês do século IV a.C., tal conhecimento é definitivo para a vitória. Já para o eminente professor da Real Academia Militar, obtê-lo a tempo oportuno é algo problemático, o que também (mas não só) compromete sua eficácia. Keegan, que argumenta a favor desta tese com estudos de caso anteriores e posteriores às invenções tecnológicas decisivas para o trabalho de Inteligência (telégrafo, rádio, sondas, satélites, etc), não desvalida, contudo, o trabalho de coleta de dados e produção de conhecimento para a guerra. Pelo contrário, o ressalta, apenas situando-o mais realisticamente quanto às incertezas de um confronto convencional.

Saber acerca do inimigo e, ao mesmo tempo, impedi-lo de conhecer seus próprios planos: nenhum teórico da guerra, governante ou general nega a importância deste fator. Decisões que envolvem recursos, tropas, vidas e, no limite, a vitória, não se devem tomar as cegas (nem com consultas ao sobrenatural, se considerarmos o conselho de Sun Tzu). Da mesma forma, operar com a ignorância inimigo é um trunfo ou, por vezes, uma necessidade que, obviamente, requer o segredo. A imprevisibilidade da guerra apenas acentua a importância da Inteligência e atividades correlatas.

Entre estas atividades estão a espionagem e as operações encobertas, as duas amplamente exploradas pela literatura e pelo cinema. No primeiro caso, falamos de homens e mulheres ocultos entre o inimigo, a fim de oferecerem informações. No segundo, falamos de uma missão específica e cirúrgica de intervenção política, ataque, sabotagem, sequestro, resgate ou assassinato, normalmente em tempos de paz e/ou aplicadas em situações de guerra assimétrica ou de terrorismo.

Neste sentido, relacionando-as ao fenômeno da guerra, cabe delinear estas duas atividades, analisar como são postas em prática e elucidar que tipos de homens e mulheres⁴ nelas trabalham. Responder estes questionamentos pode nos dar uma melhor compreensão acerca da forma como o conhecimento e o segredo são aplicados, seja na guerra, seja para evitá-la em sua forma convencional, seja para anteceder-la.

3 KEEGAN, John. *Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão À Al-Qaeda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

4 "Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, Marc. *Apologia da História e o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: 2002, p.54).

Contudo, para explorar estas questões, cabe primeiros delinear o conceito de Inteligência, para então adentrarmos nos correlatos da espionagem, missões secretas e operações encobertas.

Definições de Inteligência

Em síntese, Inteligência é a produção de conhecimento a partir da coleta e análise de dados. O conhecimento produzido destina-se a um governante ou general, a fim de que ele esteja abalizado nas suas tomadas de decisão, e tem como indicadores a relevância, rapidez e precisão do conhecimento produzido⁵.

Saindo do senso comum, a captação ou produção de informações não se resume à com espionagem, sendo esta apenas uma dentre tantas formas de coleta de dados, chamadas de *fontes* no linguajar referente à literatura de Inteligência⁶. A espionagem é parte do que normalmente se nomina *fontes humanas*, representadas pela sigla HUMINT⁷, e que englobam os dados adquiridos e transmitidos por *pessoas*. Estas pessoas podem ser espões ou informantes especificamente recrutados, treinados, pagos e/ou infiltrados por uma agência, mas também podem ser patrulheiros, colaboradores esporádicos sem vínculo formal com a agência, traidores, militantes ou mesmo cidadãos realizando denúncias.

Além das fontes de tipo HUMINT, há também as fontes denominadas SIGINT, que consiste na interceptação e interpretação de sinais de comunicação - grampeamento de telefones, detecção de transmissões de rádio, etc - IMINT, que são fontes relacionadas à alta tecnologia - relacionada à coleta de dados através de imagens captadas principalmente por satélite -, MASINT - dados obtidos através da assinatura de sinais tecnológicos, como aqueles emitidos por explosões atômicas, por exemplo - e as fontes OSINT, também chamadas de “abertas”, que envolvem a análise de jornais, revistas, sítios eletrônicos entre outros.

Após o estágio de coleta, os dados passam para outro estágio onde são filtrados e estudados, averiguando-se o quão confiável é a origem, bem como sua plausibilidade. Os fatos mais importantes são contrastados com fatos já existentes, formando um quadro contextual do qual serão tiradas conclusões que se supõem pertinentes para a investigação. Após esta fase de processamento de dados, o produto da pesquisa é enviado aos destinatários - normalmente um chefe de Estado.

5 SIMS, Jennifer. *What is Intelligence? Information for decision makers*. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. *US Intelligence at the crossroads: agendas for reform*. New York: Brassey's, 1995: p.5.

6 Cf. CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, ANTUNES, Priscila C. B. *SNI & Abin: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, e CRUMPTON, Henry A. *A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI*. Barueri: Novo Século, 2013.

7 De acordo com Cepik (CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003: p.36) este termo “é um eufemismo tipicamente norte-americano, incorporado ao jargão internacional porque evita o uso do termo espionagem, muito mais pesado do ponto de vista legal e político”.

Esta é uma definição mais ampla do conceito, na medida em que exclui as operações e missões de natureza secreta das quais tratamos neste capítulo, ao considerá-las execuções de políticas nas áreas relacionadas ao assunto, não atividade de Inteligência propriamente dita⁸. O fato de órgãos de Inteligência gerirem atividades deste tipo se dá devido à necessidade do segredo. Por esta razão, a Inteligência também pode ser definida de forma mais restrita, envolvendo justamente a questão do sigilo tanto na obtenção de informações de terceiros quanto na manutenção das próprias informações em segredo. Diante desta assertiva, a Inteligência seria uma atividade restrita a órgãos governamentais voltados para a Defesa e a Segurança - trabalhando eles em conjunto ou não⁹.

A questão do segredo, sendo central ou relacional à definição de Inteligência, é, de qualquer forma, fundamental tanto para o processo de coleta e análise de dados, quanto para os produtos deste processo. E, evidentemente, indispensável para um dos métodos de coleta, que é a Espionagem.

Espionagem

A ficção construiu o arquétipo do espião como um homem educado, charmoso, elegante, bem relacionado, exímio combatente, dotado de um arsenal de bugigangas e envolvido em novelas investigações. No caso das espiãs, além destas características, são ainda dotadas dos atributos das *femme fatales*. Entretanto, a espionagem é um trabalho moroso, não combativo e levado a cabo por uma variedade tão grande de pessoas em termos de aparência, educação e classe social que torna estas representações estéticas meras caricaturas.

O principal ponto de corte que podemos abordar quanto à figura do espião é seu vínculo com a agência – entendida aqui como o órgão de Inteligência para o qual trabalham. Os Oficiais de Inteligência propriamente ditos são, estes sim, profissionais do campo: trabalham para a agência, são treinados e seguem carreira neste *métier*. Já os agentes informantes, contatos e colaboradores destes oficiais, chamados de *ativos*, podem ser literalmente qualquer pessoa e, por isto mesmo, raramente são dotados de treinamento¹⁰.

Isto implica em dizer que são os Oficiais de Inteligência quem normalmente falam mais de um idioma, conhecem a cultura da região para onde são alocadas suas missões e dispõem de tecnologia avançada. Na terminologia inglesa, são chamados de *Case Officers* quando estão incumbidos de supervisionar um agente ou ativo – como são chamados os informantes recrutados por um agen-

8 Sobre isto, ver CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV. 2003, p.27,28.

9 SHULSKY, Abram. *What is Intelligence? Secrets and competition among states*. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. *US Intelligence at the crossroads: agendas for reform*. New York: Brassey's, 1995.p.26.

10 CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV. 2003, p.36.

te - ou *controladores* quando gerenciam um agente ou grupo de agentes¹¹. Embora existam agentes treinados, as fontes dos Oficiais de Inteligência normalmente são amadores sem nenhuma formação para o trabalho.

A razão pela qual as agências de Inteligência recrutam pessoas “comuns” para um trabalho tão delicado é facilmente respondida no fato de que um estranho infiltrado num país estrangeiro e/ou num grupo opositor demanda tempo e o estabelecimento de contatos localizados em pontos estratégicos para, enfim, obter dados relevantes. Por esta razão, os Oficiais de Inteligência formam redes de informantes oriundos dos ambientes sociais postos sob observação, ainda que a infiltração a longo prazo também seja possível.

Esta formação de redes pode ser compreendida a partir do conceito de Pirâmide de Inteligência, proposto por Michael Herman. Nesta ilustração, as fontes simples de se recrutar compõem a base, enquanto o topo é reservado para as fontes mais complexas de se recrutar e, por isto, mais raras. Assim, na base na pirâmide estão viajantes – turistas, membros da Marinha Mercante, etc -, refugiados, especialistas, contatos no mundo dos negócios e informantes casuais. Na parte intermediária da pirâmide encontram-se populações de territórios ocupados, prisioneiros de guerra interrogados e políticos que fazem oposição ao inimigo. Próximo ao topo, temos os agentes de órgãos de Inteligência, funcionários de departamentos do governo concorrente – gerais, diplomatas, membros de comissões científicas, etc - e membros de grupos clandestinos que secretamente também trabalham para a agência¹².

Noutra direção, há várias razões pelas quais alguém que não é um profissional de Inteligência decide fornecer informações e se envolver em algo tão arriscado. Autores como Henry Crumpton¹³, Michael Herman¹⁴ e David Charney junto a John Irvin¹⁵ agrupam estas possíveis motivações no acrônimo MICE: *money, ideology, compromise/coercion, ego* - dinheiro, ideologia, compromisso/coerção e ego. Charney e Irvin, que abordam detalhadamente o acrônimo MICE, ainda incluem a questão da vingança/ressentimento contra um país, grupo ou mesmo indivíduo. Ou seja, pessoas bem informadas, em posições importantes e/ou com acesso a informações relevantes podem fornecer informações em troca de dinheiro ou favores, colaborando por convicções ideológicas – liberalismo, comunismo, luta antimperialista ou antifascista, etc -, sendo coagidas de variadas formas ou pela excitação de ser um espião.

Assim, o jogo da espionagem é empreendido por profissionais de Inteligência, assessorados por informantes amadores. E há pouco de espetacular neste jogo, sendo apenas o sigilo e o risco uma

11 VOLKMAN, Ernest. *A História da Espionagem*. São Paulo: Escala, 2013. O termo Case Officer é utilizado pela CIA, enquanto o termo Control, pelos britânicos.

12 HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.: p. 61-66.

13 CRUMPTON, Henry A. *A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI*. Barueri: Novo Século, 2013.

14 HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

15 CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. A Guide to the Psychology of Espionage. *AFIO's Intelligence Journal*, 2014.

constante. Espiões vivem em aparente normalidade num meio social (embaixadas, partidos políticos, grupos terroristas, movimentos sociais, círculos aristocráticos, departamentos governamentais, etc), do qual extraem as informações a serem transmitidas. Para os informantes não profissionais, nem sempre é necessário sofisticar documentos e passaportes falsos, nem disfarces elaborados¹⁶. O uso de armas e envolvimento em confrontos, supondo que o agente ou ativo seja capacitado para isto – e ativos, como civis “comuns”, raramente o são – está definitivamente fora de questão, pois espião deve mimetizar o ambiente onde está inserido, não chamar a atenção para si e conquistar o máximo de confiança possível: trata-se de fortalecer laços, não vencer oponentes. A transmissão das informações, obviamente cifradas, codificadas ou escondidas por tintas secretas e outros truques, nem sempre necessita de aparelhagem tecnológica sofisticada, e pode se dar por métodos elaborados como o *Brush Contact* – contato físico rápido aparentemente acidental em local público a fim de repassar algum material – ou encontros em *Dead Drops* – locais onde agentes e ativos trocam mensagens com seus supervisores, na maioria das vezes nos cantos e fendas em áreas públicas.

Apesar de muito mais cotidiano do que imagina o senso comum, ainda assim se trata de uma atividade perigosa. Além da constante ameaça de serem descobertos e sofrerem as sanções legais, eventualmente espiões se envolvem em situações mais complexas. Por exemplo, indivíduos envolvidos nestas missões podem coordenar o que se chama no FBI de *Black Bag Jobs* – que vem a ser a invasão de um determinado local a fim de implantar escutas eletrônicas ou tomar documentos secretos, copiá-los e devolvê-los sem que se perceba a troca – oferecer *chicken feed* – inteligência de baixo nível dada a agentes duplos ou ativos para impulsionar sua credibilidade – ter de operar uma *Exfiltration* – operação para retirar às ocultas um agente em perigo de território inimigo – ou mesmo partir para a violência direta, os chamados. *Executive Action* ou *Wet Affairs* – eufemismos da CIA e da Inteligência russa, respectivamente, para assassinato¹⁷.

Entre estas missões mais complexas está a clássica situação de sedução, chamada, no jargão inglês de Inteligência, de *Honeypot*¹⁸. Este tipo de operação envolve uma mulher que se aproximará de um alvo a fim de seduzi-lo para obter informações, ou facilitar sua eliminação ou captura. Uma variação é o uso da sedução para distrair um alvo enquanto uma equipe efetua o *Black Bag Job*. Chamadas de *Swallow*, estas mulheres são o mais próximo do arquétipo da espiã criado pela ficção. Operações de *Honeypot* também são postas em prática por homens, chamados de *Raven*.

Todo este repertório, como se nota, é voltado para a disputa pelo segredo: trata-se de descobrir e enganar ao mesmo tempo. O conhecimento é o objetivo da atividade da espionagem que, em tempos de guerra e somada a outras formas de produzir Inteligência, é fundamental para auxiliar o

16 VOLKMAN, Ernest. *A História da Espionagem*. São Paulo: Escala, 2013.

17 VOLKMAN, Ernest. *A História da Espionagem*. São Paulo: Escala, 2013.

18 VOLKMAN, Ernest. *A História da Espionagem*. São Paulo: Escala, 2013.

comandante na formação de suas estratégias, procurando captar a movimentação de suas armas e veículos, antever os passos do inimigo, conhecer seus recursos e estar a par de seus planos. Mas o mesmo jogo pode ser e é jogado com outros fins que não a simples produção de conhecimento em prejuízo da produção do mesmo tipo de conhecimento por parte do inimigo. É aqui que entram as Operações Encobertas.

Operações Encobertas

Missões de caráter secreto tem ocorrido no decorrer de toda história¹⁹, mas seu processo de institucionalização e racionalização é recente. Durante a Segunda Guerra, Churchill investiu em agentes secretos lançados de paraquedas em território inimigo, com o objetivo de recrutar, treinar, fomentar e armar grupos de resistência atuando em forma de guerrilha. Estes homens e mulheres faziam parte do famoso SOE (Special Operations Executive), grupo criado a partir da cultura de guerra britânica de manter tropas irregulares coloniais, formadas por nativos comandados por oficiais ingleses altamente treinados e conhecedores da cultura local. O SOE seria, portanto, uma adaptação de Churchill para o contexto crítico da Segunda Guerra Mundial²⁰.

A função do SOE era “incendiar a Europa” solapando o domínio alemão nos territórios ocupados. Eram homens e mulheres com habilidades de paraquedismo, guerrilha, sabotagem, infiltração, cultura e idiomas locais. A valentia envolvida nestas operações foi inegável, como também é inegável a importância dos movimentos de resistência para as identidades nacionais locais. Porém, do ponto de vista militar, autores como John Keegan questionam o sucesso deste tipo de estratégia²¹.

De qualquer forma, o fim da Segunda Grande Guerra e os primeiros movimentos que levaram à Guerra Fria propiciaram uma nova demanda para Serviços Secretos. O enfrentamento direto era indesejado e até mesmo temido, devido ao temor gerado pelo possível conflito nuclear. A consequência foi uma “negativa da guerra²²”, com o confronto transferindo-se para as disputas entre as agências de Inteligência de cada Nação e, não raramente, na forma de guerras assimétricas nos então chamados “países de Terceiro Mundo”. Tratava-se, desta maneira, de empreender missões secretas que envolvessem propaganda contra o inimigo, sabotagem industrial, científica ou econômica, fomento a partidos políticos locais e enfraquecimento de partidos políticos alinhados com o oponente,

19 “Most of the techniques, the stratagems, the “dirty tricks” that today we associate with covert action are not new. To the contrary both early Western and East-ern history are rich with examples of these practices. What makes “covert action” a modern concept is not the novelty of the actions but rather the institution-alization of operational responsibilities, the integra-tion of the tools of covert action into broader national security and foreign policy programs, and codification of rules governing its practice” (WIANT, Jon A. A Guide to the Teaching About Covert Action. *Journal of U.S. Intelligence Studies*, Volume 19, Number 2, 2012, p.56).

20 KEEGAN, John. *Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão À Al-Qaeda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.408.

21 KEEGAN, John. *Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão À Al-Qaeda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.403.

22 BONANATE, Luigi. *A guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.56.

auxílio a grupos combatentes na forma de apoio logístico, concessão de informações, treinamento e, no limite, sequestro ou assassinato de alvos estratégicos. Esta demanda permaneceu após a queda do muro de Berlim e a dissolução da URSS, na forma de combate ao terrorismo.

A estas atividades, chamamos de Operações Encobertas, e também de *Covert Actions*, nos EUA, e *Medidas Ativas*, na Rússia²³. Elas são postas em prática quando um governo chega à conclusão de que a diplomacia é insuficiente e o uso aberto e deliberado da força militar pode ser contraproducente ou demasiadamente arriscado²⁴.

Por parte da URSS, desde a década de 1920 o procedimento era posto em prática a partir dos Partidos Comunistas do ocidente, e isto não mudou com a Guerra Fria. Ademais, gozando de prestígio devido à vitória contra o nazismo, o comunismo contava com simpatia mesmo entre cidadãos não filiados aos PCs de seus respectivos países. Assim, agremiações comunistas locais faziam propaganda nas fábricas e eram fortalecidas com ajuda soviética nas eleições, enquanto a KGB penetrava, por meio de comunistas locais, em diferentes escalões dos governos europeus. Em Paris, por exemplo, havia um intenso programa de medidas ativas na forma de propaganda feita a partir de notícias meticulosamente forjadas. Na Áustria foi alcançado considerável controle sobre a polícia local e, na Finlândia, chegou-se a planejar um golpe de Estado²⁵.

Mas a atuação da Inteligência Soviética não se restringiu ao fomento conspiratório por meio dos Partidos Comunistas dos países do ocidente, ou à penetração em seus governos. Assassinos de elementos dissidentes eram comuns mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, como a eliminação de Trotsky. Os planos para o assassinato de Tito foram abortados devido ao falecimento do próprio Stalin. Outras missões envolveram preparativos de sabotagem e fomento a guerrilhas, como por exemplo o caso da Grécia em 1967 que, após um golpe militar, colocou o Partido Comunista Grego na ilegalidade: a KGB foi então instruída a financiar o partido local e mesmo capacitá-lo para atividades de guerrilha. Preparativos como este também se deram na Itália²⁶.

Do outro lado, ingleses e americanos voltavam-se intensamente para a sabotagem e erosão dos regimes comunistas no oriente, e também para a neutralização do comunismo no ocidente. Os ingleses, com larga experiência devido a Segunda Guerra Mundial, mantinham alguns agentes veteranos do SOE nos quadros do MI6. Optaram, contudo, por métodos mais cautelosos no jogo secreto, a chamada “abordagem do alfinete” (“*pinprick approach*”), principalmente após fracassos na Albânia ao final dos anos 1940. Temendo o poderio soviético – principalmente após o desenvolvimento da

23 CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 61-64.

24 CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 61-64; RADSAN, A. John. An Overt Turn on Covert Action. *Saint Louis University Law Journal*: 2009, Vol. 53: No. 2. WIANT, Jon A. A Guide to the Teaching About Covert Action. *Journal of U.S. Intelligence Studies*, 2012, Volume 19, Number 2.

25 ANDREW, Christopher. *The Sword and the Shield: the Mitrokhin archive*. Basic Books: New York, 2001.

26 ANDREW, Christopher. *The Sword and the Shield: the Mitrokhin archive*. Basic Books: New York, 2001.

bomba atômica por parte da URSS - esta estratégia consistia em acabar gradualmente com o sistema soviético explorando fraquezas políticas, visando vulnerabilidades econômicas, promovendo dissensões e espalhando desconfiança. Ou seja, não se tratava de fomentar insurreições internas sob comando de agentes bem treinados por trás do que posteriormente ficou conhecida como “Cortina de Ferro”, mas sim de operar mais cirurgicamente, a longo prazo, provendo sabotagem econômica, semeando dissensão e utilizando-se de “*black propaganda*”. Em suma, o objetivo era “(...) *to make things as difficult as possible for the Communist Governments*”²⁷.

Com a criação da CIA em 1947, os EUA opuseram-se diametralmente à URSS e seu trabalho de expansão do comunismo, impondo também seus interesses econômicos. Em várias partes do mundo, as atividades envolviam financiamento de partidos opositores ao comunismo, interferência direta em eleições locais, propaganda e notícias falsas capazes de abalar reputações ou gerar incertezas. No leste europeu, a CIA investiu em rádios ilegais que mesclavam músicas não russas e notícias plantadas para despertar a atenção do público. Além destas intervenções em cenários políticos locais, a CIA não teve pudor algum em informar, treinar e municiar grupos insurgentes no Oriente Médio e na América Central, como os *Mujahedin* no Afeganistão e os *Contra* na Nicarágua²⁸. E o fomento a golpes de Estado na América do Sul, concedendo apoio logístico e financeiro a círculos militares e partidos de direita, é bem conhecido e documentado²⁹.

Com o fim da Guerra Fria, o combate ao terrorismo ganhou força nas agendas dos governos e órgãos de Inteligência³⁰, especialmente depois do 11 de Setembro. Em especial o Mossad, órgão de Inteligência do Estado de Israel, tem se destacado pela desenvoltura em operações desta natureza em toda a sua história. Formado a partir de milícias paramilitares judaicas³¹ durante o período do Mandato Britânico (1920-1948) realizou missões bem sucedidas como o famoso sequestro de Adolf Eichmann na Argentina em 1960, o menos badalado sequestro de Mordecai Vanunu, que vazou informações secretas do programa nuclear israelense na imprensa britânica, em 1986, a Operação Diamante (roubo de um avançado caça soviético a fim de analisar sua tecnologia), a operação Cólera de Deus (eliminação dos terroristas pelo Massacre de Munique), iniciada em 1972 e a prisão do len-dário assassino Carlos Chacal³².

27 CORMAC, Rori. The Pinprick Approach. Whitehall's Top-Secret Anti-Communist Committee and the Evolution of British Covert Action Strategy. *Journal of Cold War Studies*. Volume 16, Number 3, Summer 2014.

28 RADSAN, A. John. An Overt Turn on Covert Action. *Saint Louis University Law Journal*: 2009, Vol. 53: No. 2.

29 BLANC, Claudio. O Lado Negro da Cia. São Paulo: Ideia, 2010.

30 CORMAC, Rori. The Pinprick Approach. Whitehall's Top-Secret Anti-Communist Committee and the Evolution of British Covert Action Strategy. *Journal of Cold War Studies*. Volume 16, Number 3, Summer 2014; WIANT, Jon A. A Guide to the Teaching About Covert Action. *Journal of U.S. Intelligence Studies*, Volume 19, Number 2, 2012; p.56; MUDD, Philip. *Understanding Terrorism Analysis*. Volume 20 . Number 3. Spring/Summer 2014.

31 A Haganá e o Irgum. A primeira efetuava a defesa dos colonos judaicos na região da Palestina. A segunda buscava a criação de um Estado Sionista na região utilizando-se de ataques contra militares e civis.

32 BAR-ZOHAR, Michael, e MISHA, Nissim. *Mossad: As Grandes Missões do Serviço Secreto Israelense*. Dom Quixote: Córdoba, 2012.

Enfim, como se nota, as Operações Encobertas são mais arriscadas e diretas que o parcimonioso trabalho da espionagem. Por esta razão, apesar de ser possível uma sobreposição de recursos humanos entre as duas atividades, as Operações Encobertas são normalmente encabeçadas por agentes de campo com exímio treinamento. Em situações que envolvam sequestro, eliminação de alvos ou resgate, isto inclui avançadas capacidades de combate, e muitos dos agentes envolvidos neste tipo de atividade são oriundos de unidades especiais das Forças Armadas de seus respectivos países³³. Estes agentes podem operar sozinhos em missões mais cirúrgicas de sabotagem, sequestro e assassinato, ou auxiliarem militantes políticos, insurgentes e guerrilheiros locais com dinheiro, orientações estratégicas, armamento ou treinamento. Já as missões de *Honeypot* não se restringem, nestes casos, a formação de contatos ou *Black Bag Jobs*, mas envolvem a abdução ou eliminação do seduzido³⁴, o que nos leva ao arquétipo da espiã *femme fatale*.

Ou seja, as operações encobertas mais “violentas” são postas em prática por homens e mulheres de forças especiais, com ou sem apoio de rebeldes insurgentes locais ou mesmo fundamentalistas religiosos – como os *Mujahedin*.

Infiltração em território hostil ou neutro, disfarces, passaportes falsos, equipamentos ocultados, apoio de dissidentes locais e alto sigilo: estes são os pontos em comum entre o trabalho dos agentes envolvidos com espionagem e aqueles empenhados numa Operação Encoberta. Cabe, então, delimitarmos melhor as duas atividades, relacionando-as com a guerra.

Delimitando as duas atividades e relacionando-as à guerra

Voltemos à divergência levantada no início deste capítulo. Mesmo que não garanta o triunfo, a Inteligência é importante 1) antes da guerra, capacitando as alternativas diplomáticas e os preparativos para o confronto (recursos, tecnologia disponível, número de tropas, capacidade do inimigo, etc.), 2) durante a guerra, avaliando as perdas das tropas inimigas, o desenvolvimento de suas armas ou tecnologias e o impacto político interno do confronto, e 3) depois da guerra, rastreando antigas e novas formas de oposição por parte dos derrotados.

A espionagem, como vimos, é uma das muitas formas de se coletar os dados que serão aplicados na produção do conhecimento que visa a estas tomadas de decisão. O espião, portanto, é um recurso voltado para a descoberta de segredos, e demais atividades como fornecimento de dados de baixo nível ou enganosos são meramente desdobramentos desta função. Conceitualmente falando, o espião é um descobridor de segredos e um delator, não um guerreiro.

33 CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 61-64.

34 Como o caso do sequestro de Mordecai Vanunu, em 1986, do qual participou a agente Cheryl BenTov.

A Operação Encoberta é a medida ativa contra um oponente que não se constitui num ataque direto. Ao invés da declaração de guerra, do envio de tropas, de bombardeios ou ocupações, opta-se pela desestabilização política, por fomento a golpes de Estado, por combates irregulares ao lado de insurgentes locais e, no limite, por roubo, sequestro, e assassinato – estes dois últimos, passíveis de serem aplicados em qualquer atividade de Inteligência conforme necessidades específicas. O agente de Operações Especiais, com exceção das situações de propaganda e contatos a partidos políticos locais, é um combatente altamente treinado, com competências de ocultamento, disfarces, segurança, guerrilha (urbana e rural) e idiomas.

Evidentemente que estas são construções teóricas, tipos ideais weberianos³⁵ que nos permitem a compreensão destas atividades em tempos de guerra, beligerância e paz. Quando relacionadas à guerra, outras questões devem ser consideradas. No caso da espionagem, se trata de um trabalho muito mais difícil em contextos de guerra, por razões óbvias. Sendo a cobertura diplomática uma das formas de introduzir agentes – a chamada “cobertura” – tal opção inexistente quando há confronto e é quase muito mais complexa em situações de beligerância. Ademais, nestes casos, vigilância dos órgãos de segurança do inimigo tende a se tornar muito mais intensa, bem como a prontidão dos cidadãos.

O emprego da espionagem por parte de militares, mesmo em tempos de paz, também é limitado. Ainda que as Forças Armadas normalmente disponham de Inteligência institucional, são órgãos militares empregando militares em HUMINT, nestes casos, militares atuando paisana, diálogo amistoso com população local, patrulhas, recepção de desertores e interrogatório de prisioneiros³⁶. Embora os militares estejam na gênese das atividades de Inteligência e delas nunca tenham se apartado (na verdade, são para elas essenciais), a cultura castrense com seus jargões, perspectivas, valores e qualificações profissionais não são suficientes dar conta da ampla variedade de necessidades humanas demandadas pelo jogo da espionagem como tem sido jogado nos últimos dois séculos. Isto é outra forma de dizer que a espionagem seria gravemente deficiente se posta em prática somente por militares a paisana, patrulheiros ou por batedores em missões de reconhecimento, sendo necessário civis das mais variadas formações profissionais e com diferentes experiências pessoais para dar conta da alta gama de competências necessárias e abrir possibilidades mais profundas de penetração. Note-se que desde o século XIX as agências que operam espionagem são departamentos governamentais ou órgãos policiais civis, ainda que com militares em posições chave.

As Operações Encobertas, por sua vez, se tornam alternativas à guerra e a ações militares diretas, quando estas são opções por demais perigosas ou custosas, se não impossíveis. Isto significa que substituem o custoso (ou impossível) confronto direto diante da insuficiência dos recursos

35 FREUND, Julien. *A Sociologia de Max Weber*. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1975, p.47-55.

36 HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996: p.62

diplomáticos. Como as unidades especiais das Forças Armadas são os principais fornecedores de material humano para missões deste tipo, não temos, neste caso, a mesma dependência de civis em comparação com a espionagem.

Acerca da aplicação destas operações, Luigi Bonanate sugere que a cadeia de intensidade estratégica relativa à guerra envolve dissuasão, ameaça, ataque e defesa, sendo as duas primeiras (dissuasão e ameaça) decisões estratégicas *indiretas*, ou seja, alternativas à guerra propriamente dita, enquanto as outras duas são estratégias *diretas*, relacionadas à guerra em si. Estas decisões estratégicas seguem uma ordem crescente de intensidade, sendo a defesa a forma mais intensa e a dissuasão a mais suave³⁷. Considerando esta definição, as Operações Encobertas devem ser alocadas entre as opções indiretas, antecedendo a dissuasão: antes de desencorajar um concorrente ou agravar a relação ameaçando-o, as Operações Encobertas o enfraquecem sem que ele possa retaliar de qualquer forma que não se utilizando do mesmo tipo de estratégia ou, alternativamente, comprovando publicamente a Operação Encoberta empreendida.

Assim, se “a guerra é a continuação da política por outros meios”, na amplamente conhecida afirmação de Clausewitz, consistindo em instrumento político manifesto historicamente de múltiplas formas³⁸, o mesmo se pode concluir das Operações Encobertas que, institucionalizadas no século XX, agudam, alongam e prospectam o uso da força de um determinado Estado para além e das possibilidades do confronto direto. Embora devamos rejeitar uma fronteira rígida entre os dois tipos de trabalho, na medida em que os órgãos de Inteligência normalmente empreendem ambos os serviços devido à “capacidade instalada” gerada pela Espionagem para alocar Operações Encobertas, o fato é que são, na finalidade e na prática, distintos. E tal distinção reside, em síntese, no fato de que a Espionagem - e num sentido mais amplo, da Inteligência - tem a finalidade de capacitar tomadas de decisão política ou militar, enquanto uma Operação Encoberta se constitui em uma ação política ou militar em si mesma.

Mas, em se tratando de uma decisão política relacionada à disputa em torno do segredo, à diplomacia e à guerra, isto também implica em dizer que a opção pelas Operações Encobertas é também a opção pelo jogo sujo³⁹. Ainda que retiremos toda a carga de idealismo em torno da diplomacia e da guerra, aquela (a diplomacia) é uma atividade civilizada voltada para o diálogo, enquanto esta (a guerra) invoca questões de honra e valentia, ao menos quando não envolve ataques a civis ou abuso a prisioneiros. Evidente que há episódios e expedientes espúrios na história da diplomacia - que, inclusive, usa de seus privilégios internacionais para “cobrir” tanto Espionagem quanto as Opera-

37 BONANATE, Luigi. *A guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.76,71.

38 BONANATE, Luigi. *A guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, 30-34.

39 O termo “jogo sujo” (dirty tricks) é admitido no artigo introdutório de Jon Wiant, (A Guide to the Teaching About Covert Action. *Journal of U.S. Intelligence Studies*, Volume 19, Number 2, 2012 p.56).

ções Encobertas – e também da guerra. Mas a diplomacia e a guerra podem ser levadas a cabo sem tais expedientes, não deixando de ser consideradas, por isto, diplomacia ou guerra. As Operações Encobertas, ao contrário, se definem exatamente pela mentira, trapaça, ilusão, enganação e golpes traiçoeiros, não estando na esfera do diálogo e nem se estabelecendo em torno da honra no enfrentamento contra o inimigo. Este ponto pode ser agravar quando falamos de intervenções imperialistas, principalmente em países mais pobres, e se amenizar quando envolve apoio a lutas de emancipação nacional ou de autodefesa – situações de “guerra justa⁴⁰”. De fato, aqui saímos das definições conceituais relacionadas à guerra, entrando no problemático campo da ética em torno das Atividades de Inteligência⁴¹ e também de análises críticas dos efeitos destas atividades nos campos da Ciência e História Política⁴². Estudos deste tipo, cremos, seriam importantes para aprofundar os limites e consequências de missões desta natureza postas em prática no decorrer de todo o século XX e ainda hoje.

Conclusão

Espionagem e Operações Encobertas, atividades distintas, se conectam pela essencialidade do sigilo, mas se constituem de práticas distintas, como distintas são suas aplicações em relação à guerra. Examinando os conceitos abordados, no caso da Espionagem, trata-se de um dos expedientes utilizados para coletar dados mantidos em segredo. Estes dados são a matéria prima para a produção do conhecimento, destinado à capacitação de tomadas de decisões políticas de forma mais embasada. No caso das Operações Encobertas, falamos de uma estratégia de interferência direta, fruto de uma decisão política diante da insuficiência da diplomacia e do alto custo militar. Esta interferência direta tem como objetivo favorecer o Estado que a conduz – propaganda política, roubo de tecnologia, resgate de prisioneiros – ou enfraquecer o oponente – contrapropaganda, sabotagem, apoio à oposição ou insurgência local, sequestros e assassinatos de figuras chave.

Pelo fato de serem distintos, os recursos humanos de ambas as atividades também variam. Na espionagem envolvem-se pessoas das mais variadas experiências, profissões, classes sociais e inclinações políticas, colaborando por dinheiro, troca de favores, coerção, chantagem, ideologia ou mesmo por excitação em torno do jogo secreto. Nas Operações Encobertas, políticos, militantes, guerrilheiros e mercenários locais nelas se envolvem por oposição política direta ao regime sob o qual vivem. Em ambos os casos, agentes treinados encabeçam as missões, alguns deles, militares deslocados para órgãos de Inteligência com treinamento em operações especiais.

40 Ainda que esta definição seja problemática. Ver BONANATE, Luigi. *A guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.122-136

41 GOLDMAN, Jan. *Teaching About Intelligence and Ethics*. Volume 20, Number 2, Fall/Winter 2013.

42 CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, ANTUNES, Priscila C. B. *SWI & Abin: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Estas definições conceituais, relacionadas à guerra, corroboram o caráter de imprevisibilidade levantado por Keegan, na epígrafe deste artigo. Por mais importante que seja, o conhecimento acerca do inimigo não é garantidor da vitória, e a espionagem, uma das formas de se chegar a este conhecimento, é morosa, perigosa e demandante de considerável colaboração de civis que são, quase sempre, destreinados. A guerra, relembramos a conclusão de Keegan, é vencida pelo pela luta e pela força. E é o uso da força, ainda que de forma agudíssima e sigilosa, que consiste a maior parte das opções oferecidas pelas Operações Encobertas que, na escala de intensidade de decisões estratégicas relacionadas a um possível confronto, antecede a dissuasão, minando a estabilidade política e recursos do oponente.

Portanto, se a guerra é a continuação da política por outros meios, as Operações Encobertas também o são. E, neste caso, uma continuação da política que, semelhantemente à espionagem, envolve invasão e segredo, mas diferente desta, envolve uso da força ou intervenções sutis, como no caso da propaganda, contrapropaganda e fraudes. Expedientes questionáveis, razão pela qual, além das necessidades operacionais, são relegados ao rigoroso sigilo.

Bibliografia

- ANTUNES, Priscila C. B. **SNI&Abin: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ANDREW, Christopher. **The Sword and the Shield: the Mitrokhin archive**. Basic Books: New York, 2001.
- BAR-ZOHAR, Michael, e MISHA, Nissim. **Mossad: As Grandes Missões do Serviço Secreto Israelense**. Dom Quixote: Córdoba, 2012.
- BLANC, Claudio. **O Lado Negro da Cia**. São Paulo: Idea, 2010
- BLOCH, Marc. **Apologia da História e o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: 2002.
- BONANATE, Luigi. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV. 2003.
- CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. **A Guide to the Psychology of Espionage**. AFIO's Intelligence Journal, 2014.
- CORMAC, Rori. **The Pinprick Approach. Whitehall's Top-Secret Anti-Communist. Committee and the Evolution of British Covert. Action Strategy. Journal of Cold War Studies. Volume 16, Number 3, Summer 2014.**

CRUMPTON, Henry A. **A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI**. Barueri: Novo Século, 2013.

FREUND, Julien. *A Sociologia de Max Weber*. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1975.

GOLDMAN, Jan. **Teaching About Intelligence and Ethics**. Volume 20, Number 2, Fall/Winter 2013.

HERMAN, Michael. **Intelligence power in peace and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.: p. 61-66.

KEEGAN, John. Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão À Al-Qaeda. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MUDD, Philip. **Understanding Terrorism Analysis**. Volume 20 . Number 3. Spring/Summer 2014.

RADSAN, A. John. **An Overt Turn on Covert Action**. Saint Louis University Law Journal: 2009

SHULSKY, Abram. **What is Intelligence? Secrets and competition among states**. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. **US Intelligence at the crossroads: agendas for reform**. New York: Brassey's, 1995.

SIMS, Jennifer. **What is Intelligence? Information for decision makers**. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. **US Intelligence at the crossroads: agendas for reform**. New York: Brassey's, 1995.

SUN TZU. **A arte da guerra**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record 1995.

VOLKMAN, Ernest. **A História da Espionagem**. São Paulo: Escala, 2013. O termo Case Officer é utilizado pela CIA, enquanto o termo Control, pelos britânicos.

WIANT, Jon A. **A Guide to the Teaching About Covert Action**. Journal of U.S. Intelligence Studies, , Volume 19, Number 2, 2012.

O Caxias do Pantheon: As Trajetórias do Mito como Efeito Simbólico

Claudio da Silva Costa¹

Resumo: este artigo analisa o Pantheon de Caxias, monumento instalado no centro da cidade do Rio de Janeiro, em homenagem ao Patrono do Exército Brasileiro, Duque de Caxias, investigando os fatores simbólicos atribuídos; e partindo do conceito de poder simbólico trabalhado por Pierre Bourdieu (1989). O artigo está inserido em uma proposta de Nova História Militar, abordando questões que envolvem a discussão do patrimônio e da memória militar. O estudo visa construir uma trajetória do mito de Caxias que se apresenta no Pantheon, investigando o período de vida do “pacificador” e as leituras desta trajetória que foram significadas e ressignificadas, principalmente, na Era Vargas.

Palavras-Chave: Pantheon de Caxias; Patrimônio; Memória; Mito.

Abstract: this article analyzes the Pantheon de Caxias, a monument installed in the center of the city of Rio de Janeiro, in honor of the Patron of the Brazilian Army, Duque de Caxias, investigating the attributed symbolic factors; and starting from the concept of symbolic power worked by Pierre Bourdieu (1989). The article is part of a proposal for a New Military History, addressing issues that involve the discussion of military heritage and memory. The study aims to build a trajectory of the myth of Caxias that is presented in the Pantheon, investigating the period of life of the “peacemaker” and the readings of this trajectory that were signified and re-signified, mainly, in the Vargas Era.

Keywords: Pantheon de Caxias; Patrimony; Memory; Myth.

Introdução

Este artigo se destina ao estudo do Pantheon de Caxias, localizado em frente ao Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e visa compreender o significado da instalação deste monumento; considerando o efeito simbólico de um monumento, que não é só um monumento, mas também um mausoléu; ou seja, guarda os restos mortais tanto de Caxias quanto os de sua esposa, a duquesa Ana Luísa de Loreto Carneiro Viana.

1 Mestre em Relações Étnico-Raciais (CEFET-RJ) e Pós-graduado em História Militar Brasileira (UniRio)

O recorte utilizado compreende as décadas de 1930 e de 1940, período marcado pelo primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e pelo governo de seu sucessor o general Eurico Gaspar Dutra que esteve à frente da presidência do Brasil entre 1946 e 1951, em um período conhecido como o de redemocratização. Vale pontuar que a inauguração do Pantheon de Caxias aconteceu justamente no governo Dutra, em 1949. No entanto, para entender a homenagem feita ao Duque de Caxias, a pesquisa mergulha, primeiro, no século XIX, para dimensionar a construção do imaginário sobre Caxias.

O estudo sobre o Pantheon abre uma perspectiva de análise de uma figura de reconhecida importância para as Forças Armadas do país, que não em balde, tem o título de Patrono do Exército Brasileiro. Só esta abordagem justificaria o interesse em estudar o Pantheon, porém, a partir desta relevância do Duque de Caxias para os militares e para um país como um todo, é interessante também analisar o papel do monumento como um patrimônio histórico e como um lugar de memória; além de analisar como uma edificação de pedra e bronze pode carregar um simbolismo para o país.

O tema deste trabalho foge da perspectiva usual de História Militar focada em batalhas, descrição de operações táticas, análise de estratégias e relatos de campanha. Todos estes elementos são importantes e continuam propiciando pesquisas inovadoras e consistentes, porém, através de uma Nova História Militar se abriu novas propostas metodológicas e novos campos de investigação nos estudos sobre história militar. A pesquisa sobre o Pantheon de Caxias ocupa um lugar diferenciado, é uma pesquisa que trabalha com a memória militar, e, por conseguinte, devido à popularidade de Caxias, com a memória nacional. Segundo Parente (2006, p.44), a memória militar está incorporada na memória nacional, através de seus símbolos presentes em panteões, moedas e selos, por exemplo. E esta nova possibilidade de estudo açambarca os lugares da memória abordando as significações ideológicas que podem ser encontradas em monumentos, mausoléus e praças. E um desses lugares onde se pode fazer análises destacando as suas características e seus simbolismos é o Pantheon de Caxias.

O estudo sobre o Pantheon de Caxias não tem uma bibliografia específica. O tema foi abordado tangencialmente por autores que debruçaram as suas pesquisas sobre Duque de Caxias, como o foi caso de Adriana Barreto de Souza que escreveu *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*, lançado em 2008. Celso de Castro (2000) por sua vez também mencionou o monumento enquanto desenvolveu as suas análises sobre o culto a Caxias comparando-o a figura de Manuel Luís Osório. Ana Carolina Fróes Ribeiro desenvolveu uma pesquisa, em 2006, sobre o monumento de Caxias construído em São Paulo na década de 1940, mas estudos dedicados exclusivamente ao Pantheon não foram encontrados para serem relatados nesta pesquisa.

Desta forma, encontrando esse vão nas pesquisas sobre o Pantheon, desenvolvi uma monografia, em 2018, sobre o tema, no Curso de Pós-Graduação em Especialização em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), sob a orientação do professor Dr. Paulo André Leira Parente. Este presente artigo volta com a discussão sobre o efeito

simbólico do Pantheon de Caxias, aprofundando-se nas análises sobre mito, patrimônio e memória.

O artigo foi estruturado, primeiro, visando identificar qual a representação de Caxias habita o Pantheon. Neste sentido, o estudo se embrenha no imaginário que o militar Luís Alves de Lima e Silva foi construindo ao longo de seus anos dedicados a Pátria e como foi a sua transformação em mito. E o mito de Caxias tem uma especificidade que o artigo se propõe a identificar, pegando os conceitos trabalhados por Raoul Girardet (1987).

Na sequência, o estudo parte para a análise do contexto da construção do Pantheon, abordando os interesses ideológicos do Governo Vargas e do uso instrumentalizado do patrimônio e da memória, que tiveram prosseguimento, em alguns pontos, no governo de Dutra. Neste ponto, os conceitos de patrimônio e memória são explicitados recorrendo aos estudos de Françoise Choay (2017), Loiva, Otero Félix (1998), Ricardo Oriá (2010), entre outros. E por fim, é realizada uma análise sobre este efeito simbólico e seu alcance na sociedade, seguido das considerações finais acerca do que foi exposto no artigo.

Qual Caxias habita o Pantheon?

Luís Alves de Lima e Silva, o notório Duque de Caxias, é uma figura que permite várias leituras, várias interpretações; no entanto, a figura que se manifesta no monumento do Pantheon, que recebe seu nome, tem uma representação específica. E esta representação foi construída com o tempo, formando um imaginário de Caxias que está alicerçado em seu mito e consolidado em nossa cultura. A figura do mito exerce uma função específica, porém, no entender de Peter Burke (2002, p.140), o mito não é só uma função, mas, também, uma forma ou enredos recorrentes, que possivelmente são personagens que sofrem uma estereotipagem para ultrapassarem a própria vida.

Aprofundando a análise da conceituação do mito, observa-se a contribuição de Bronislaw Malinowski (1988, p.36), que indica que o mito cumpre uma função social que, ao evocar o passado legítima o presente, porém, ele é constantemente modificado atendendo as necessidades da história. Burke, ao estudar Malinowski, realiza algumas ponderações sobre as análises do antropólogo polonês, principalmente, no que se refere a esta constante modificação ou atualização do mito:

Provavelmente Malinowski estava pensando só nas histórias contadas pelos ilhéus trobriandeses, como também na Carta Magna, um documento utilizado para justificar várias instituições e práticas ao longo do século. Como continuamente era mal interpretado – ou reinterpretado – o documento estava sempre atualizado. (BURKE, 2002, p.142)

Raoul Girardet (1987, p.13), ao explicar as possibilidades de interpretação do mito, expõe que os estudiosos do sagrado apresentam uma narrativa que evoca o passado, mas que mantém uma

forte ligação com o presente em seu modelo explicativo, Este binômio passado-presente tem a função de justificar e desvendar a trajetória de uma determinada pessoa ou de uma organização social. Um desses estudiosos do sagrado a que se refere Girardet é Mircea Eliade (1972, p.10), que se dedicou ao estudo do sagrado e de seu liame com o mito, e que aponta que a função do mito é esclarecer os padrões que servem de referência para todos os ritos e para as atividades humanas significativas, como o trabalho, a educação, a arte e a sabedoria.

O imaginário de Caxias, corporificado por sua persona como mito, obedeceu a uma lógica, segundo Arno Wheling (2003, p.46), de três fases que colocam percepções diferenciadas sobre o seu mito. A construção deste imaginário é um processo que atende as necessidades e interesses de cada época, transformando o significado do mito, que fica bem próximo a interpretação que Malinowski percebe do conceito. Desta forma, infere-se deste ponto, o mito de Caxias como um significante que tem um significado flutuante e histórico. Seguindo as concepções de Eliade (1972, p.6), pode-se compreender que Caxias corresponde a um “mito vivo”, ou seja, não é baseado em fabulações ou em ficções, mas em história verdadeira prenhe de significados e exemplos. Nesta lógica, José Murilo de Carvalho (1990) descreve muito bem esta percepção:

Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade. Embora heróis possam ser figuras totalmente mitológicas, nos tempos modernos são pessoas reais. Mas o processo de “heroificação” inclui necessariamente a transmutação da figura do real. A fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas. (CARVALHO, 1990, p.14)

Para entender qual a representação de Caxias que habita o Pantheon é necessário abordar as fases do imaginário elencado por Wheling. A primeira fase ele chamou de “A visão dos seus Contemporâneos” que compreende a intervenção de Luís Alves de Lima e Silva na revolta popular ocorrida no Maranhão, denominada de Balaiada (1838-1841), e vai até o ano de sua morte em 1880. Em 4 de fevereiro de 1840, o então, coronel Luiz Alves chegou a São Luiz, no Maranhão, local onde se desenrolou a Balaiada e encontrou a província com sérias dificuldades financeiras e com uma ingente dívida. As tropas estavam em condições precárias, alguns soldados estavam quase nus e com fome e alguns estavam sem receber soldos a nove meses. Mesmo com toda esta situação adversa e enfrentando rebeldes em uma guerra de emboscada e de explorações, Lima vai ganhando as batalhas e avançando sobre as cidades dominadas pelos revoltosos como Caxias e Brejo. Depois de os líderes do movimento se entregarem, Raimundo Gomes e Negro, a Balaiada teve seu fim.

Lima e Silva retorna ao Rio de Janeiro a 29 de junho de 1841, chegando a tempo da comemoração da Festa de Coroação de D. Pedro II, seu antigo aluno de esgrima. O novo Imperador do Brasil promove Luís Alves como brigadeiro e, em seguida, outorga-lhe o título de Barão, mostrando satisfação por sua campanha no Maranhão. Desta forma, Luís Alves, para homenagear a Província

que o lançou como grande pacificador, escolheu a cidade de Caxias para adjetivar ao seu título, tornando-se assim o Barão de Caxias. (SARNEY, 2003, p.23). Esta seria a gênese do mito.

No ano seguinte a sua intervenção bem-sucedida no Maranhão, outra missão foi dada ao Barão de Caxias, controlar as rebeliões liberais em São Paulo e Minas Gerais. Em 18 de maio 1842, Caxias assumiu o comando das forças de operações e pela Carta Imperial foi nomeado 1º vice-presidente da Província de São Paulo. As revoltas liberais de São Paulo e de Minas Gerais foram debeladas com rapidez e eficiência pelo Barão de Caxias, restaurando a ordem e consolidando o império. Em retribuição lhe foi concedido mais uma promoção, desta vez, ele fora alçado a Marechal-de-Campo. Outro evento emblemático, no qual a participação de Caxias foi decisiva e teve forte repercussão, foi a Revolução Farroupilha, também chamada de Guerra dos Farrapos, neste evento, o mito de grande líder militar e de político hábil foram edificados (COSTA, 2018, p.14-15).

O Barão assumiu a presidência e o comando das armas da Província e demonstrou habilidade em coadunar uma política de ataque militar com a diplomacia de medidas que visavam o apaziguamento do conflito. A guerra terminou em 1845 com Caxias e Davi Canabarro, um dos líderes dos farrapos, assinando a paz. A atuação de Caxias na província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi amplamente noticiada e exaltada, os estudos de Arno Wheling (2003, p. 48) revelam que o *Jornal do Commercio* deu significativa cobertura, evidenciando os seus valores políticos e militares, colocando-o como o “sustentáculo da ordem e da paz” do país.

Mais um conflito, desta vez na região platina, fez com que Caxias retornasse à província do Rio Grande do Sul. Caxias foi convocado pela carta imperial de 15 de junho de 1851 e pelo decreto de 16 de junho, tornando-se presidente da província do Rio Grande do Sul e comandante-em-chefe do exército que havia sido mobilizado (COSTA, 2018, p. 16-17). É interessante pontuar que a prática de nomear o agente interventor como presidente de província e comandante-em-chefe das tropas garantia poderes políticos e militares para agir com maior liberdade de movimento. A missão de Caxias era mobilizar um exército no Rio Grande do Sul para socorrer Montevideú que havia sido sitiada pelas tropas do General Oribe, que contavam com o apoio do general Rosas, governador de Buenos Aires e chefe da Confederação Argentina. Este evento ficou conhecido historicamente de Guerra contra Oribe e Rosas, e ocorreu entre 1850 e 1852. Com o êxito nessas operações, o general conde de Caxias retornou ao Brasil recebendo de imediato mais uma honraria, desta vez, foi alçado a marquês.

Nesta trajetória de construção de mito, não poderia estar ausente a sua participação na maior guerra da América do Sul, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O marquês de Caxias chegou ao Paraguai reorganizando todo o Exército Brasileiro. Trabalhou na reposição do efetivo e do armamento; fez treinamento, no próprio teatro de operações, dos civis alistados; e disciplinou a tropa. Além de todas estas medidas, ainda cuidou das condições de higiene dos soldados para diminuir a proliferação de doenças e, conseqüentemente, reduzir as baixas. Caxias, atento aos movimentos das

tropas inimigas, dedicou-se em estabelecer pontos de observação, inclusive, utilizou-se do recurso de balões que fora empregado na Guerra de Secessão Americana para otimizar esta observação ao inimigo (DORATIOTO, 2003, p.17-18).

A atuação de Caxias, segundo Arno Wheling (2003, p.49), sofreu algumas críticas, nublando um pouco a imagem do mito, por ter demorado em reorganizar o exército aliado, não ter atacado a Fortaleza de Humaitá, ter deixado Solano Lopes escapar na batalha de Lomas Valentinas e por ter regressado ao Brasil sem autorização em 1869.

Apesar de haver algumas críticas, a Guerra do Paraguai elevou Luís Alves de Lima à condição de Duque de Caxias, em 1869. O Imperador D. Pedro II não tinha o hábito de agraciar os benfeitores da nação com o título nobiliárquico de duque. Este fato só valoriza ainda mais a outorga do Imperador a Caxias, demonstrando a relevância do Duque para o Império e o singularizando como símbolo militar de abrangência popular.

A segunda fase das representações de Caxias, desenvolvida por Arno Wheling (2003, p.46), é a “Dupla face de Caxias” que compreende as décadas de 1880 até o início da década de 1920. Nesta fase, a imagem de Caxias apresenta uma valorização no meio civil, sendo considerado um herói nacional pela grande população; porém, no meio militar, figuras como Manuel Luís Osório e almirante Barroso ganham projeção sombreando a sua figura. Ou seja, a imagem de Caxias sofreu uma oscilação entre figura e fundo como representatividade na esfera militar e civil.

Como este artigo se dedica a fazer análises observando os vieses simbólicos, a questão do sombreamento do mito de Caxias em decorrência da elevação da figura de Osório pode ser entendida através dos monumentos construídos em homenagem aos dois heróis da guerra contra o Paraguai. Souza (2001, p. 232) nos relata que o governo militar se movimentou para instalar um monumento equestre em homenagem ao general Osório na Praça XV de Novembro, em 1890. Esta homenagem havia sido aventada no ano da morte de Osório em 1879, porém, naquela época não houve o prosseguimento do projeto. Ainda durante o Império, em 1888, foi fechado o contrato para a realização do monumento, esta incumbência ficou nas mãos de Rodolfo Bernadelli, que ficou responsável não só pela estátua de Osório, mas, também, pela de Duque de Caxias, que só foram inauguradas durante a República.

O fato que revela a desigualdade de relevância entre as estátuas é o local em que foram posicionadas. O monumento do Osório, a princípio, seria colocado entre a Praça da Aclamação (Campo de Santana) e o quartel militar (Palácio Duque de Caxias), porém, a república decidiu localizá-lo na Praça XV de Novembro, pois, o lugar valorizaria o grande cidadão Osório. A pedido de Bernadelli houve uma reforma na Praça, pois a intenção era que ao redor da estátua não houvesse jardim, pois o monumento não poderia ser apenas uma peça ornamental; o que lhe renderia mais relevância no

espaço. A Praça XV também foi escolhida, pois era o local de entrada para o visitante que chegava à capital do país. O Osório de bronze localizado em ilustre posição seria cultuado por todos os habitantes e estrangeiros que passassem na área.

Reforçando esse vínculo com Osório, a República recuperou o dia 24 de maio, o dia da Batalha de Tuiuti, colocando-o como parte das festividades populares e aproximando uma comemoração tipicamente militar ao seio civil. Esta aproximação visava estabelecer uma empatia com a sociedade e, no rastro dessas movimentações, a figura de Osório, herói dessa batalha, foi se construindo como representante do Exército e, ao mesmo tempo, alvo de culto.

De outro lado, a estátua de Caxias fora inaugurada cinco anos após a de Osório em 1899, na Praça Duque de Caxias (atual Largo do Machado). O lugar escolhido não era tão significativo quanto fora o do marquês de Herval, ficou obscurecido entre os jardins da praça, longe do coração da cidade. Evidentemente, houve, através de periódicos, homenagens e reconhecimento das ações de Caxias; houve louvores ressaltando a sua capacidade de proporcionar a integridade nacional e territorial, além de seu valor como “majestoso” e “sóbrio”. Contudo, “Além da demora na execução do monumento, não houve a mesma atenção e os mesmos cuidados que o governo havia dedicado ao monumento de Osório” (SOUZA, 2001, p. 245).

A terceira, e última, fase desenvolvida por Arno Wheling (2003, p.47) de formação do imaginário de Caxias, chama-se “O Patronato e a ‘panteonização’ de Caxias” que vai de 1920 a 1940, porém, o próprio Arno considera que este período pode ser estendido até o século XXI. Esta fase é marcada pela recuperação do prestígio de Caxias junto aos militares e, por conseguinte, a sua contínua infiltração no seio civil. Neste processo, os atributos políticos foram desvanecidos, e com isso a sua atuação como líder do Partido Conservador e como Presidente de Conselho de Ministros; em sentido oposto, o seu valor como militar foi realçado. Osório, desta vez, foi obscurecido e na perspectiva figura-fundo, ele que ocupava a posição de figura passou a ser fundo; e Caxias passou a ser figura.

Um dos sinais de mudança que favoreceu a construção do imaginário de Caxias foi o pedido de uma festa oficial em sua homenagem realizada pelo membro do Instituto Brasileiro e Geográfico Brasileiro, o professor Vilhena de Moraes, a ser comemorada no dia 25 de agosto. Tal pedido, o de 1923, teve rápida anuência do Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho. Alguns anos depois, em 1925, o que era festa de Caxias tornou-se o Dia do Soldado. Desta forma, o Dia do Soldado foi estabelecido no dia de nascimento de quem representa as virtudes do militar: Duque de Caxias.

Nas décadas de 1920 e 1930, o Exército brasileiro passou por uma ingente força centrífuga que jogou para os polos correntes de pensamentos discordantes, mantendo-se longe de um eixo comum que unificasse a instituição. Segundo Castro (2000, p.104), estas discordâncias se apresentavam desde o início da república e que rebentaram com as revoltas tenentistas de 1922, de 1924 e do movimento

da Coluna Prestes, que percorreu várias extensões do país. No decorrer da história mais reviravoltas e revoluções foram aplicadas no país, como a Revolução de 1930 e o golpe de Estado, em 1937, que gerou o Estado Novo; ou seja, um período de grandes movimentações que necessitavam, através de manipulações simbólicas, de aquietar os espíritos da sociedade e colocar ordem no país. Caxias entra neste hiato de ordem que preocupa a instituição militar.

Outro fato que demonstra a recuperação da imagem de Caxias no meio militar foi a incorporação da réplica do espadim, que o duque utilizou em campanha, no cerimonial dos cadetes da Escola Militar. Quando o coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque assumiu o comando da Escola Militar, ele fez algumas reformas dentre as quais estava essa homenagem a Caxias que reforçou o seu culto e cimentou o mito (CASTRO, 2000, p.109). Além disso, houve o recurso de homenagens por topônimos, que foi largamente utilizado neste período, por exemplo, uma cidade da baixada fluminense no Rio de Janeiro recebeu o seu nome. Em 1936, houve uma série de conferências patrocinadas pelo Ministério da Educação e Saúde, e uma delas foi conduzida por Gustavo Barroso sobre Duque de Caxias. Estas conferências eram, na verdade, panegíricos sobre uma grande personalidade, e é neste ponto que se percebe a queda de prestígio de Osório, que não teve uma conferência dedicada a ele. Apenas mais um militar foi incluído nesta seleta lista de conferência, Benjamin Constant, mas não foi identificado como militar e sim, como sábio e patriota.

A “panteonização” de Caxias a que se refere Arno Wheling se deu em 1949 com a inauguração do Pantheon de Caxias em frente ao Palácio Duque de Caxias, com toda a pompa que merece um herói nacional. Para o Pantheon foram trazidos os restos mortais do Duque e de sua esposa e; a estátua de Caxias, que estava obscurecida na Praça Duque de Caxias (Largo do Machado), e foi transladada para o coração da capital do País. Mais tarde, no decreto federal de 13 de março de 1962, Caxias se tornou o Patrono do Exército Brasileiro.

Todas estas fases que Arno Wheling esquematizou sedimentaram o mito de Caxias no imaginário de toda a população. O mito foi construído historicamente, porém, não de uma maneira linear, houve oscilações, fulgores e breus, luzes e sombras que compuseram um quadro que se mantém em cores vivas e que serve de matriz para este estudo. A partir deste constructo histórico é possível analisar qual o Caxias que está em bronze e como mito no Pantheon.

O Mito de Caxias no Pantheon

O historiador francês Raoul Girardet fornece subsídios para se embrenhar nas possibilidades de intelecção do mito, abre algumas relevantes questões sobre como as atividades de um homem real, não fabulado, suscitam a formação de herói e deste herói em mito.

Toda a questão está, evidentemente, em saber como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação. Que resulta na transmutação do real e em sua absorção no imaginário. Tornando-se a interrogação, aliás, mais delicada ainda, pela presença, mais ou menos importante mas sempre detectável neste tipo de construção mítica, de certa parcela de manipulação voluntária. (GIRARDET, 1987, p.71)

A complexidade deste questionamento atinge o entendimento da construção do mito de Caxias, que partiu de fatos não intencionais que geraram um arquivo espontâneo de memórias sendo instrumentalizado pelo Estado, e assim, utilizado como uma “construção intencional”. O herói do real só se torna um herói mítico quando é legitimado pelo imaginário. Na construção histórica deste herói que se torna um mito estabelecido no imaginário, observou-se várias características atribuídas a Caxias. Algumas características tiveram realces e projeções e outras características foram esmaecidas ou ocultadas para atender demandas específicas e históricas. Bento (1980, p.3) menciona vários epítetos que identificam e qualificam Caxias, dentre estes, os mais conhecidos são: “Filho querido da vitória”, o “Wellington brasileiro”, “o Duque de Ferro e da Vitória”, “o Escravo da Pátria”, “Condestável, escora e espada do Império”, “Maior soldado do Brasil” e “O Pacificador”.

Ainda não foi definida, neste artigo, qual a característica impressa no mito de Caxias, porém, Raoul Girardet concede as ferramentas teóricas para buscar esta característica. Girardet (1987, p. 70-80), dentro de uma análise aprofundada sobre o mito, revela que há quatro modelos nos quais é possível verificar os tipos de imagens associados ao mito. Uma dessas imagens é a celeritas e está ligada a força da espada e ao jovialismo. O seu efeito simbólico não repousa no passado, mas sim, em ações coevas e subjugadoras; Girardet exemplifica este modelo na figura de Alexandre, O Grande. E assim, como Alexandre, há o gosto pela aventura e pela conquista e corresponderia ao “herói da juventude e do movimento”.

Neste sentido, Celeritas pode corresponder à fase que Arno Wheling chama de “a visão dos seus contemporâneos”, isso em relação ao imaginário sobre Caxias. Esta fase enfatiza justamente a força de suas ações ainda em vida, como se ele próprio fosse construindo a sua persona histórica; assim como Alexandre que vai se tornando mito enquanto conquista territórios. Os contemporâneos de Caxias foram testemunhas oculares de suas conquistas desde que com 37 anos entrou na revolta da Balaiada para debelá-la. Este evento tornou Caxias alvo de panegíricos, porém, antes de suas ações que tiveram repercussão na opinião pública, ele havia desembainhado a sua espada em outras aventuras como nas Guerras de Independência do Brasil, atuando na Bahia, quando ainda era um jovem tenente de 19 anos, ou seja, um jovem “Alexandre”.

Depois das batalhas pela Independência, o já promovido capitão Luís Alves de Lima, do Batalhão do Imperador, que fora agraciado com a condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro partiu para Montevidéu, na Província Cisplatina, em 1825, como informa Sisson (1999, p.88), para defen-

der o Império brasileiro de uma revolta conduzida pelo general D. Juan Antonio Lavelleja.

Nessa porfiosa luta de perto de quatro anos, o capitão Luís Alves de Lima e Silva, na posição de major-de-brigada da coluna da vanguarda, sustentou a reputação que ganhara na guerra da Independência. Entrou em todos os recontros das forças do general Oribe com as imperiais que guarneciam a praça de Montevideú, e dirigiu pessoalmente quase todas as surtidas destas forças contra as sitiadas. (SISSON, 1999, p.88)

O resultado positivo de suas manobras no campo de batalha mesmo que não tenha tido uma amplitude significativa para o desfecho da Guerra lhe rendeu o reconhecimento imperial sendo novamente agraciado, desta vez, com a comenda da Ordem Militar de S. Bento de Aviz. Embora se possa fazer esta estreita relação de Caxias com o modelo de mito Celeritas, este Caxias não é o Caxias que está no Pantheon.

Outro modelo de herói está ligado diretamente ao legislador, que tem como exemplo a figura do ateniense estadista Sólon. Neste modelo reside a respeitabilidade de quem ditou princípios confiáveis e que fundou instituições que são arrimos dos valores no presente. Este Homem Providencial se encaixa na posição que Caxias ocupou como legislador, fazendo parte do parlamento brasileiro, na condição de senador do império. Em 1855, o então marquês Caxias reorganizou o gabinete do Marquês de Paraná, que havia falecido, e logo depois recebeu o convite para ingressar para os Conselhos da Coroa com a pasta da Guerra. Caxias emprestou a sua confiável imagem de patriota a imagem do legislador, de Sólon, para conferir respeitabilidade ao mundo da política; porém, não é o legislador que está no Pantheon.

Mais um modelo indicado por Girardet é o Moisés ou o arquétipo do profeta. Este seria um prenunciador ou mesmo um visionário. Nas palavras de Girardet (1987, p. 78) “é um olhar inspirado que atravessa a opacidade do presente; uma voz que vem de mais alto ou de mais longe, que revela o que deve ser visto e reconhecido como verdadeiro”. O poder deste modelo se encontra na força de suas palavras e na capacidade de convencimento que este líder consegue articular. O mito de Caxias não está atrelado a este modelo, pois o que o representa não é o verbo, mas sim, o ato. O seu poder de convencimento estava mais no exemplo prático do que em uma retórica verborrágica. E no imaginário de mito que foi se edificando não aparece a característica de orador, o que não quer dizer que não possuísse esta qualidade, contudo, não foi atributo qualificado o suficiente para integrá-lo ao mito de Caxias. Ou seja, o Caxias do Pantheon não é o mito de Moisés.

Por último, ficou o modelo que se chama Cincinattus, Girardet (1987, p. 73) diz que “a imagem legendária é, de qualquer modo, a de um velho homem, que se tornou ilustre em outros tempos nos trabalhos da paz ou da guerra”. Este modelo de mito representa um líder que teve glórias no passado e que ocupou cargos expressivos, servindo de modelo para novas gerações. A sua respeitabilidade e competência o levam a agir sempre quando a pátria solicita, mesmo depois de ter se afastado

da cena pública. Espera-se do Cincinattus que ele seja o salvador e que com toda a prudência, experiência e sangue-frio, que lhe são características atribuídas, salve ou resgate uma cidade, um país ou uma nação.

O mito de Caxias foi elaborado incorporando várias qualidades: prudente, arrojado, estratégico e principalmente, pacificador. Todas estas qualidades podem ser encontradas nos modelos do mito sugeridos por Girardet, como Alexandre que representa a conquista e a aventura, como Sólon que representa a posição do legislador ou como um De Gaulle, que em 1958, depois de anos afastado do cenário político e militar liderou o combate a revolta argelina, passando assim a imagem da volta da autoridade, do respeito e da ordem. O processo de heroificação de Caxias passou por sua habilidade de contornar crises e de restaurar a ordem, usando mais do que a força, ele utilizou, o que o imaginário chamou de sabedoria, por isso, o Caxias do Pantheon pelas suas qualidades de apaziguar, de proteger e de restaurar corresponde muitos mais ao modelo do Cincinattus do que aos outros modelos. Ou seja, foi encontrado o mito que habita o Pantheon,

Caxias como Efeito Simbólico: Patrimônio na Era Vargas

O Caxias Cincinattus corresponde ao mito do pacificador e do restaurador da ordem, do mito salvador que está sempre à disposição da pátria para vencer os desafios que lhe são impostos. Ele representa o herói que mantém a integridade nacional com sabedoria e prudência. O Caxias Cincinattus é o mito que preenche de significado o monumento e que o qualifica para efetivar o seu efeito simbólico.

No terceiro período, em que foi construído o imaginário de Caxias, segundo as análises de Wheling (2003, p.47), que ele denominou como o “Patronato e a ‘panteonização’ de Caxias”, ocorreu a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. A legitimação de qualquer governo passa pela disputa da narrativa. Os discursos são elementos assertivos que contribuem para construir um panorama favorável as ações do governo. Partindo deste raciocínio, foram construídas narrativas no período varguista que contemplaram uma unidade, uma identidade nacional. Segundo Fernandes (2010), o governo estabelecido em 1930 tinha um caráter centralizador e autoritário e o processo de legitimação deste governo passou pela construção de uma identidade nacional valorizando datas de heróis nacionais e de edificação de monumentos cívicos.

Daryle Williams (1994, p.46) identifica que o governo de Vargas priorizou o patrimônio histórico nacional, através de instituições federais que foram criadas e na valorização das que já estavam funcionando, no intuito de não só evidenciar as conquistas históricas e a evolução cultural do Brasil, mas também de efetivar um projeto político que encontrava na tradição um modelo de moderniza-

ção do país. Desta forma, o governo de Vargas, ao preservar monumentos e as lembranças de um passado heroico, fortalecia o poder federal e, estando no controle dos bens culturais materiais, fornecia um imaginário de nação moderna que favorecia o controle social.

Antes da Era Vargas havia instituições que se dedicavam a instrumentalizar o passado, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, ainda durante o Império, que visava a construção de uma nação através de uma memória histórica nacional. A produção desta instituição tinha como foco abordar estudos sobre a soberania nacional, sobre a integridade e expansão territorial e sobre a independência do país. O IHGB, após a Proclamação da República, manteve o seu espaço valorizado, recebendo apoio financeiro do governo federal. Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa criou outra instituição que voltava as suas atividades para o resgate do passado, o Museu Histórico Nacional (MHN). O Museu teve como diretor Gustavo Barroso por mais de 30 anos, ou seja, ele foi diretor também na era Vargas, só se afastando entre os anos de 1930 e 1932 quando divergiu com alguns posicionamentos do governo varguista. Barroso à frente do Museu tinha o objetivo de unir identidade e nação, observando uma tendência em destacar os aspectos militares.

A proteção ao patrimônio ganhou uma enorme importância, e foi incumbido ao Ministro da Educação e Saúde (MES), Gustavo Capanema, de gerir a preservação da memória histórica do país durante o governo de Vargas. Choay (2017, p.11) considera que a palavra patrimônio pertence às estruturas familiares, jurídicas e econômicas de uma sociedade que se mantém em estabilidade dentro de um contexto espacial e temporal. Patrimônio possui uma dimensão polissêmica, assumindo qualidades que vão do genético ao histórico, perambulando em várias esferas de entendimento. Vargas ao desenvolver a sua estratégia de legitimação e de projeto de poder dimensionou o patrimônio em seu aspecto histórico. Choay entende que o patrimônio histórico possui funções midiáticas e projeta a uma instituição e a uma mentalidade, além disso:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2017, p. 11)

Pinheiro (2015, p.13) afirma que o patrimônio é “memória que não apenas transmuta um passado, mas constrói e reconstrói um presente que se atualiza constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade.” Esta interpretação coloca o patrimônio capaz de uma flexibilidade que o permite estar constantemente apto a ser instrumentalizado. Na esteira das medidas que visavam essa instrumentalização do passado e da cultura foi criado em 30 de novembro de 1937, pelo Decreto-Lei número 25/37, assinado por Getúlio

Vargas, já no período ditatorial conhecido como Estado Novo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que funcionava integrado junto à burocracia do MES. Segundo Fernandes (2010, p.11), “com o SPHAN estava criado um novo campo de representações simbólicas na construção da identidade do estado-nação representado pelo ‘Patrimônio Histórico e Artístico Nacional’”.

O uso do passado e, por conseguinte, da memória para construir uma ideia de nação é um fato recorrente entre os governos que pretenderam legitimar e criar uma estabilidade social. Segundo Motta (1992, p. 2), “condição indispensável da cultura humana, fundamental no reforço da coesão social ao definir o que é comum a um grupo e o que diferencia dos outros, a memória coletiva reforça as fronteiras socioculturais e se torna, pois, um ingrediente básico da identidade nacional”. Félix (1998, p. 35) observa a memória como um suporte que propicia o encontro dos sujeitos coletivos através da identificação de laços. A memória pode ser vista por outros ângulos; essa constituição de laços que envolve, coletivamente, as pessoas, pode ser também deslocada ao longo do tempo ou ligando o passado ao presente. No entanto, a memória, com o tempo, vai se afastando do cotidiano e transitando no esquecimento involuntário ou não. Destarte, para reverter este desvanecimento é imprescindível criar ou revitalizar lugares especiais, ou lugares de memória como diz Pierre Nora (1993); lugares que podem ser arquivos, cemitérios, coleções, museus e os monumentos. Nora (1993, p.13) afirma que “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas ações não são naturais.”

Os lugares de memória são perpassados por três características que lhes dão sentido e forma: material, simbólico e funcional. Estas características atuam em níveis diferenciados, mas que se complementam. Algo estritamente material como uma faca, por exemplo, pode assumir uma função simbólica se isso for instalado no imaginário de uma comunidade. Estes lugares de memórias são resgatados da história e representam algo que está ameaçado pelo esquecimento, e depois são devolvidos, novamente para a história, que os transforma deformando-os e ajusta-os para serem lembrados da maneira que foram reformatados. O monumento é um desses lugares de memória que este estudo se dedica. Choay faz uma definição bem elementar de monumento para que se possa entrar nesta seara:

Neste sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. (CHOAY, 2017, p. 18)

Na análise da autora qualquer objeto pode ser pinçado para compor um testemunho histórico mesmo sem ter em sua origem uma função memorial. O monumento histórico pode assumir uma vertente ligada ao saber e a uma estrutura de linearidade do tempo, que se relaciona com a história da

arte e da história como um todo. O monumento histórico pode se ligar também a dimensão artística, sendo que a sua propriedade histórica ou memorial não condiciona o tempo, pois há ênfase no tempo vivido. A conservação é um ponto que une e que separa os dois tipos conceituais de monumento, enquanto os monumentos são deixados ao sabor do tempo vivido; os monumentos históricos têm como projeto a conservação se tornando parte integrante da própria condição de ser um monumento que carrega a História (CHOAY, 2017, p.26).

Entendendo o Pantheon de Caxias, tema deste artigo, como monumento, abre-se mais uma possibilidade de análise que gera complexidade, mas, ao mesmo tempo, singulariza o estudo, pois o Pantheon é um monumento-mausoléu. O Pantheon de Caxias é um monumento composto por uma estátua e por um panteão que participam de um arranjo que suscitam um efeito simbólico. Esta possibilidade de análise do monumento-panteão será abordada mais à frente.

Após a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, dando fim ao Estado Novo, veio a eleição para substituí-lo e retomar a democracia no país; e o general Eurico Gaspar Dutra, que havia sido Ministro da Guerra de Vargas, venceu a disputa eleitoral, tornando-se presidente do Brasil. O culto ao passado e aos heróis nacionais ganhou força em realizações durante a gestão do general Eurico Gaspar Dutra, valorizando, principalmente, figuras militares. E Caxias teve a sua consolidação, como ícone não só militar, mas, também, civil.

Caxias Cincinnatus no Pantheon: A Trajetória Simbólica

O panteão era originalmente, nas primeiras civilizações da Antiguidade, um templo dedicado a todos os deuses (pan= todos e théos= deus). Mas segundo Oriá (2010, p.13), com o passar do tempo, o panteão foi destinado a receber os restos mortais de homens ilustres que prestaram serviços a Pátria, de pessoas que foram consideradas como heróis nacionais. Entre o culto aos deuses e as homenagens aos heróis há um liame que pode ser chamado de imortalidade. Os deuses eram naturalmente entidades imortais e os heróis se tornavam imortais através de sua história, que é constantemente lembrada através dos lugares de memória. Neste sentido, Winter (2008) diz que tanto o ato de produzir história quanto o ato de lembrar são gestos para encontrar significado no passado. A imortalidade, neste contexto, pode também ser chamada de memória.

A palavra monumento tem uma origem latina que vem da palavra *monumentum* e deriva de *monere* que pode significar “lembrar”, ou seja, o monumento é um lugar de lembrança. E o mausoléu como monumento guarda também este significado, com a diferença que no mausoléu há os restos mortais de uma ou de mais pessoas. Estes restos mortais que estavam em um cemitério são removidos por um processo de traslado que se transforma em um ritual cívico onde se destacam a figura

ou as figuras homenageadas, as quais são colocadas em um monumento, um mausoléu, a vista do público e expostas a lembrança de todos. Jay Winter (2014), que realiza estudos sobre memoriais de guerra, argumenta que o sagrado não morreu no século XX, apenas saiu das igrejas e ocupou outros espaços. Os mortos que guardam alguma relação com heroísmo, a partir da segunda metade do século XVIII, com a criação de túmulos que se transformaram em monumentos, ganharam uma visibilidade pública através de construções que celebram as suas contribuições à Pátria (DEBRAY, 1993, p.247). Piovezan e Grassi (2014, p. 220) que estudam mausoléus e cemitérios militares, abordam que o ritual do traslado é de grande importância para a rememoração dos mortos e permite um destaque para o liame entre o evento e a comunidade local através de uma humanização dos envolvidos.

O traslado dos restos mortais de Caxias e de sua esposa passaram por um cortejo cívico, evidentemente, entremeado com missas que agregaram o fator religioso a cerimônia, porém, havia o fator muito mais patriótico e que obedecia a uma racionalidade governamental. Os restos mortais saíram do cemitério que é um espaço reservado, um espaço que separa os mortos dos vivos, para um espaço público que integra os mortos à sociedade. Neste caso, não os mortos em si, mas o que eles representam na memória coletiva ficam a serviço do Estado. Neste ponto, faz-se necessário entender como o poder simbólico atua como força pedagógica e até doutrinária, na relação entre monumento e sociedade.

O Pantheon de Caxias enquanto monumento histórico se fundamenta a partir do mito do Caxias, mito este que foi identificado como Cincinnatus, porém, a utilização deste monumento, e, por conseguinte, do mito que funciona como a alma do objeto material, como referência de Estado, precisa de uma concordância das subjetividades. Esta concordância, que é, na verdade, um consenso, foi concebida pela construção do imaginário que penetrou na sociedade com ou sem consentimentos. O Pantheon é uma produção simbólica que é um produto que faz parte de um sistema estruturado que também é estruturante, ou seja, o Pantheon é um produto de um sistema simbólico que, após ser produzido, também tem a função de produzir mais produtos simbólicos, reforçando o sistema como um todo. Pierre Bourdieu (1989, p.9) contribui com esta análise afirmando que “os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. O monumento exerce este poder estruturante, que se assemelha a um poder pedagógico; isto fica claro, quando se constata que durante a cerimônia de inauguração do Pantheon houve a participação de cadetes militares e jovens estudantes. Havia, através de um poder simbólico, a intenção de suscitar um efeito pedagógico consensual. O Estado utilizou o seu poder administrativo e jurídico para criar um evento que trabalhasse a construção de uma realidade consensual através de elementos simbólicos e é o que afirma com outras palavras Bourdieu.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do

tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”(...) (BOURDIEU, 1989, p.9)

Este processo suscita um consenso induzido de uma realidade social no qual o país quer se inscrever, ou melhor, uma realidade em que o Estado quer que a população seja inscrita. Atestam a esta proposição a quantidade de autoridades presentes nas inúmeras solenidades que compuseram a Semana de Caxias e toda a ritualística cívica e religiosa que foi utilizada. Neste cenário, identifica-se o efeito ideológico nas celebrações; e a inculcação de valores e princípios, a favor de uma ideologia de Estado. Neste momento, o monumento a Caxias surge como um efeito simbólico para construir uma realidade social de ordem e de união nacional.

Considerações Finais

O Pantheon de Caxias, como efeito simbólico, começou a ser construído no século XIX, quando o Luiz Alves de Lima e Silva adentrou na vida militar e iniciou uma série de conquistas que o levaram a ganhar condecorações e promoções. Luís Alves enfrentou a Balaiada, a Guerra dos Farrapos, a Guerra do Paraguai e outras mais; ocupou postos políticos e legislativos; exerceu a função de presidente de província, e ainda foi agraciado por D. Pedro II com o título de Duque de Caxias. O homem Luís Alves sem perceber foi construindo, ele mesmo, o imaginário sobre Caxias, ainda em vida.

O mito de Caxias entrou na década de 1930 e foi absorvido pela forte estrutura ideológica do governo de Getúlio Vargas, que construiu um complexo sistema de políticas culturais. Vargas exercia um poder centralizador e autoritário, principalmente, após o golpe de 1937, no qual foi instalado o Estado Novo, e por isso, mesmo, necessitava de controlar a maneira como o seu governo era visto. Vargas se preocupou em difundir propagandas positivas do seu governo, destacou um departamento para cuidar da imprensa, ficou atento a questão da educação e dinamizou as instituições culturais.

Como foi abordado neste trabalho, o governo de Eurico Gaspar Dutra entrou e permaneceu com a lógica cultural de Vargas, pois, embora, ele tenha assumido a presidência de forma democrática, pelo voto, a necessidade de manter a população em paz e em ordem continuava intacta. Dutra tomou posse em um contexto de pós-guerra mundial e de início de Guerra Fria, no qual o Brasil se posicionou a favor dos EUA, o que implicava atitudes anticomunistas e tensões em uma parte da população. O resgate de um sentimento de ordem e de um conagraçamento nacional era necessário através de uma instrumentalização do simbólico. Neste momento que entra a figura de Caxias.

Este estudo evidenciou que o Pantheon de Caxias foi um monumento, feito na época, para que fosse explorado o seu efeito simbólico. O monumento era um projeto de construção de um país que se desejava desde Vargas e continuou no Governo Dutra. Mais do que uma homenagem a um

personagem importante da história do Brasil, o monumento foi um cálculo político do qual se explorou a sua potencialidade popular para conseguir controle e estabilidade social.

Todo governo independente dos vieses ideológicos se utiliza dos mecanismos simbólicos como forma de comunicação e de controle, estes mecanismos não são um apanágio de regimes autoritários e repressivos; regimes democráticos também se utilizam de monumentos, mausoléus, praças e estátuas para reverenciar o passado e assim preservar o futuro. Os monumentos, por exemplo, podem ser utilizados para atilar nos espíritos sentimentos de autoestima nacional, de comunhão de valores e princípios e de luta contra as desigualdades sociais e raciais. Os monumentos podem evocar nas pessoas o enraizamento de sua própria cultura.

Referência Bibliográfica

BENTO, Claudio M. Significação Histórica do Duque de Caxias. Revista da Academia Rio-Grandense de Letras. n1 Porto Alegre, 1980.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: UNESP, 2002..

CARVALHO, José Murilo. A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990

CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. In: Estudos Históricos vol 14 n 25, Rio de Janeiro, 2000

CHOAY, Françoise. Alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP, 2017.

COSTA, Claudio da S. Pantheon de Caxias: O Monumento Como Efeito Simbólico. 2018. Monografia (Especialização) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Militar Brasileira da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) Rio de Janeiro: RJ, 2018.

DEBRAY, Régis. Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente. Trad.

Guilherme Teixeira, Petrópolis-RJ: ed. Vozes, 1993.

DORATIOTO, Francisco. Caxias na Guerra do Paraguai, Os críticos anos de 1866 e 1867. Revista Da Cultura ano III n 5 2003.

ELIADE, Mircea. Mito e Realidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FÉLIX, Loiva Otero. História e Memória: Problemática e Pesquisa. Passo Fundo: UPF, 1998.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, 2010.

- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987,
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, ciência e religião*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*. CPDOC, 1992. 18f.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.
- ORIÁ, Ricardo. *A Construção da Memória Nacional: Os Heróis no Panteão da Pátria*. Cadernos do museu n 10, Brasília, 2010.
- PARENTE, Paulo André L. *Uma Nova História Militar? Abordagens e Campos de Investigação*. Revista da IHGM Ano 66 n 93, 2006.
- PINHEIRO, Adson Rodrigues S. *Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.
- PIOVEZAN, Adriane; GRASSI, Clatissa. *Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial –Cemitério São João Batista (1928)*. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n n.8, 2014, p.219-236
- RIBEIRO, Ana Carolina F. *Tradição, Nacionalismo e Modernidade: O Monumento Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos. USP. São Carlos: USP, 2006.
- SARNEY, José. *Caxias e a Balaiada*. Revista Da Cultura ano III n 5 2003.
- SISSON. S.A (Editor). *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Osório e Caxias: Os heróis militares que a república manda guardar*. Varia História n25 jul/01 Belo Horizonte, 2001, p.231-251.
- WHELING, Arno. *Caxias e o Imaginário: A visão dos seus contemporâneos*. Revista Da Cultura ano III n 5 2003.
- WILLIAMS, Daryle. “Ad perpetuam rei memoriam”: The Vargas Regime and Brazil’s National Historical Patrimony, 1930-1945. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 31, No. 2, Getúlio Vargas and His Legacy (Winter, 1994), pp. 45-75.
- WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning*, 2014, Disponível em < https://www.okhumanities.org/Websites/ohc/images/Sites_of_Memory_Sites_of_Mourning.pdf> Acesso em 26 set 2018.

Soldados da Borracha: o papel desses soldados para o Brasil e a Segunda Guerra Mundial

Pedro Silva Drummond¹

Resumo: o presente trabalho se propõe analisar quem seriam os Soldados da Borracha, o seu surgimento e o papel no esforço de guerra dos Aliados, principalmente dos Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial. Após a expansão do Japão pelo Sudeste Asiático, os EUA perdem boa parte do acesso à matéria prima, e buscam em outras regiões, como o Brasil, manter a importação do produto. Com a assinatura do Acordo de Washington, o Brasil se comprometeu em fornecer a borracha para os norte-americanos e seus aliados no conflito. Nesse contexto, o Governo Vargas desenvolve diversas medidas para atrair cidadãos brasileiros para a extração do látex na região amazônica, mas as dificuldades enfrentadas no local provocaram a morte de diversas pessoas e para aqueles que sobreviveram, acabaram esquecidos.

Palavras-Chave: Soldados da Borracha, Segunda Guerra Mundial, Brasil

Abstract: the present work aims to analyze who would be the Rubber Soldiers, their emergence and the role in the Allied war effort, mainly the United States, in World War II. After the expansion of Japan by Southeast Asia, the US loses much of the access to raw material, and seeks in other regions, such as Brazil, to maintain the import of the product. With the signing of the Washington Agreement, Brazil pledged to provide rubber to the Americans and their allies in the conflict. In this context, the Vargas Administration develops several measures to attract Brazilian citizens to the extraction of latex in the Amazon region, but the difficulties faced there caused the death of several people and for those who survived, they were forgotten.

Keywords: Rubber Soldiers, World War II, Brazil

Introdução

O artigo tem como proposta analisar quem são os Soldados da Borracha, quais os objetivos levaram o seu surgimento, o processo para o envio dessas pessoas para a região Amazônica e como foi à vida na região.

A análise sobre os Soldados da Borracha é fundamentada na “nova” história militar, que busca através das relações interdisciplinares abranger novos campos da pesquisa na área, sem os quais não seria possível dar conta de todos os aspectos tratados, como abordam Stephen Morillo e Michael Pavkovic:

“a influência da história social e cultural e a expansão do campo de pesquisa... por meio dos estudos da guerra e da sociedade tem muito acrescentado às ferramentas metodológicas dos historiadores militares” (MORILLO E PAVKOVIC apud ALMEIDA, 2008, p.178)

Desta forma, mais do que a “história-batalha” que era baseado as pesquisas anteriormente, essa nova perspectiva, busca se ocupar de inúmeros problemas que compõem a análise do campo militar. O historiador Paulo André Parente, analisa da seguinte forma essa situação:

“Sob o ponto de vista metodológico da Nova História Militar é necessário identificar a diferente valoração assumida pelos fenômenos históricos de natureza militar nas diferentes culturas, que se tornam objeto de estudo do historiador militar. Devemos entender a Guerra como uma estrutura histórica dinâmica no tempo das civilizações, como outras estruturas históricas de investigação definidas pelos historiadores, tais como a economia, a cultura, a religião, o direito, dentre outras. Assim, a noção de História e o conceito de Guerra não são os mesmos em todas as culturas e muito menos não são auto evidentes aos historiadores, Portanto, o historiador da nova história militar não deve trabalhar o conceito de Guerra como um conceito absoluto, mas sim, como um conceito histórico relativo e instrumental pautado por uma metodologia específica.” (PARENTE, 2009, p.2)

Os soldados da borracha surgem no momento de necessidade dos países Aliados que necessitavam da borracha para o esforço de guerra contra os países do Eixo, a necessidade de encontrar novos parceiros comerciais, que pudessem suprir as carências da produção da matéria-prima, essencial para a manutenção das indústrias dos países como os Estados Unidos e seus aliados.

A carência desse produto se deveu ao processo de expansão japonesa no Sudeste Asiático². Os EUA acabaram perdendo o acesso as matérias-primas da região, como a borracha.

Desse modo, os EUA precisavam de outras regiões, como o Brasil, para importar a borracha. Antes mesmo de o Brasil declarar guerra ao Eixo, Agosto de 1942, o Brasil já formalizava acordos com

2 O Japão desde o início da década de 1930, iniciou a sua expansão com a conquista de diversos territórios. No ano de 1937, os conflitos entre Japão e China reiniciaram, com a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), provocando um período de diversas batalhas na região do Extremo-Oriente e no Pacífico.

os Estados Unidos envolvendo a produção da borracha na Bacia do Amazonas. O principal acordo foi assinado em Março de 1942, conhecido como o Acordo de Washington, onde o Brasil se responsabilizava entre outras coisas, pelo fornecimento de matérias-primas à indústria norte-americana.

O Governo de Getúlio Vargas cria uma campanha conhecida como a “Batalha da Borracha”, assim como, faziam alusões a uma nova “Marcha para o Oeste”³, em busca de estimular as pessoas a migrarem para região. Foram criadas diversas propagandas e promessas de incentivos governamentais para aqueles que se deslocassem para a região da extração. As secas no Nordeste que eram constantes também contribuíram para que o governo conseguisse reunir um grande número de trabalhadores.

A grande maioria dos trabalhadores que migraram para a região Amazônica era de Nordestinos, que acreditaram nas promessas do governo brasileiro e buscavam uma vida melhor em outra parte do Brasil. Durante os preparativos para o local da extração da borracha, os trabalhadores passavam por treinamentos de como extrair o látex e recebiam os materiais básicos para o trabalho.

Ao longo do tempo, no entanto, a ideia de uma vida melhor para os Soldados da Borracha ia sendo desfeita. Quando os trabalhadores chegavam ao local da extração, essas pessoas, já estavam devendo aos donos da terra, desde o transporte até o alimento, ficando presas por meio de uma dívida que aumentava diariamente.

As doenças se tornaram outro problema enfrentado pelos Soldados da Borracha, as péssimas condições existentes no local, propiciaram com que, um grande número de pessoas acabasse adoecendo e até morrendo.

Os sobreviventes ficaram esquecidos pelo governo, o desenvolvimento local, prometido para os trabalhadores viverem, praticamente não aconteceu, o mesmo ocorreu em relação ao dinheiro enviado pelos Estados Unidos, que praticamente não era repassado aos trabalhadores e a região. Muitas dessas pessoas acabaram ficando na região após a Segunda Guerra Mundial, e sem condições econômicas que acreditariam obter com o trabalho.

Papel de um Soldado

O tema deste artigo está baseado no Soldado da Borracha, mas quem é esse soldado? E o que torna ele diferente do Soldado da FEB (Força Expedicionária Brasileira)? O pesquisador Samuel Huntington, destaca o papel do soldado:

“Quando a palavra “profissional” é usada em relação aos militares, normalmente o é no sentido de “profissional” em contraste com “amador” e não no sentido de “profissão” em comparação

3 Alusão à Marcha para o Oeste, no século XIX nos Estados Unidos, onde aconteceu um processo migratório da população que vivia na costa leste em direção ao Oeste do País.

com “ofício” ou “habilidade”. As expressões “exército profissional” e “soldado profissional” costumam encobrir a diferença entre o soldado de carreira, que é profissional no sentido de uma pessoa que trabalha por ganhos monetários, e o oficial de carreira, que é profissional num sentido muito diferente, aquele que segue uma vocação “mais alta” a serviço da sociedade”. (HUNTINGTON, 1996, p.13)

O Soldado da Borracha seria aquele soldado como citado por Huntington, como o “profissional que trabalha por ganhos monetários”. Eram trabalhadores que enxergaram uma oportunidade de trabalho, no caso a extração da borracha na região Amazônica, como uma forma de obter uma renda e conseqüentemente, melhorar de vida.

O uso do termo soldado para o trabalhador da borracha serviu com o propósito de propaganda criada pelo Governo Vargas, para que os trabalhadores participassem de um esforço em defesa da pátria. O governo brasileiro enxergou com o comércio da borracha uma oportunidade do renascimento do extrativismo, que havia entrado em declínio no início do século XX, o povoamento da região amazônica e a resolução dos problemas da seca na região Nordeste, como identifica Adelaide Gonçalves e Pedro Eymar Barbosa Costa:

“A propaganda oficial anunciava que os Soldados da Borracha seriam heróis de guerra, tão importantes quanto aqueles que iriam para o front europeu, pois sua missão seria a de salvar os Aliados da derrota, fornecendo a matéria-prima estratégica para a indústria bélica. Para isso, Getúlio Vargas, estrategicamente, utilizou a imprensa para a militarização da sociedade e invocar sentimentos patrióticos (GONÇALVES e COSTA apud. NEGREIROS, 1996, p.42.)

O militar que integrou a FEB equivaleria aquele que “seguiria uma vocação e estaria a serviço da sociedade”. O soldado que integrou o Teatro de Operações na Itália, contribuiu com um “bem maior” como Huntington, se referiu, ele foi enviado a um “trabalho” para o bem da coletividade.

Nos dois casos, o Soldado da Borracha e o Militar da FEB, participaram dos esforços de guerra dos Aliados, cada um de uma maneira, e como Huntington mencionou, com um objetivo diferente do outro.

Motivos para criação dos Soldados da Borracha

A extração da borracha no Brasil não começou com os Soldados da Borracha, anteriormente o produto já tinha sido explorado e comercializado. No final do século XIX e início do século XX, a Nação viveu um período conhecido como o “Ciclo da Borracha”, mesmo o café sendo o principal artigo econômico, nesse período a extração do látex trouxe um crescimento comercial ao País.

A decadência da borracha teve início durante a década de 1910 quando a produção nos países asiáticos se tornou preponderante no Mundo, como explica Lúcia Arrais Morales:

“Desde 1913, a produção de borracha nos seringais amazônicos havia sido superada pela produção nos seringais cultivados da Ásia, continente que, nos anos subsequentes, assumiu rapidamente a hegemonia isolada no setor” (apud. PEREIRA, 2014, p.201).

A perda de mercado pelo Brasil em relação à borracha aconteceu pelos seguintes motivos, como expõe Gilson Laone Pereira:

“Os ingleses haviam levado sementes de seringueira para a Malásia, onde lá aclimataram a espécie que se adaptou bem e muito rapidamente, não necessitando assim de muitos custos na produção, o que fazia o látex chegar ao mercado com um melhor preço do que o brasileiro”. (PEREIRA, 2014, p.201)..

A Segunda Guerra Mundial iniciou-se em 1939, quando a Alemanha invade a Polônia. A Guerra no Pacífico começou dois anos após os conflitos na Europa, quando ocorreu uma série de ataques do Japão por todo o Oceano Pacífico. O ataque a Pearl Harbor, base naval dos EUA no Havaí, provocou a entrada do País na Guerra, que até esse momento era um País neutro em relação ao conflito.

O ataque à base naval dos Estados Unidos, não foi à única feita pelo Japão. Durante o final de 1941 e o início de 1942 as forças japonesas atacaram diversos territórios no continente Asiático, como as Filipinas, Malásia, Singapura, Hong Kong, Tailândia, Birmânia, além de pequenas ilhas, expandindo o seu controle para boa parte das regiões do Pacífico.

Com a conquista japonesa no sudeste asiático a comercialização da borracha com os Estados Unidos e seus parceiros militares deixou de acontecer, o que ao longo do tempo poderia prejudicar essas Nações, como elucidada Hélio Silva:

“Com o avanço da guerra, o Império Japonês invadiu as colônias inglesas da Ásia, que após a derrocada da produção brasileira de borracha, tinham se tornado os maiores produtores mundiais de goma elástica, produzindo no início dos anos 1940 cerca de 97% da borracha natural consumida no mundo. O esforço de guerra dos aliados, mormente dos Estados Unidos da América carecia cada vez mais de quantidades imensas da substância elástica, que era usada para os mais diversos fins, desde a fabricação de pneus para automóveis até amortecedores de recuo de canhões” (apud. LIMA, 2013, p.43-44).

Ainda sobre as dificuldades dos Estados Unidos em relação ao comércio da borracha Warren Dean, aponta:

“A deflagração da guerra na Europa proporcionou à economia industrial dos Estados Unidos tremendos problemas de fornecimento, sendo o de borracha o mais crítico. Não haviam sido feitas reservas de borracha, embora alguns funcionários governamentais tivessem previsto a escassez. Descobriu-se que as companhias químicas americanas não tinham uma ideia clara

sobre a produção de borracha sintética, pois se deixaram enganar por seus parceiros de cartel alemães.” (apud. PEREIRA, 2014, p.201-202).

Com a necessidade dos Aliados em encontrar um novo parceiro comercial para importar a borracha e suprir as carências da guerra, inicia-se um avanço nas negociações entre os Estados Unidos e o Brasil para a extração do látex.

Acordo Brasil-Estados Unidos para extração da Borracha

Em 1930, chega ao poder no Brasil, Getúlio Vargas, e durante essa década, o País tem como característica na política econômica, o bom relacionamento com os EUA e a Alemanha.

Até o início da Segunda Guerra Mundial, os acordos comerciais com a Alemanha cresciam enquanto os Estados Unidos se mantinham como o principal parceiro econômico e político. Nesse aspecto, Vargas durante a Guerra buscava o distanciamento em relação ao conflito, com o objetivo de manter as relações comerciais com ambos os lados, medida essa tomada, também, pelos países do Continente Americano, como explica Vargas, em entrevista coletiva à imprensa, em Porto Alegre, em 12 de março de 1940:

“O país goza, mesmo, atualmente, de grande prestígio. Quanto aos países americanos, a política brasileira inspira, hoje, grande confiança, porque demonstra o verdadeiro desinteresse e a sinceridade da nossa colaboração. Existe, em virtude da Conferência de Lima⁴, uma política continental americana. A atitude do Brasil perante a guerra europeia é a atitude conjunta dos países americanos. O Brasil não agirá individualmente, mas sim de acordo com todos os países do Continente” (apud. LIMA, 2013, p.43).

O governo brasileiro tinha como objetivo obter vantagens econômicas para o País, e a neutralidade era necessária para alcançar essas finalidades. Durante a presidência de Getúlio Vargas, o Brasil estabeleceu diversos acordos com os Estados Unidos, mas quando os japoneses bombardearam Pearl Harbor e anexaram diversos territórios no Pacífico, houve a necessidade de estabelecer acordos de cooperação entre os dois países, como a questão da borracha.

Poucos meses após o ataque a Pearl Harbor, e conseqüentemente a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos convocaram a II Conferência dos Chanceleres, em Janeiro de 1942, com o intuito de discutir o rompimento de relações dos Países do Continente Americano com o Eixo. As conversas em relação aos materiais estratégicos para os EUA foram conduzidas por Warren Pierson, presidente do Export Import Bank, que apresentou um plano para:

4 A Conferência de Lima reafirmou a solidariedade continental e os propósitos na defesa contra qualquer intervenção ou atividade estrangeira que possa ameaçar a soberania das Nações.

“a abertura da mina de Itabira e melhoramentos ferroviários para transportar o minério de ferro para o porto de Vitória, além de um empréstimo para: 1) capacitar a Central do Brasil a transportar grandes quantidades de manganês e minério de ferro para o porto do Rio de Janeiro; 2) realizar melhoramentos nesse porto. O governo brasileiro concordou com o plano, mas condicionou-o ao sucesso de conversações concretas em torno do fornecimento de armas ao Brasil” (MOURA, 2010)

O sucesso nas negociações provocou o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países integrantes do Eixo e abriu as “portas” para firmar o que seria conhecido como o Acordo de Washington, que:

“previam ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em troca de uma série de matérias-primas estratégicas, tais como a borracha e alguns minerais, os Estados Unidos forneceriam ao Brasil material bélico, financiamento para programas de saneamentos (Vale do Rio Doce e Amazônia) e abastecimento alimentar, dentre outros.” (MOURA, 2010)

Com a assinatura do Acordo de Washington, o Brasil ficou responsável pelo fornecimento de matérias-primas, como a borracha, para a indústria norte-americana, como é relatado no item um do projeto enviado ao Ministério das Finanças do Brasil, pelo Secretário de Estado dos EUA, Summer Wells:

“1. A Rubber Reserve Company, a fim de cooperar com o Governo brasileiro no desenvolvimento da borracha do vale da Amazonas e região adjacentes, estabelecerá um fundo de cinco milhões de dólares destinado a aumentar a produção de borracha no citado vale e regiões. É de se esperar que o dispêndio dessa soma resulte no aumento da exportação de borracha brasileira para os Estados Unidos da América, em volume anual não inferior a vinte cinco mil toneladas.” (NEELEMAN e NEELEMAN, 2015, p.71).

Política do Governo para a extração da Borracha

Após o acordo de Washington o governo brasileiro inicia a criação de diversas instituições, como o Instituto Agrônomo do Norte, a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), o Banco de Crédito da Borracha, o Serviço Especial de Saúde Pública, (SESP), o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA) e, mais tarde, a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores (CAETA), bem como o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP). Todas essas instituições tinham como objetivo regular e controlar a produção da borracha e estimular a migração para a região da extração do látex.

Para as atividades em relação à extração do látex, os Estados Unidos criaram a Rubber Reser-

ve Corporation (RRC), que tinham como intuito financiar e ser a responsável por todas as atividades da borracha ligadas ao governo norte-americano; o desejo era transportar até 4.800 pessoas por mês e, posteriormente, produzir 50.000 toneladas para ajudar na campanha da Segunda Guerra Mundial.

O governo brasileiro que tinha interesse em estimular a participação da população do País na extração da matéria-prima, inicia uma campanha conhecida como a “Batalha da Borracha”, e para isso foi criada uma imagem de um trabalho seguro, amparado pela legislação, através de um contrato de trabalho que seria cumprido pelos seringalistas e pela presença dos órgãos recém-criados.

Em seu processo de recrutamento, Getúlio Vargas apelou para a história, lançando a ideia de que a migração para a região amazônica seria uma “Marcha para o Oeste”, e também o patriotismo nacional.

A grande preocupação em relação ao trabalho na região amazônica era a falta de mão de obra, como afirma Cosme Ferreira Filho:

“a inesperada transformação do panorama econômico do Estado, fazendo voltar a borracha à sua posição de preponderância no quadro de produtos regionais de exportação criou problemas novos, ou melhor, reatualizou antigos e insanáveis dificuldades. Dentre essas, entretanto, a que mais vivamente preocupa a quantos tem interesses ligados à produção daquela matéria prima e aos próprios círculos administrativos, é, sem dúvida alguma, a carência de braços.” (FERREIRA FILHO apud LIMA, 2013, p.51).

A Amazônia era um problema que causava muita preocupação governamental, faltava na região um plano de povoamento e de desenvolvimento econômico para a região. Vargas enxergava na urgência da resolução da questão da borracha aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, através do Acordo de Washington, não somente resolver a questão da ocupação na região, mas também minimizar outro problema, que eram as dificuldades enfrentadas pela população do Nordeste com as secas, como fica evidente no discurso do próprio Presidente em Manaus:

“[...] Nada nos deterá nessa arrancada, que é o século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar, dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega, a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser afinal um simples capítulo da nossa história da terra, e equiparado aos outros grandes rios retornar-se-á um capítulo da história da civilização”. (BENCHIMOL apud. NEGREIROS, 2011, p.34).

Essa situação em relação ao povo nordestino, especialmente o cearense, foi relatada pela jornalista Ariadne Araújo, no jornal *O Povo* da seguinte forma:

“o processo de recrutamento, no qual o Governo Vargas fez promessas deslumbrantes para os recrutas... prometiam uma vida muito melhor nas exuberantes selvas da Amazônia, dinheiro que os tornaria ricos e transporte de ida e volta dos campos de seringueiras. Vargas também

prometeu que o sistema antigo de peonagem literal de que tinham ouvido falar de seus pais e avôs não seria permitido nessa nova ordem. Falaram para os cearenses que eles iriam ajudar a ganhar a guerra, o que fez a diferença do que aconteceu trinta anos atrás, antes da quebra da borracha em 1913 ” (apud. GARY, 2015, p.94).

Como a propaganda era essencial para o convencimento da ida desses imigrantes para a região amazônica, todos os meios foram utilizados, como o rádio, que tinha chegado ao Brasil, na década de 1920, e foi convidado o suíço Jean Pierre Chabloz, como responsável pela campanha da “Batalha da Borracha”.

O pintor para promover a região da extração da borracha, elaborou cartazes de como seriam os locais que os trabalhadores viveriam. Chabloz nas ilustrações buscava criar paisagens muito atraativas, indicando uma aparência de um “falso paraíso”, com o intuito de chamar a atenção para o local que poderia ser na visão do governo brasileiro, a chance da vida de muitas pessoas.



Cartaz elaborado por Jean Pierre Chabloz associados à Batalha da Borracha. Acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (apud FREITAS, VILARINO, SANTOS, 2019, p.110).

Após diversas políticas governamentais e propagandas, o governo conseguiu reunir cerca de 5.500 trabalhadores, boa parte de nordestinos, que estavam esperançosos que o trabalho na extração da borracha, daria a eles uma vida melhor. Os trabalhadores de origem nordestina que seguiram para a extração do látex eram chamados de Arigó, “alcunha pejorativo dada aos migrantes nordestinos

no período da Batalha da Borracha, derivada do nome de uma ave de arribação comum no Nordeste brasileiro.” (LIMA, 2014, p.5)

Antes da ida para os locais de extração da borracha, havia o momento de seleção dos trabalhadores e preparação para o trabalho na extração do látex. Os trabalhadores recebiam um treinamento físico para suportar a vida na região da borracha e um kit básico para o trabalho e sobrevivência, composto de

“uma calça de mescla azul, uma blusa de morim branco, chapéu de palha, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca de flandres, um prato fundo, um talher, uma rede, uma carteira de cigarros Colomy e um saco de estopa.” (PEREIRA, 2014, p.206).

Durante o período de preparação dos trabalhadores foram construídas hospedarias onde os futuros Soldados da Borracha recebiam alimentação, roupas e assistência médica. A inspeção médica era essencial na escolha de quem iria para a região amazônica.

A difícil vida dos Soldados da Borracha

A ideia de uma vida melhor na região amazônica acabaria no momento da viagem; o trajeto era feito por caminhões, trens e navios, em condições difíceis, a comida e o alojamento ficavam mais precários com a proximidade da região da extração da borracha, como relata Isabel Cristina Martins Guillen:

“O excessivo rigor no controle dos trabalhadores confinados nos pousos, aliado às condições precárias em que nesses acampamentos se vivia, bem como a morosidade no transporte para os seringais, fazia com que os ânimos se acirrassem com bastante frequência... Em Belém, além das constantes notícias de brigas e desavenças provocadas pelos migrantes, ocorreram alguns motins, segundo vários relatos dados à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Batalha da Borracha, em 1946.” (GUILLEN, 2002, p.6)

Muitos desses migrantes acabavam desistindo da vida nos seringais e mantinham-se nas cidades em busca de trabalho, devido às dificuldades já enfrentadas até aquele momento. Quando os soldados da borracha chegaram à região da extração do látex, surgiram novos problemas. Os trabalhadores descobriam que estavam presos aos donos das terras por meio de dívidas, que só aumentavam. Desde o transporte para a região amazônica até o alimento, tudo era cobrado, a dívida crescia com o passar do tempo e o dinheiro recebido pelo trabalho não era suficiente para pagar o que deviam.

A vida na floresta também era difícil. Era totalmente diferente da vida no Nordeste, local aonde vinha à maioria dos trabalhadores. As dificuldades com animais perigosos nativos da região e a necessidade de aprender a se defender foi outro motivo de insatisfação dessas pessoas.

As doenças foram outro motivo de preocupação para os Soldados da Borracha, o número de pessoas doentes era enorme, e a prevenção contra as doenças não era adequado, como relata Pedro Martinello:

“os soldados da borracha encontravam-se em péssima situação, pois haviam recebido somente uma rede para dormir, e como a transmissão da maioria das doenças desta região se dá por meio da picada de mosquitos, não lhes restava muita proteção sob a cobertura de palhas que geralmente eles construíam como abrigo. (MARTINELLO apud PEREIRA, 2014, p.208)

Ainda sobre os problemas enfrentados em relação às doenças Gilson Pereira, aponta:

“A contaminação da malária pode ser concretizada também por meio de agulhas contaminadas, pois os soldados recebiam vacinas, e, provavelmente, o compartilhamento de agulhas deveria ser uma prática, pois um soldado não poderia deixar de ser atendido pela falta de uma seringa, em que o reaproveitamento deve ter sido frequente, auxiliando na propagação da doença. A precariedade dos acessos dificultava a mobilidade nestas regiões, que tinham os rios como o principal meio de deslocamento e escoamento da produção da borracha.” (PEREIRA, 2014, p.208).

Com todo esse retrospecto, a vida nas seringueiras era extremamente difícil, o número de doentes por causa das más condições de vida e contaminações levaram a um resultado de milhares de mortos durante o período da extração da borracha na Segunda Guerra Mundial, como identifica o relatório da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre a Batalha da Borracha em 1946: “O saldo desse apelo patriótico, contudo, foi um tanto quanto trágico. Estima-se em cerca de 20 mil mortes nos seringais, provocadas principalmente pela malária e pela fome”. (BOLETIM GEOGRÁFICO CPI DA BATALHA DA BORRACHA apud GUILLEN, 2002, p.4).

Os sobreviventes da Batalha da Borracha acabaram ficando muito tempo esquecidos pelo governo Vargas e os subsequentes, não havendo um reconhecimento pelo trabalho realizado durante o período da Guerra. Os soldados da borracha obtiveram uma maior atenção no final da década de 1980, com a criação da Lei nº 7.986, de 28 de Dezembro de 1989, que comunicava o seguinte, no primeiro artigo: “É assegurado aos seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, que tenham trabalhado durante a Segunda Guerra Mundial nos Seringais da Região Amazônica, amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, e que não possuam meios para a sua subsistência e da sua família, o pagamento de pensão mensal vitalícia correspondente ao valor de 2 (dois) salários-mínimos vigentes no País.” (Brasil, 1989)

Nos últimos anos, os soldados da borracha tiveram novamente um reconhecimento dado pelo governo brasileiro com a criação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) dos Seringueiros, e conseqüentemente, a promulgação da Emenda Constitucional nº 78, de 14 de Maio de 2014,

que determinou no artigo 54-A, “Os seringueiros de que trata o art. 54 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias receberão indenização, em parcela única, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).” (Brasil, 2014)

Conclusão

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, não esteve somente centrada nas Forças Armadas, mas no esforço de guerra dos Soldados da Borracha. A Batalha da Borracha, mesmo não sendo um episódio bélico, e os trabalhadores, os militares que lutam por vocação, como analisa Huntington, anteriormente citado. A utilização do Soldado da Borracha serviu a um projeto maior, envolvendo o governo brasileiro e os Países Aliados da Segunda Guerra Mundial, principalmente os Estados Unidos, maior beneficiário dos acordos assinados.

A necessidade de produzir matérias-primas, como a borracha, para Segunda Guerra Mundial, provocou a necessidade dos Aliados buscarem novos produtores, e conseqüentemente parceiros, que pudessem contribuir para a resolução do problema. Nesse momento, um dos países que se beneficiariam com a situação, foi o Brasil, que conseguiu assinar o Acordo de Washington (1942). A Nação brasileira vislumbrava com a assinatura do acordo, adquirir um financiamento dos EUA que pudesse contribuir para o desenvolvimento do Brasil, mas também, resolver os problemas internos, como a migração do Nordeste, onde a população passava por dificuldades nos períodos de seca, e o povoamento da região amazônica, com a chegada de uma massa populacional que iriam trabalhar na extração da borracha.

Os milhares de trabalhadores que saíram das regiões onde viviam, tinham a esperança de através do trabalho nos seringais, ter uma condição de vida melhor. A imagem que o Soldado da Borracha tinha, e que tinha sido criada pelo governo brasileiro, acabava logo no início dos trabalhos. O desenvolvimento local, que era necessário para receber um número enorme de pessoas na região, não aconteceu, as condições de trabalho e infraestrutura eram péssimas, muitos trabalhadores acabaram adoecendo e morrendo por causa de ataque de animais e doenças.

Os Soldados da Borracha, que foram assim chamados como uma forma de valorizar o trabalho necessário para o esforço de Guerra acabou não obtendo o reconhecimento que deveriam e foram prometidos. Muitos desses trabalhadores acabaram ficando mais tempo do que imaginavam após a Segunda Guerra Mundial, e não conquistaram o que desejavam uma vida melhor na região.

Na comparação com a FEB, o reconhecimento em relação ao governo brasileiro também não foi o esperado, a Força Expedicionária Brasileira foi desmobilizada antes mesmo de chegar ao Brasil, e muitos dos soldados foram ignorados pelos governantes.

O reconhecimento aos Soldados da Borracha chegou décadas depois, no final do século XX e início do século XXI, através de uma pensão e indenização criadas pelos governos do período. Essas medidas mesmo que tardias, trouxeram para os soldados da borracha e familiares algum tipo reconhecimento que até esse momento não haviam tido, e que muitos por causa da morte nas seringueiras ou dos falecimentos causados pelo tempo entre a Segunda Guerra Mundial e o final do século, não puderam receber.

Bibliografia

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **Resenha do livro What is Military History**, de Stephen Morillo e Michael Pavkovic. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, nº 12, 2008, p. 177-178.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Lei nº 7.986, de 28 de Dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7986.htm>. Acessado em: 04/01/2022.

_____. **Congresso Federal**. Emenda Constitucional, nº 78, de 14 de Maio de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc78.htm>. Acessado em: 04/01/2022.

FREITAS, Fernando Coelho. VILARINO, Maria Terezinha Bretas, SANTOS, Mauro Augusto dos. **Os Soldados da Borracha: A Migração de Trabalhadores Cearenses para a Amazônia no âmbito da Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Revista de História UNICAP. V. 6, nº 11, 2019. P. 107-117. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1410/1339>>. Acessado em: 04/01/2022

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A Batalha da Borracha: Propaganda Política e Migração Nordeste para a Amazônia durante o Estado Novo**. Revista de Sociologia e Política, n. 09, p. 95-102, dez. 1997. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>>. Acesso em: 03/01/2022.

_____. **Cidadania e exclusão social: a história dos soldados da borracha em questão**. Revista Trajetos, v. 1, n. 2, 2002, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/view/54/31>>. Acessado em: 02/01/2022.

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações Cívicas e Militares**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **De arigó a soldado da borracha e o fazer-se seringueiro na Amazônia**. Revista Tempo Amazônico, V.1, nº2, 2014, p.4-24. Disponível em: <<https://www.ap.an>

puh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=60835#:~:text=O%20que%20se%20pretendeu%20com,se%20seringueiro%20e%20Soldado%20da>. Acessado em: 02/01/2022.

_____. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3723/1/Frederico%20Alexandre%20de%20Oliveira%20Lima.pdf>>. Acessado em: 02/01/2022

MOURA, Gerson. **Acordos de Washington**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>>. Acessado em: 03/01/2022.

NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: O Exército esquecido que salvou a Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

NEGREIROS, Marcelus Antônio Motta Prado de. **Trajetórias e memórias sobre a saúde dos soldados da borracha em seringais no Acre**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-25072011-141706/publico/Tese_MARCELUS.pdf>. Acessado em: 03/01/2022

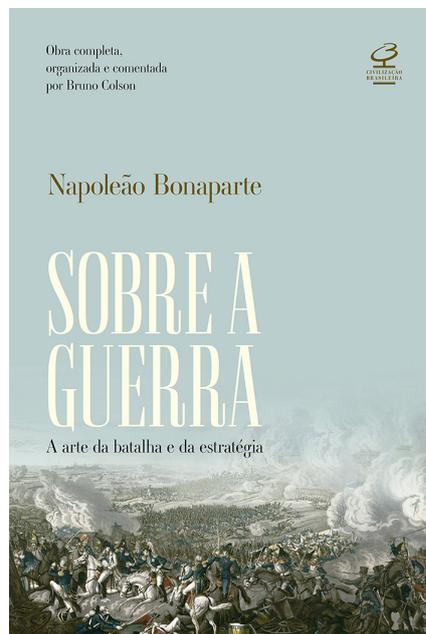
PARENTE, Paulo André Leira. **A construção de uma Nova História Militar**. Revista Brasileira de História Militar. Edição Especial de Lançamento. Rio de Janeiro, Ano I, dezembro de 2009.

PEREIRA, Gilson Laone. “**Soldados da Borracha – Esquecidos ou Não Lembrados?** Margens - Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação/UFPA, v. 8, n. 11. p. 199-217, Agosto, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view-File/3250/3130>>. Acessado em: 02/01/2022.

Livro em Destaque

COLSON, Bruno. Napoleão Bonaparte - Sobre a guerra: a arte da batalha e da estratégia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Record, 2015.

Napoleão Bonaparte é reconhecidamente um dos maiores estrategistas de todos os tempos. Seu domínio sobre batalhas e sua capacidade de mobilizar exércitos revolucionaram a arte da guerra. Além de ter vencido a grande maioria dos embates cam-pais que empreendeu, foi um importante administrador do Es-tado. Grande parte do seu código civil, embasado nos preceitos da Revolução Francesa, vigoram até hoje na França. Bonaparte, porém, não chegou a escrever uma obra organizada sobre guerra e estratégia. O historiador Bruno Colson, no contexto dos duzentos anos da Batalha de Waterloo, reuniu pela primeira vez os escritos de Napoleão — cartas, relatos orais anotados pelos me-morialistas e inéditos encontrados em arquivos —, construindo um livro original, que nos ajuda a compreender as ideias de um dos mais famosos personagens da História.



O autor

Bruno Colson é professor da Universidade de Namur, Bélgica. Publi-cou diversos livros sobre estratégia e história militar, incluindo uma biografia de Clausewitz e outras obras sobre Napoleão Bonaparte. Ele atuou no Campo dos Estudos Estratégicos antes de retomar seu interesse pela História, especializando-se tanto na história do pen-samento militar, quanto nas guerras napoleônicas. Atualmente atua como professor nas áreas de história da guerra e estratégia (1792-1945) e da História das Relações In-ternacionais Modernas e Contemporâneas.

Título: Napoleão Bonaparte - Sobre a guerra: a arte da batalha e da estratégia.

Organizada e comentada por Bruno Colson.

Editora: Civilização Brasileira

ISBN: 978-85-2001-178-0

Edição: 2015

Número de Páginas: 630

Acabamento: BROCHURA

Formato: 16 x 23 cm

Preço médio: R\$ 100,00



Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.